Andrea de Brito Stefanelli Vieira

**MOBILIÁRIO URBANO NO ESPAÇO PÚBLICO
PARA O LAZER INFANTIL:**

**UMA REFLEXÃO NO CONTEXTO DA “ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE”
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Andrea de Brito Stefanelli Vieira

**Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no
contexto da “Academia da Primeira Idade” na cidade de São Paulo**

São Paulo

2018

ANDREA DE BRITO STEFANELLI VIEIRA

Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no contexto da “Academia da Primeira Idade” na cidade de São Paulo

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 15 de junho de 2018.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Design e Arquitetura

Orientadora: Cibele Haddad Taralli

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

andrea.vieira@usp.br

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Vieira, Andrea de Brito Stefanelli

Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil:
uma reflexão no contexto da “Academia da Primeira Idade” na
cidade de São Paulo / Andrea de Brito Stefanelli Vieira;
orientador Cibele Haddad Taralli. – São Paulo 2018.
251 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Área de concentração: Design e Arquitetura

1.Mobiliário Urbano. 2. Espaço Público. 3.Design de
Equipamento Urbano. 4.Brinquedo para Playground.
5. Academia da Primeira Idade. I. Taralli, Cibele Haddad, orient.
II. Título.

Nome: VIEIRA, Andrea de Brito Stefanelli

Título: Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no contexto da “Academia da Primeira Idade” na cidade de São Paulo.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Aprovado em: 9 de maio de 2018

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico este trabalho a todas as crianças que merecem se beneficiar com espaços públicos infantis com maior qualidade e também aos meus queridos Marcos e Luccas, parceiros presentes em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conduzir meus passos nesta trajetória.

À minha orientadora prof.^a Dr.^a Cibele Taralli, por acreditar em minha pesquisa, pela confiança conferida e tratamento sempre com gentileza, além de sua competência profissional e direcionamentos precisos durante a pesquisa.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo pela oportunidade da realização do mestrado, bem como pela atenção de todos os seus funcionários.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por conceder bolsa de pesquisa para realização da pesquisa no período de abril de 2017 até sua finalização.

À Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da prefeitura de São Paulo por conceder aprovação para a pesquisa em parque municipal.

À Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), por conceder entrevista e informações sobre os parques estaduais.

Aos professores da pós-graduação, Claudio Portugal, Marcos Braga, Eugênio Queiroga e Catharina Pinheiro que, além de sua competência na instrução, ainda foram inspiradores.

À professora Denise Dantas por suas aulas essenciais aplicadas na pesquisa, além de seu acompanhamento como tutora de monitoria por dois semestres em disciplinas com conteúdo afins relacionados ao projeto de produto mobiliário urbano e projeto de brinquedos e brincadeiras.

As amigas Adriana Cardoso e Graziela Nivoloni, que adquiri na pós-graduação, onde a aproximação se deu pela temática da pesquisa com crianças, mas que se tornaram grande apoio e conforto nos momentos de incertezas, e alegrias nos momentos das realizações de cada uma.

Aos colegas e companheiros que conheci na execução das disciplinas que compartilharam suas experiências e vivências.

A todas as escolas que foram parceiras e auxiliaram na captação de respondentes para a pesquisa, juntamente com sua direção, coordenação e professores envolvidos: Tiago Genaro, Roseli Divitiis, Daniela Palma, Rodrigo Borgheresi, Flavia Biani, Rosângela Yarshell, Adriana Tribucci, Glória Ambrósio, Marília Pecly, Adriano Francisco e Katia Prates.

A todas as pessoas que gentilmente e muito profissionalmente cederam entrevistas e dividiram suas experiências: Audrey Branco, André Graziano, Adriana Freyberguer, prof. Luciano Basso (EEFE), prof. Osvaldo Ferraz (EEFE), Ana Lúcia de Faria, Izadora Zorzo, José Reis, Ingrid Bisterzo.

A todas as crianças e seus acompanhantes, que aceitaram participar e dar sua opinião, tornando-se a voz e o coração desta pesquisa.

Aos meus pais Alcides e Carmen, por seu amor e por me darem a oportunidade de estudar, que eles não tiveram. Além de toda minha família por sua compreensão e apoio incondicional.

A meu esposo Marcos, companheiro e amigo que admiro, sempre meu apoio e grande incentivador, juntamente com meu filho Luccas, sinônimo de felicidade e inspiração.

“O estudo em geral, a busca da verdade e da beleza são domínios em que nos é consentido ficar crianças por toda a vida”
Albert Einstein (CITADOR, 2017).

RESUMO

VIEIRA, Andrea de Brito Stefanelli. **Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no contexto da “Academia da Primeira Idade” na cidade de São Paulo**. 2018. 251f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa de mestrado se situa nos estudos de inter-relação do design com a arquitetura, enfocando os equipamentos denominados Academia da Primeira Idade, entendidos como um mobiliário urbano para o público infantil presente e implantado no espaço livre público das áreas de playground, em locais levantados na atualidade na cidade de São Paulo, onde foram realizadas pesquisas de campo com abordagem qualitativa. Com o objetivo de levantar dados sobre como um mobiliário urbano é percebido e entendido por seu público alvo, procurou-se pela visão das crianças usuárias e seus acompanhantes a fim de obter entendimento e diretrizes sobre o espaço e equipamentos para brincar e se exercitar. Foram utilizadas várias ferramentas de pesquisa para captação de dados como: observação não participante, entrevista com acompanhantes no local de uso, *storytelling* com crianças, além de levantamentos nos órgãos públicos gestores e com especialistas, com enfoque no uso e apropriação pelos seus usuários, verificando aspectos formais, comportamentais e de interação social. Por meio da triangulação de dados foi possível levantar os pontos relevantes na opinião dos *stakeholders*, agentes envolvidos, gerando conhecimentos para aprimoramento dos espaços e equipamentos existentes, bem como para novos projetos afins. Como principais achados podem ser destacados pontos positivos e negativos citados sobre os equipamentos elencados além de aspectos como proporcionar diversão com segurança, conservação, interação com outras crianças, e outros relacionados às características físicas e de manutenção de espaços bem cuidados, com piso adequado, e dotados de mobiliário complementar, sempre presentes nas narrativas dos pesquisados quanto as suas necessidades e expectativas. Considerando a importância que o brincar tem na formação das crianças, e que experiências e vivências únicas o espaço público pode proporcionar, espera-se que estes dados, considerando a visão e opinião dos usuários, possam servir para melhorar a qualidade dos espaços e equipamentos públicos infantis.

Palavras-chave: Mobiliário urbano, espaço público, design de equipamento urbano, brinquedo para playground, Academia da Primeira Idade.

ABSTRACT

VIEIRA, Andrea de Brito Stefanelli. **Urban furniture in public space for children's play: a reflection in the context of the "Kids Outdoor Fitness Center" in the city of São Paulo**. 2018. 251 pages. Master's Dissertation. Architecture and Urbanism College, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This master's research is inserted in the studies of the inter-relation between design and architecture, focusing on what is called Kids Outdoor Fitness Equipment, understood as urban furniture aimed for children and implanted in the public space of playground areas, in places chosen presently in the city of São Paulo, where field research was undertaken with a qualitative approach. With the goal of raising data on how urban furniture is perceived and understood by its target audience, it has sought the point of view of child users and their escorts in order to obtain understanding and guidelines regarding the space and equipment to play and exercise in. Several research tools were used to gather the data, such as non-participant observation, interview with escorts at the site of usage, and storytelling with children, besides collecting data at public agencies and with specialists, with a focus on the use and appropriation by the users, verifying formal, behavioral and social interaction aspects. By means of triangulation of data, it was possible to raise the relevant aspects in the opinion of the stakeholders, the agents involved, generating knowledge for the improvement of the existing spaces and equipment, as well as for new related projects. As the main findings, we can highlight positive and negative features cited regarding the listed equipment, besides aspects such as affording entertainment with safety, conservation, and interaction with other children, as well as others related to the physical features and the maintenance of well cared-for spaces, with adequate flooring, and fitted with complementary furniture, always present in the narratives of the researched as far as their needs and expectations. Considering the importance of play in children's growth, and what unique experiences public space can provide, it is hoped that these data, considering the point of view and opinion of the users, may serve to improve the quality of spaces and public children's equipment.

Keywords: Urban furniture, public space, urban equipment design, playground equipment, Kids Outdoor Fitness Equipment.

LISTA DE SIGLAS

AAL- Academia ao Ar Livre

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AJA- Academia para Jovens Adultos

APC- Academia para Cadeirantes

API – Academia da Primeira Idade

ATI – Academia da Terceira Idade

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CPO – Coordenadoria de Projetos e Obras

CPU – Coordenaria de Parques Urbanos

CPTM – Companhia de Trens Metropolitanos

DEPAVE – Departamento de parques e áreas verdes

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

Emurb – Empresa municipal de urbanização

IHMC – Institute for Human & Machine Cognition

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IQB – Instituto Brasileiro de Qualificação e Certificação de Brinquedos

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SMSO – Secretaria Municipal de Serviços e Obras

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETIVO GERAL	23
1.2	APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO	23
2	O LAZER INFANTIL NO ESPAÇO: ALGUMAS REFERÊNCIAS	26
2.1	MOBILIÁRIO URBANO: DEFINIÇÕES, CATEGORIAS E CONCEITOS	26
2.2	HISTÓRICO SOBRE O ESPAÇO E EQUIPAMENTOS DO PLAYGROUND	35
2.3	O BRINCAR E SE EXERCITAR NA INFÂNCIA	54
2.4	O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO: LOCAL DO MOBILIÁRIO URBANO	58
2.5	ORIGEM, HISTÓRICO E POLÍTICA PÚBLICA DE IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE	63
2.5.1	Categoria de produtos e tipologias da API	66
3	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	73
3.1	LEVANTAMENTO DE LOCALIDADES COM IMPLANTAÇÃO DA API.....	75
3.2	OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	81
3.3	ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM RESPONSÁVEIS.....	82
3.4	STORYTELLING COM CRIANÇAS	84
3.5	ENTREVISTAS COM GESTORES E ESPECIALISTAS.....	88
3.6	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	89
4	APRESENTAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	93
4.1	APRESENTAÇÃO DOS LOCAIS DE ESTUDO	93
4.1.1	Parque A – Mário Pimenta Camargo	95
4.1.2	Parque B – Candido Portinari	99
4.1.3	Parque C – Villa Lobos	103

4.1.4	Parque D – Juventude	107
4.1.5	Parque E – Ecocultural Pedra Branca	111
4.1.6	Praça F – Nova América.....	113
4.1.7	Praça G – Barão de Japurá	116
4.2	OBSERVAÇÃO	120
4.2.1	Utilização diferente do pensado em projeto.....	121
4.2.2	Insegurança ou receio frente a um equipamento	130
4.2.3	Utilização por crianças pequenas, adolescentes e adultos	132
4.2.4	Comportamento dos acompanhantes.....	133
4.2.5	Comunicação dos equipamentos.....	134
4.2.6	Conservação e manutenção	136
4.3	ENTREVISTA COM ACOMPANHANTES ADULTOS.....	138
4.3.1	Objetivos e intenções	138
4.3.2	Necessidades e expectativas	141
4.3.3	Interação social.....	142
4.3.4	Implantação	144
4.3.5	Adequação	146
4.3.6	Aspectos formais	147
4.3.7	Sobre a API	149
4.3.8	Preferência das crianças na entrevista com adultos.....	151
4.4	QUESTIONÁRIO E STORYTELLING COM CRIANÇAS	153
4.4.1	Experiência nos equipamentos.....	153
4.4.2	Preferências sobre os equipamentos elencados	156
4.4.3	Pontos positivos e negativos	156
4.4.4	Qualidades de um playground.....	159
4.4.5	Assunto central do storytelling.....	161

4.5	ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS.....	163
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	169
5.1	CONCEPÇÕES SOBRE OS EQUIPAMENTOS DA API	169
5.2	INTERAÇÃO SOCIAL	174
5.3	SEGURANÇA.....	178
5.4	MANUTENÇÃO	180
5.5	LÚDICO	184
5.6	IMPLANTAÇÃO E PROXIMIDADES	186
5.7	PISOS	190
5.8	USO DOS EQUIPAMENTOS	192
5.9	O ESPAÇO E O BRINQUEDO: CONSIDERAÇÕES PARA UMA ÁREA DE PLAYGROUND .	195
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	208
	APÊNDICE	221
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ADULTOS.....	222
	APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - CRIANÇAS	223
	APÊNDICE C – LEVANTAMENTO NOS PARQUES MUNICIPAIS	224
	APÊNDICE D – LEVANTAMENTO NAS SUBPREFEITURAS	226
	APÊNDICE E – LADDER OF ABSTRACTION - OBSERVAÇÃO.....	227
	APÊNDICE F – LADDER OF ABSTRACTION – ENTREVISTA E STORYTELLING.....	228
	APÊNDICE G – ENTREVISTA COM ACOMPANHANTES ADULTOS	229
	APÊNDICE H – EXEMPLOS DE PLANILHAS COM DEPOIMENTOS DOS ADULTOS	230
	APÊNDICE I – EXEMPLOS DO PROTOCOLO DE PESQUISA PARA CRIANÇAS	233
	APÊNDICE J – CARTA EXPLICATIVA AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	239

APÊNDICE K – LEVANTAMENTO JUNTO À EMPRESA FABRICANTE	240
APÊNDICE L – LEVANTAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	242
APÊNDICE M – LEVANTAMENTO JUNTO À ESPECIALISTAS	243
APÊNDICE N – DIAGRAMA DE RELAÇÕES COM RELATOS DAS CRIANÇAS	244
APÊNDICE O – DIAGRAMA DE RELAÇÕES COM RELATOS DOS ADULTOS.....	245
APÊNDICE P – DIAGRAMA DE RELAÇÕES COM RELATOS DAS CRIANÇAS SOBRE O ESPAÇO DO PLAYGROUND	246
ANEXOS	247
CATÁLOGO DE PRODUTOS DA API (ZIOBER BRASIL).....	248

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa levanta e analisa a percepção¹, a interação e a apropriação² do mobiliário urbano voltado ao público infantil implantado no espaço público para o lazer, na visão das crianças usuárias e seus acompanhantes, considerando o contexto dos equipamentos³ da “Academia ao Ar Livre” (AAL), incluindo aspectos conceituais, históricos e funcionais destes produtos e de sua implantação nos locais de uso. Considerando este segmento populacional, os equipamentos recebem a denominação de “Academia da Primeira Idade” (API).

Situado no campo de conhecimentos do design⁴, onde se procurou trazer os estudos, questões e análises não só para designers envolvidos em projetos de produtos e equipamentos para crianças, como também para arquitetos envolvidos no projeto do espaço público e para os órgãos competentes, contribuindo para a escolha e implantação do mobiliário urbano de lazer.

Para este trabalho, os equipamentos da AAL presentes no espaço livre público são considerados como mobiliário urbano, com uso específico para o lazer (envolvendo atividades físicas além das cognitivas), com função de dar suporte e conforto aos seus usuários. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas, mobiliário urbano “são todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante a autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1).

O equipamento mais difundido nos espaços da cidade da categoria Academia ao Ar Livre é conhecido como Academia da Terceira Idade (ATI), composto por produtos projetados inicialmente para idosos, fabricados em tubos de aço carbono, dobrados e pintados, para a prática de exercícios físicos, com movimentos que utilizam o peso do próprio corpo, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população,

¹ A palavra percepção nesta dissertação é utilizada no sentido de captar a visão e a opinião dos usuários.

² Apropriação no sentido do uso.

³ Utiliza-se a expressão equipamento em sinônimo à: objeto, instalação, produto, elemento de mobiliário urbano, que não deve ser confundido com o termo equipamento urbano conforme será descrito no capítulo 2.

⁴ Design no sentido de projeto, especificação, desenvolvimento, produção e uso de produtos.

diminuindo o sedentarismo e melhorando questões de saúde. Implantados nos espaços públicos das praças e parques e com a atratividade visual pelas cores, formato e pelo movimento, muitas crianças acabam se apropriando destes equipamentos para brincar.

Podemos encontrar em alguns parques e praças da cidade de São Paulo, e também em outras localidades do Brasil, variações de produtos em função de atendimento a determinados públicos como: Academia para Cadeirantes (APC), Academia para Jovens Adultos (AJA) e também um conjunto de equipamentos voltados para crianças, Academia da Primeira Idade (API).

O termo Academia da Primeira Idade foi inserido por seu fabricante, como sendo um conjunto de equipamentos em aço tubular, colorido e com movimento de algumas partes, voltado para crianças de várias faixas etárias. A premissa apresentada no site do fabricante adota o slogan “interagir, exercitar e se desenvolver brincando” (ZIOBER, 2016). Existe hoje mais de vinte tipologias dentro desta categoria API que serão apresentadas oportunamente neste trabalho.

Ao visualizar estes novos equipamentos implantados pelo poder público na área destinada ao playground, surgiu a motivação inicial da pesquisa: investigar como um mobiliário urbano é percebido e recebido pelos usuários. Inicialmente houve dificuldade de encontrar o nome dos equipamentos para uso infantil, pois a maioria dos lugares não tinha nenhuma informação, como placa indicativa, ou etiqueta com nome do fabricante ou fornecedor. Quando se descobriu que a denominação era Academia da Primeira Idade, outro questionamento tornou-se eminente: descobrir se era uma proposta pública para inserção de exercício físico para as crianças no espaço público, em formato de academia de ginástica, ou se eram consideradas simplesmente como propostas diferenciadas de brinquedos para o “brincar livre”.

Mourthé (2008) e Creus (1996) comentam que o mobiliário urbano não é escolhido pelos usuários da cidade, é na maioria das vezes definido para eles, sem nenhum processo participativo e sim de acordo com diretrizes e premissas provenientes dos órgãos públicos, portanto, tornou-se veemente dar voz aos usuários em pesquisa, entender suas concepções, captar suas visões e impressões, além de levantar suas necessidades e expectativas quanto ao produto e verificar quais relações acontecem no espaço implantado.

A pergunta fundamental norteadora desta pesquisa tem como meta investigar: Como se dá o uso e a apropriação e como são desenvolvidas as atividades físicas, sociais e comportamentais das crianças usuárias, nos equipamentos chamados de Academia da Primeira Idade, atualmente em funcionamento nos espaços livres públicos de lazer na cidade de São Paulo, considerando também a visão dos seus acompanhantes e especialistas?

Numa aproximação inicial ao contexto da realidade das crianças urbanas, sem a intenção de generalização ao universo infantil, verifica-se que na atualidade muitas delas dificilmente utilizam o espaço público das ruas e calçadas para brincar devido a várias questões de vulnerabilidade, dentre as quais o alto tráfego e circulação de automóveis e o sentimento de insegurança presente nas grandes cidades. Vivem, portanto, mais confinadas em espaços restritos de apartamentos, de moradias sem quintais, sem a presença de terrenos vazios ou espaços adequados para explorar suas potencialidades. Estão cada vez mais dependentes de eletrônicos como televisão, computadores, celulares para seu entretenimento, portanto menos ativas e suscetíveis ao sedentarismo e obesidade relatados pelos órgãos de saúde. Caminham menos pelos bairros, com pouca ou nenhuma interação com crianças vizinhas e muitas vezes só olham para o espaço público pelas janelas dos transportes no trajeto de ida e volta da escola ou outra atividade cotidiana. Portanto torna-se importante qualificar o espaço público do playground que a princípio é o espaço oficial⁵ voltado para elas.

A visão dos acompanhantes é igualmente importante nesta pesquisa, pois ao se estudar os agentes envolvidos na atividade de brincar da criança na cidade e após as primeiras visitas aos locais onde os equipamentos estavam implantados, constatou-se que as crianças não vão aos espaços públicos sozinhas, mas acompanhadas, e considerando os locais estudados observou-se que precisam da anuência para uso, da tutoria dos seus responsáveis, sejam eles pais, avós, tios, cuidadores ou irmãos mais velhos.

⁵ Embora consciente de que na cidade, todos os seus espaços e ambientes deveriam ser apropriados aos cidadãos, incluindo as crianças.

Outra questão de apoio para este estudo refere-se às normas relacionadas a infância, como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em Brasil (1990) que estabelece como um direito da criança o brincar, praticar esportes e o divertir-se. Outros órgãos na atualidade também têm como enfoque os direitos da criança e estão se preocupando com uma cidade mais humana inclusive na ótica delas, como o projeto *Urban 95 Challenge* (2017), focado na primeira infância, que tem como lema projetar cidades que apoiem o desenvolvimento saudável da criança por iniciativa da fundação Bernard Van Leer. Este projeto inclui a cidade de São Paulo como participante, dentre outras cidades em outros países. Podemos citar também a organização *International Play Association* (IPA), tem a IPA Brasil desde 1997, como uma associação brasileira pelo direito do brincar, que defende o direito da criança e do adolescente de brincar e do acesso à cultura, difundindo o artigo 31 da convenção dos direitos da criança (IPA, 2015). Também a Fundação Abrinq traz ações e posturas relacionadas aos direitos das crianças e adolescência. Outra importante organização com foco nesta temática é o *Child Friendly Cities* (CFC) apoiado pela UNICEF, também comprometida com os direitos da criança, defendendo que: “Em uma cidade amigável para crianças, elas são agentes ativos; suas vozes e opiniões são levadas em consideração e influenciam os processos de tomada de decisão” (UNICEF, 2017).

A pesquisa apresenta abordagem predominantemente qualitativa, procurando dar expressão a voz de crianças, seus acompanhantes e demais agentes averiguados no contexto de uso deste mobiliário nos locais de implantação, com apoio de escolas que atendem a faixa etária foco desse estudo, após ter realizado levantamento documental e bibliográfico sobre a temática e o seu contexto de uso, incluindo visões dos promotores, agentes públicos e executores do mobiliário urbano em questão, e de especialistas estudiosos dos temas.

Apresenta-se a seguir os principais procedimentos que conduziram a pesquisa:

- Investigação de dados históricos e atuais sobre mobiliário urbano para o lazer infantil, suas formas de implantação em espaços públicos, posicionando os equipamentos da API em relação aos tipos de produtos, categorias e diretrizes.
- Pesquisa sobre a difusão e localização dos equipamentos da API nos espaços públicos da cidade de São Paulo.

- Levantamento e análise de como o usuário recebe e interage com o objeto de estudo, verificando questões formais, físicas, comportamentais, funcionais, de interação social, suas qualidades e restrições.
- Investigação sobre o uso do mobiliário em estudo no seu espaço de implantação, tendo como respondentes os usuários crianças e seus acompanhantes, focando questões como: receptividade, inseguranças, proximidade com outros equipamentos, adequação e entendimento sobre a função destes equipamentos.

Para descobrir quais os locais de implantação dos equipamentos da API na cidade de São Paulo, realizou-se uma pesquisa de levantamento nos órgãos públicos nas subprefeituras, nas secretarias municipais e estaduais responsáveis pelos parques da cidade. De acordo com os respondentes, ficou constatado que as implantações ainda são pontuais e limitadas a 5 parques e nas praças de uma subprefeitura, e serão apresentadas no capítulo 4 como locais de estudo.

Esta pesquisa não se limita ao estudo do mobiliário de forma isolada, mas busca a inter-relação do equipamento (considerado como um produto da indústria metalúrgica), com o seu usuário (crianças), no espaço de implantação (praças e parques da cidade) conforme esquema apresentado na Figura 1. Segue a linha de pensamento presente em outros autores de pesquisa conforme Jonh (2010) por salientar que o mobiliário urbano deve ser considerado de maneira contextualizada, não como um objeto isolado, mas em conjunto com os demais elementos da paisagem. Nomura (2006) e Mourthé (2008) que colocam a importância em considerar os elementos instalados como um conjunto relacionado ao entorno, aos usuários e aos demais produtos e instalações existentes, além de considerarem a relevância da disposição física para a perfeita integração do equipamento com o espaço urbano.

Figura 1 – Representação dos elementos principais da pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

Após a definição dos locais de estudo, realizou-se a pesquisa de campo, que englobou diversas ferramentas de pesquisa para captação dos dados como: observação não participante do comportamento das crianças em uso, levantamentos e considerações sobre cada local, entrevista com os acompanhantes adultos nos locais de estudo; por meio de escolas convidadas e parceiras foram elencadas crianças de sete a onze anos para participarem do protocolo que compreendia um breve questionário sobre equipamentos elencados da API mais facilmente encontrados, além de uma redação, *storytelling*, com o tema “brincando com os brinquedos dos parquinho público”, com espaço para expressão também por desenho.

Do ponto de vista do design e da arquitetura, buscou-se compreender como o mobiliário urbano pode contribuir para melhorar a qualidade do espaço público de lazer sob o enfoque dos seus usuários. Segundo Bonsiepe (2011), a preocupação social de atuação em design expressada em ações e políticas públicas deve ser uma virtude a ser considerada pelos designers, priorizando e beneficiando a qualidade de vida da população, sendo desvinculada de interesses políticos definidos por gestão.

Um esclarecimento que se faz necessário é sobre o termo “Academia da Primeira Idade”, que significa nesta categoria de produtos o fato de ser projetado para crianças, a fim de não ser confundida com o termo “Primeira Infância” que é considerado por lei a idade que abrange os primeiros seis anos completos das crianças (BRASIL, 2016). Assim, para esta pesquisa, a delimitação de idade

considera o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que entende como criança a pessoa até doze anos incompletos (BRASIL, 1990).

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam alimentar referências para seleção de produtos de mobiliário urbano, para projetos e produção de novos produtos e espaços para brincar e para as atividades físicas, oferecendo novos conhecimentos aos órgãos públicos, seus gestores, designers, arquitetos, paisagistas, fabricantes, para a sociedade e para outros estudiosos, com maior proximidade e assertividade quanto às preferências e práticas dos usuários, tendo as crianças como público alvo para se beneficiar pelas ações dos agentes envolvidos na definição dos equipamentos e espaços para o lazer infantil.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é o de levantar e analisar a percepção, interação e formas de uso, considerações fundamentais para projetos de design, de um conjunto de equipamentos presentes no espaço arquitetônico do *playground*, com enfoque no uso e a apropriação pelas crianças usuárias das instalações que compõem a Academia da Primeira Idade, consideradas neste trabalho como um mobiliário urbano voltado para o público infantil e inseridos em um contexto de implantação, em espaços públicos de lazer na cidade de São Paulo.

1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi estruturada em seis capítulos. O presente capítulo um faz uma introdução e apresentação do tema, traz elucidação de termos, motivações para a pesquisa, sua finalidade e objetivos.

O capítulo dois traz por meio das pesquisas bibliográficas o levantamento de algumas referências sobre o mobiliário urbano para o lazer infantil, um breve histórico dos equipamentos de playground. Buscou-se conteúdos sobre o brincar e se exercitar na infância, conhecimentos sobre o espaço livre público, local onde os equipamentos de estudo estão implantados. Além do levantamento histórico sobre a origem e tipologias da Academia ao Ar Livre.

O capítulo três explica quais os procedimentos de pesquisa utilizados para elucidar a pergunta fundamental e alcançar os objetivos propostos.

No capítulo quatro têm-se a apresentação dos locais levantados e sistematização dos principais dados por ferramentas de captação como: observação, entrevista com adultos, protocolo com crianças (questionário e storytelling) e entrevista nos órgãos públicos.

O capítulo cinco apresenta como resultado as categorias de análise onde se encontram os aspectos mais recorrentes da inter-relação entre os dados levantados.

O capítulo seis apresenta algumas considerações gerais, sintetizando os conteúdos abordados em forma de contribuição para projetos de mobiliário para o público infantil.

CAPÍTULO 2

2 O LAZER INFANTIL NO ESPAÇO: ALGUMAS REFERÊNCIAS

Através de levantamentos documentais são apresentadas algumas definições e conceitos sobre o mobiliário urbano, um pequeno histórico sobre a área e equipamentos para playground, conceitos sobre o brincar e se exercitar na infância, sobre o espaço livre público onde são implantados os mobiliários urbanos. Oferece também um levantamento sobre a origem e incentivo de implantação da tipologia de Academia ao Ar Livre por meio de uma política pública, bem como suas especificidades. Procurou-se também levantar conceitos, visões, requisitos e recomendações já colocadas e desenvolvidas por outros autores e trabalhos que ofereçam contribuições ao projeto de mobiliário urbano em espaço público de lazer.

Com o intuito de adquirir o embasamento de conteúdos e conceitos sobre a temática do trabalho, que serviram para a realização deste capítulo, foram realizados levantamentos bibliográficos em bancos de dados nas bibliotecas das universidades FAUUSP, Belas Artes e Mackenzie, que têm cursos de design e arquitetura, utilizando as palavras chave: mobiliário urbano, espaço público e playground. Complementarmente estes termos também foram pesquisados nos sites acadêmicos (como o Google), nos quais identificamos bibliografias e artigos relacionados a eles, como também ao termo “Academia ao Ar Livre” e suas categorias.

Catálogos digitais dos principais fabricantes também foram utilizados como levantamentos de dados e as disciplinas realizadas na pós-graduação apresentaram bibliografia complementar sobre a temática pesquisada.

2.1 MOBILIÁRIO URBANO: DEFINIÇÕES, CATEGORIAS E CONCEITOS

De acordo com Houaiss e Villar (2009), podemos entender o mobiliário urbano como sendo um conjunto de artefatos utilitários implantados nas áreas públicas da cidade, que podem ser de caráter urbanístico (ex. bancos, lixeiras, abrigos) ou com caráter de lazer (playgrounds), ou de caráter paisagístico.

Os mobiliários urbanos, segundo Serra (2002), são inseridos no espaço urbano com o propósito de oferecer um serviço ao cidadão, com uso e funções muito diferentes, de acordo com necessidades da cidade: de comunicação, descanso, delimitação, ordenação, etc. Assim como considera Nomura (2006), o mobiliário urbano é como

um sistema de apoio ao espaço público, prestando serviços diversos aos usuários destes espaços.

Na visão do desenho urbano Ferrari (2004) define o mobiliário urbano como o conjunto de elementos presentes nos logradouros públicos; nas ruas, praças, parques, largos, etc., complementando as funções urbanas de trabalhar, habitar, circular e recrear como exemplos: pontos de ônibus, sinalizações, bebedouros, hidrantes, entre outros.

Albernaz e Lima (2000) complementam que além de ser um conjunto de artefatos, instalados em locais públicos, podem fazer parte da proposta e do projeto de paisagismo ou urbanismo.

O mobiliário urbano na maioria das vezes é especificado por meio de catálogos de produtos existentes, gerando uma padronização e facilidade de assimilação, por outro lado, projetos específicos e diferenciados poderiam ser mais adequados para representar a qualidade e cultura de um local por meio de seus elementos. Em conformidade com Creus (2002) e Mourthé (2008) que falam da possibilidade do mobiliário urbano definir padrões de qualidade de uma localidade ou de uma cidade.

Segundo Mourthé (2008) muitas vezes o mobiliário urbano pode ser visto simplificada e no sentido de mobiliar, decorar a cidade e muitas vezes definido por catálogo, de forma completamente descontextualizada. Por isto, Creus (2002) prefere utilizar a nomenclatura elemento urbano, como sendo objetos utilitários, que devem cumprir funções e usos, e devem ser compreendidos por seus usuários nesta integração com a paisagem urbana. Del Rio (2001) o entende como um sistema de complementariedade ao funcionamento da cidade.

O manual para implantação de mobiliário urbano da Prefeitura do Rio de Janeiro (1996) sugere que também seja considerado como um sistema, devendo se relacionar e se integrar ao ambiente urbano, e ser resolvido com uma equipe interdisciplinar de profissionais especialistas das áreas tecnológicas e humanas.

A NBR 9283 apresenta definição para o mobiliário urbano como sendo: “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1). Outra norma, a NBR 9284 institui a diferenciação de termo entre mobiliário urbano e equipamento urbano, definindo-o

como: “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados a prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1). Para exemplificar, as praças e parques são considerados em norma como equipamentos urbanos, enquanto na escala do objeto os equipamentos do playground são considerados como mobiliários urbanos.

Ferrari (2004) inclui ainda a diferenciação que existe entre os termos equipamentos públicos comunitários, igualmente aos relacionados na norma NBR 9284, que constituem serviços para o interesse geral da comunidade para a educação, lazer, saúde e similares, e o termo equipamentos públicos urbanos em outra escala e abrangência urbana, no sentido de redes de abastecimento e água, serviços de esgoto, telefonia, gás, entre outros.

A norma NBR 9283 classifica o mobiliário urbano em categoria e subcategorias de acordo com sua função, dentre as quais podemos citar: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infraestrutura (sistema de comunicações, energia, iluminação pública, saneamento); segurança pública; abrigo; comércio; informação e comunicação visual, ornamentação da paisagem e ambientação urbana (ABNT, 1986). Sendo assim, podemos inserir o objeto de estudo ao item – Mobiliário urbano de esporte e lazer tendo como exemplos, mesas, assentos, quadras de esporte playground, brinquedo, etc. (grifo nosso). Esta norma não faz alusão a equipamentos de academia de ginástica, pois o seu projeto e inserção aconteceu após a efetivação deste instrumento de normalização.

Sendo assim, neste trabalho os locais de praças e parques são considerados equipamentos urbanos de esporte e lazer, onde pode ser implantado o mobiliário urbano para o lazer.

Existe a possibilidade de uma lei municipal vir a direcionar itens do mobiliário urbano, como no caso da categoria informação e comunicação visual, que sofreu grandes alterações com a lei 14223 na cidade de São Paulo (2006), que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município, conhecida como lei cidade limpa, onde houve a proibição de propagandas em outdoor, banner e regularização de totens e placas comerciais, trazendo como

consequência na época de sua efetivação a diminuição da poluição visual, ordenação e valorização do espaço público.

No manual para implantação de mobiliário urbano do Rio de Janeiro (1996) a classificação também é de acordo com a função: estruturas, engenhos publicitários, separação e meios, cabines e quiosques, elementos paisagísticos, equipamentos de lazer (bancos e mesas, bicicletário, equipamentos esportivos e equipamentos infantis) (grifo nosso). Nesta última categoria encontra-se o objeto de estudo destinado a função esportiva e recreativa.

Segundo classificação de Mourthé (2008), o mobiliário urbano como equipamento funcional e de interface direta com o usuário apresenta diversas categorias, entre elas: elementos decorativos (esculturas e painéis); mobiliário de serviço (telefones públicos, latas de lixo, caixas de correio, banheiros públicos, abrigos de ônibus, etc.); mobiliário de lazer (bancos de praça, mesas de jogos, equipamentos para idosos, projetos para crianças (grifo nosso), projetos para atletas e jovens); mobiliário de comercialização (bancas de jornais, quiosques, mesas para cafés e bares em áreas públicas, quiosques de vendas) ; mobiliário de sinalização (placas de ruas, placas de trânsito, de sinalização tipo semáforos, placas informativas); mobiliário de publicidade (outdoors e letreiros).

De acordo com esta última classificação, este trabalho considera a Academia da Primeira Idade como um mobiliário urbano dentro da categoria mobiliário de lazer, inserido no formato de projeto para crianças, implantados no espaço livre público e na área destinada ao playground. A Figura 2 traz uma representação gráfica sobre a inserção das academias ao ar livre nas categorias de mobiliário urbano, com destaque para a API adotada neste trabalho.

Figura 2 – Inserção das academias ao ar livre dentro das categorias de mobiliário urbano. Destaque para a API como objeto de estudo.

Fonte: adaptado pelo autor com base nas categorias apresentadas por Mourthé (2008) e produtos da academia ao ar livre propostos por Ziober Brasil (2016).

A seguir alguns conceitos relevantes de acordo com seus autores serão apresentados, podendo constituir referência e requisitos para projetos de mobiliário urbano.

Em uma ótica mais próxima das premissas relacionadas aos órgãos públicos, que são os agentes responsáveis pela implantação do mobiliário urbano no espaço público, o manual do Rio de Janeiro (1996) ressalta que o design de mobiliário urbano necessita primordialmente considerar e atender a todos os tipos de usuários, verificar condições de segurança, fabricação, reposição e manutenção, devendo seguir três critérios básicos para a elaboração do desenho dos elementos como: aspectos funcionais (conforto, segurança e proteção, facilidade de utilização e identificação do elemento); aspectos técnicos e econômicos (verificar infraestrutura para instalação, fabricação, padronização, modulação, manutenção, material adequado) e aspectos formais (escala adequada, harmonia com paisagem, acabamentos sem arestas ou pontas).

Para Del Rio (2001) o mobiliário urbano deve ser compreensível, adequados ao uso, integrados ao contexto urbano físico e cultural, estar de acordo com os comportamentos sociais e as necessidades físicas e ergonômicas dos usuários.

Uma vez que o mobiliário urbano equipa a cidade, além de apresentarem características funcionais também refletem a paisagem urbana. Não devem servir de obstáculo para os usuários físicos ou visuais, devem ser atraentes, condizentes espacialmente e contextualmente à cidade (BARBOSA, CASTILLO, DANTAS, 2010).

Segundo Creus (2002, p. 6), “uso, integração e compreensão são os conceitos básicos de valorização de todo o conjunto de objetos que encontramos nos espaços públicos da cidade”. Também menciona que o design de um elemento urbano deve considerar: funcionalidade, racionalidade e emotividade, cumprindo questões funcionais e de uso, devendo ser racionais quanto à técnica e materiais empregados, com resistência a intempéries, ao uso cotidiano, além de ter facilidade de montagem e manutenção e trazer boas reações e sensações aos usuários, gerando assim a qualidade urbana.

Mourthé (2008) traz exemplos de cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro que utilizam o mobiliário urbano em formato mais diversificado e personalizado, servindo de referência visual de uma localidade ou de um bairro, mas que também podem ser

padronizados para toda a cidade. A padronização é vista como positiva por Creus (2002) por instituir ordem e clareza, e facilitar a compreensão pelos usuários. Em contraposição, Guedes (2005), após estudos de análise visual comenta que equipamentos produzidos em série e distribuídos pelos espaços públicos podem ser um equívoco baseado no processo de produção industrial em grande escala, proporcionando uma desarmonia visual e sem nenhum questionamento quanto a identidade e análise do local de destino.

O manual que considera o mobiliário para ser inserido em praças públicas de Recife (2002) diz que os desenhos, cores, e os materiais devem ser empregados considerando especificidades da localização, do entorno e tipo de uso onde será implantado.

Basso e Van Der Linden (2010) ressaltam a importância do design de mobiliário na valorização de uma identidade local através da forma, sendo funcional, diferenciado e representativo.

Segundo Montenegro (2005) e Benedet, Benedet e Silva (2015) os mobiliários urbanos são capazes de criar a socialização no espaço, pois vão determinar as atividades que podem ser realizadas nos espaços públicos. São elementos que geram atratividade principalmente quando atendem a necessidades funcionais e de uso, além de permitirem estabelecer um referencial simbólico para o lugar, a paisagem e a cultura.

A escolha do mobiliário por catálogo é mais fácil e imediata, em contraposição à criação de produtos novos específicos e diferenciados, principalmente para os profissionais e especificadores que tem que atender a revitalização de espaços com baixo orçamento, como no caso do serviço público, onde a prática revela a utilização de tabelas prontas ou já com os preços compostos para produtos e serviços disponíveis no mercado, para fins de orçamento e licitação pública.

Jonh e Reis (2010) destacam aspectos como ordenação, conforto, segurança e informação aos usuários, considerando que uma vez que o mobiliário urbano faz parte da paisagem urbana, é necessário aprofundar conhecimentos sobre as relações entre o projeto do mobiliário, o espaço urbano e seus usuários, devendo atender satisfatoriamente as necessidades das pessoas para serem reconhecidos

como úteis, importantes e gerarem sensações positivas durante o uso. São quesitos que este projeto utiliza como premissa e como elementos primordiais de estudo.

Neste trabalho verificamos as formas de uso, e para estudar como o usuário percebe um objeto será considerado o conceito de *affordance* inserido pelo psicólogo Gibson em 1979, como sendo a percepção que o ator tem como possibilidade de ação frente a um objeto disponível no ambiente. Foi apropriado por Norman em 1988 como sendo um aspecto do design de um objeto que sugere como ele deva ser utilizado. “Quando *affordances* são aproveitadas, o usuário sabe o que fazer, só de olhar: nenhuma imagem, etiqueta ou instruções são necessárias” (NORMAN, 2006 p.9), considerando que o objetivo do designer é fazer com que o usuário perceba sempre qual é a ação possível.

Para Montenegro, Elali e Gomes (2011) é fundamental que o desenvolvimento de artefatos urbanos seja capaz de estabelecer uma comunicação adequada, portanto os produtos devem informar pelo seu design o que é o objeto, para que ele serve, como entender e utilizar, estabelecendo uma relação significativa.

Para crianças, no ato de brincar o conceito de *affordance* é aumentado, como pode ser exemplificado: uma cadeira de escritório giratória para um adulto permite e possibilita o sentar, para uma criança ainda existe a possibilidade aumentada de brincar ao gira-la por seu eixo rotatório de forma intermitente. Este conceito será novamente abordado oportunamente na observação e análise do uso pelas crianças junto aos equipamentos da API.

Considerando ainda que o objeto de estudo é um equipamento voltado para crianças, buscou-se também referências para projetos de brinquedos de playground.

Munari (1998) comenta que brinquedos para crianças devem ser fáceis de entender e de usar, devem considerar o conteúdo de sua comunicação dependendo da faixa etária, sendo úteis ao desenvolvimento das crianças, além de serem divertidos, coloridos, mencionando que os adultos também possam compreendê-lo, a fim de não proibirem ou coibirem o uso pelas crianças. O projetista deve saber o que pode e não deve comunicar em cada fase da criança.

Projetos para crianças trabalham com uma especificidade maior de fatores, pois dependem do desenvolvimento das crianças, de habilidades específicas que vão

sendo adquiridas, além da problemática da grande variedade de estatura e porte físico dentro da mesma faixa etária para definição de dimensões específicas.

Nas literaturas estrangeiras pesquisadas muitas vezes é indicado que a área e os equipamentos do playground sejam separados por idade pré-escolar e idade escolar fazendo, portanto, distinções para crianças menores e um pouco maiores, com mais habilidades. Aqui no Brasil, nas áreas visitadas para a pesquisa não encontramos esta distinção, e considera-se que se por um lado proporcionam mais interação entre todas as crianças, por outro lado podem gerar conflitos e inadequação de propostas para um lado ou outro.

Segundo Lueder e Rice (2008), projetar para crianças requer contrabalançar segurança com estímulo por meio de desafios para aquisição de novas habilidades. As crianças normalmente testam seus limites aumentando os riscos, em uma estratégia de exploração do ambiente. O designer deve pensar em produtos e lugares que fiquem ajustados as habilidades das crianças, enquanto ofereçam desafios para que aumentem e obtenham novas habilidades.

Falando em desenvolvimento das crianças, a bibliografias das áreas da educação e da psicologia colocam parâmetros relativos às características, evolução, habilidades por desenvolvimento e faixas etárias das crianças, relacionadas ou não a meios sócio culturais, que devem ser conhecidas e interpretadas por designers para a idealização e a realização de projetos de produtos.

Tem-se consciência que cada criança é única, desprendendo-se da intenção de generalizá-las, porém a literatura oferece referências por idade do que se pode esperar do comportamento delas em relação ao desenvolvimento físico, motor, social, cognitivo, consideradas como estágios de desenvolvimento usuais para aquisição de habilidades⁶.

Considerando as medidas da população brasileira, podemos citar o trabalho de Almeida (1985) que apresentou relações antropométricas das crianças nas relações de uso dos brinquedos, observando crianças de 3 a 12 anos em parques, clubes e escolas e realizou a média para apresentar tabelas simplificadas que consideraram

⁶ Sem intenção de esgotar o assunto, por não fazerem parte do escopo neste trabalho, destaca-se para referências Gesell (1998, 1999); Lueder e Rice (2008) e Dreyfuss (2007) que além de discorrerem sobre medidas e habilidades do corpo por idade também apresentam algumas referências de desenvolvimento infantil.

os movimentos relacionados ao brincar. O trabalho de Paschoarelli, Silva e Spinosa (2006) também oferecem medidas antropométricas para o público infantil da pré-escola ao ensino fundamental.

Quando se pretende projetar equipamentos para crianças existem diretrizes a serem consideradas, que estão estipuladas na norma para playgrounds NBR16071/12 conforme ABNT (2012), que traz a revisão e substitui a NBR 14350/99 - Segurança de brinquedos de playground. Esta norma se aplica a equipamentos para uso em escolas, creches, praças e parques e espaços coletivos similares e está dividida em sete partes que contemplam: terminologia; requisitos de segurança, requisitos de segurança para pisos absorventes de impacto; métodos de ensaios; projeto da área de lazer; instalação e inspeção, manutenção e utilização.

Uma recente legislação provavelmente mudará a configuração dos playgrounds caracterizados somente por brinquedos tradicionais, pois a lei 13443/17 prevê que cinco por cento dos brinquedos do espaço público sejam adaptados a todos. A intenção é a de garantir que os espaços públicos com equipamentos de lazer sejam espaços de inclusão das crianças com deficiência, inclusive visual ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2017). Em levantamento nas subprefeituras nenhuma delas sinalizou já contar com alguma adaptação neste sentido, considerando as praças da cidade.

Após estes levantamentos conceituais, de termos e de legislação pertinentes, a investigação se voltou para conhecer o histórico dos espaços e equipamentos de playground, inclusive quais são antecedentes que culminaram na proposta de brinquedos no formato de academia para crianças.

2.2 HISTÓRICO SOBRE O ESPAÇO E EQUIPAMENTOS DO PLAYGROUND

Esta seção traz uma breve visão histórica⁷ sobre o surgimento do espaço do playground e seus brinquedos, procurando os antecedentes e propostas atuais semelhantes aos equipamentos da Academia da Primeira Idade implantados nas áreas destinadas ao playground, também conhecido como parquinho infantil.

⁷ Sem intenção de esgotar o assunto, provavelmente será possível encontrar outras tipologias e empresas que poderiam ser inseridas.

Engloba conceitos de lazer incluindo função ou atividade, passando pelo *Reform Park* americano; o parquinho europeu de Aldo Van Eyck, até as ocorrências nacionais como os parques infantis de Mário de Andrade no Brasil e seus desdobramentos.

O espaço do playground tem origem nas praças medievais, mas a forma como conhecemos hoje com brinquedos específicos e funcionais surgiram com a revolução industrial, incentivados pela demanda da massa de população com novas necessidades econômicas e sociais nas grandes cidades, beneficiado pela possibilidade de produção em série dos equipamentos ou brinquedos (FREYBERGER, 2000).

O movimento para construção dos parquinhos surgiu de forma mundial, e aqui no Brasil, na cidade de São Paulo, como uma preocupação sanitária apoiada em valores de higiene, saúde, cultura e lazer, tendo como cenário as instalações insalubres dos cortiços da época; além da proposta de tirar as crianças das ruas. Diferente do espaço aberto que conhecemos como parquinho infantil hoje, foram criados os parques infantis, caracterizados por espaços construídos e áreas descobertas, amplas, ensolaradas, seguras, e com equipamentos que valorizavam o desenvolvimento físico e saudável da criança e tinham proposta de recreação acompanhada e dirigida (NIEMEYER, 2002).

Internacionalmente, na segunda metade do século XIX o equipamento denominado *Kindergarten* (jardim da infância), idealizado por Froebel, filósofo alemão do período romântico, valorizava o desenvolvimento livre e espontâneo, em local onde as crianças brincavam na terra, e também com jogos e brinquedos. Seria o primeiro protótipo lúdico-pedagógico implantado inicialmente em jardins escolares europeus, que foi também aproveitado por educadores norte-americanos na metade do século XIX e que serviu como base para o modelo paulistano de parque infantil (KISHIMOTO, 1998; NIEMEYER, 2006).

O ambiente ao ar livre com caixas de areia, aparelhos para ginástica, área para jogos e brincadeiras, como parquinho infantil, playground ou pátio de recreio, tem seu primeiro registro nos Estados Unidos em Hull House, na cidade de Chicago no ano de 1892. Ainda em Chicago foram implantados os parques recreativos para crianças e adultos, onde existiam instalações para atividades internas (salas para

teatro, biblioteca, refeitório, vestiários) e externas (playground infantis, quadra esportiva, piscina) com supervisão de pessoas treinadas. Nestes parques recreativos o playground infantil já contava com escorregadores, balanços, gangorras e caixa de areia (GUERRA, 1998).

Nos Estados Unidos a implantação do playground surgiu com o movimento *Reform Park*, construção de equipamentos de lazer e assistência as camadas carentes da população, com intenção de integrar as classes populares e imigrantes em um espaço de encontro e sociabilidade. Os brinquedos são inseridos nesta tipologia *Reform* no final do século XIX como forma de organizar e racionalizar as atividades dando assim uma maior importância aos playgrounds a partir de então. A partir desta experiência outras propostas de lazer começaram a surgir pelo mundo após a década de 1920. A Inglaterra começou a implantar seus playgrounds em 1927 e a França em 1930. No Brasil os equipamentos recreativos eram inspirados no padrão *Reform* com design desenvolvido a partir da tecnologia industrial e adequada aos propósitos da recreação e da educação física (NIEMEYER 2002, 2006).

A tipologia dos equipamentos do *Reform Park* era composta de estruturas tubulares bastante altas, escadas verticais e horizontais que serviam de plataforma e também como travessia ao segurar pelas mãos e braços, argolas de ginástica que as crianças deveriam se pendurar pelas mãos. Porém na Figura 3 e 4 podem ser visualizadas sendo utilizadas por crianças, as vezes penduradas também pelas pernas e de cabeça para baixo, e percebe-se também tubos paralelos equidistantes com grande espaçamento como escorregador. Interessante notar como alguns destes elementos podem ser encontrados nos equipamentos pesquisados da atualidade.

Figura 3- Instalação constituída de tubos metálicos promovendo atividades variadas a um grupo de crianças na tipologia *Reform Park* – Washington Park playground, Pittsburgh 1907

Fonte: Burkhalter et al. (2016)

Figura 4 - Exemplo de equipamento da tipologia *Reform* em Seattle - Hiawatha Playground, 1912

Fonte: <http://www.play-scapes.com/play-history/mid-century-modern/vintage-playgrounds-seattle-washington/> Acesso em jan. 2018

O movimento conhecido como *Recreation Facility* nos Estados Unidos (1930-1965) expande a implantação de equipamentos lúdicos como proposta de lazer de massa e construção de parques e praças de recreação para criar uma imagem de progresso pós-guerra, abandonando o modelo anterior, o *Reform* (NIEMEYER 2002, 2006).

Em 1947 Aldo Van Eyck constrói seu primeiro playground em Amsterdã, na cidade degradada pelo pós-guerra em terreno abandonado, argumentando em nome de uma arquitetura posta à disposição da atividade humana que promovesse uma interação social. Utilizou de elementos como: uma caixa de areia circunscrita por uma borda de concreto, blocos arredondados, uma estrutura de barras, árvores e bancos, conforme pode ser visto na Figura 5. Considerava estes elementos integrados com a paisagem gerando múltiplas possibilidades. Como conceito os playgrounds não eram apenas objetos a serem escalados, mas um lugar de encontros, relação com o entorno, aproximação da vizinhança, da apropriação, do espaço que se transforma em lugar. Depois desta experiência bem-sucedida até 1978, Van Eyck projeta centenas de outros playgrounds (ROSA, 2013).

Figura 5 - Elementos da tipologia de playground de Aldo Van Eyck

Fonte: Merijn (2013)

Esta experiência europeia de sucesso aconteceu por toda a Holanda com a inserção dos parquinhos do arquiteto Van Eyck. Estes elementos se repetiam nos demais locais em um exercício de composição não hierárquica, mas harmônica entre si, e na implantação, visando a interação com o tecido urbano. A finalidade dos equipamentos para brincar era a de estimular a mente das crianças resultando na apropriação do espaço. Equipamentos de ferro do tipo trepa-trepa também podiam ser encontrados nos moldes dos parquinhos de Van Eyck, conforme Figura 6a. A tipologia de trepa-trepa hemisférico (Figura 6b) não proporcionava apenas subir, mas poderia se transformar em uma cabana se coberto por algum tipo de material conforme (MERIJN, 2013).

Figura 6 – Brinquedos em estrutura metálica tubular na tipologia trepa-trepa que permitiam o escalar

(a) Fonte: Merijn (2013)

(b) Trepa-trepa hemisférico que permitia o escalar por cima e se pendurar pela parte de baixo

Fonte: Merijn (2013)

No Brasil em 1920, Fernando de Azevedo foi o mentor dos programas de recreios dirigidos caracterizados por campos esportivos, playgrounds e piscinas públicas, que

culminou na primeira praça de jogos de São Paulo em 1933/34. A partir de 1935, começaram a serem implantados os parques infantis (com áreas construídas e espaço livre), seguindo os moldes americanos do *Reform Park*, tendo como principal idealizador o modernista Mário de Andrade no recém-criado departamento de cultura, com o ideal de promover assistência moral e cultural a jovens e crianças das camadas mais pobres da população (Figura 7). Esta proposta de parque infantil, como forma de dar assistência, educar e recrear desapareceu na década de 1970, porém foi precursora da criação dos modernos playgrounds nos atuais espaços públicos; e nos moldes e configurações formais e produtivas ainda encontradas atualmente nas praças e parques encontrados no Brasil (NIEMEYER, 2002, 2006).

Equipamentos ligados a prática de ginástica podem ter sua justificativa aqui no Brasil em 1931, onde através de portaria do Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco de Campos, obrigava os estabelecimentos de ensino público do país serem dotados de aparelhos de ginástica para exercícios, seguindo o sistema de educação física francês com toras de equilíbrio, barras paralelas, cavalo, etc. Até meados da década de 1940 também podiam ser encontrados nos parques públicos equipamentos para educação física como: pórticos com cordas, trapézios, mastros, barras paralelas e cavalos (ver alguns exemplos na Figura 8). A partir de 1950 com a consolidação da pedagogia no Brasil, os playgrounds passam a ter objetivos mais lúdicos, sendo considerados espaços culturais e funcionais a serviço do tempo livre, e abandonam assim os ideais reformadores (NIEMEYER, 2002).

Figura 7 – Equipamento do parque infantil D. Pedro II – década de 1940

Fonte: Niemeyer (2002)

Figura 8 – Equipamentos encontrados nos parques infantis – 1940

Fonte: Niemeyer (2002)

Pode-se observar que o brinquedo hoje conhecido pelo nome de trepa-trepa representado no desenho número quatro da Figura 8, na época era conhecido como um equipamento de ginástica denominado de gaiola, reforçando os ideais de educação física.

Com o passar dos anos houve uma crescente preocupação com a segurança dos equipamentos para playground e nos Estados Unidos hoje existem normas de segurança, como ASTM F1487 e F1292 além de supervisão pelo *Consumer Product Safety Commission* (CPSC) e o *Internacional Play Equipment Manufactures Association* (IPEMA), que oferece certificação para equipamentos fabricados (RUTH, 2017).

No Brasil a primeira norma de segurança é datada de 1999 com a NBR 14350, que foi substituída pela atual NBR16071 de 2012, sendo baseada nas normas europeias EN1177 e EN1176, realizada por um comitê da ABNT com profissionais do setor de playground.

Segundo Freyberger (2000), os equipamentos que mais se assemelham ao período dos primeiros parques infantis são os de ferro na tipologia tradicional: balanço, trepa-trepa, escorregador, gira-gira, conforme exemplos da Figura 9.

A seguir serão apresentados alguns equipamentos como propostas que antecedem a apresentação da API, e abordados os diversos tipos de materiais e seus principais problemas nos brinquedos para playground, levantados pela pesquisadora.

Na tipologia de ferro tubular tradicional a falta de manutenção adequada pode acarretar problemas de ferrugem e consequentemente problemas de segurança. Outra questão é a temperatura que o material apresenta em dias quentes, principalmente na chapa utilizada no escorregador, podendo gerar inadequação ao uso como, por exemplo, provocar queimaduras.

Figura 9 - Playground de ferro tradicional

Fonte: fotos do autor

Outra tipologia são os playgrounds utilizando estruturas de concreto, até mesmo o uso de tubos de esgoto em concreto, podendo apresentar pintura e serem utilizados com a possibilidade de entrar dentro, e como túnel de passagem. Quando implantados um após o outro criam referência a um trenzinho conforme mostra a Figura 10.

Nesta tipologia hoje já não muito utilizada, há o problema de acúmulo de sujeira, água de chuva e abrigo de animais de rua além de pouca visibilidade através deles.

Figura 10 - Tipologia com tubo de concreto parque do Ibirapuera

Fonte: Lima (1934)

Os itens que mais influenciam nas mudanças de design são os materiais e a forma de produção do equipamento. A partir dos anos 1970 foram inseridos os equipamentos tipo circuitos, agregando múltiplas funções em um único produto, confeccionados em madeira ou poliuretano (FREYBERGER 2000).

Nesta tipologia de circuito pode-se encontrar uma pequena cobertura, englobando a ideia da casinha e também a ponte mole como desafio a travessia (Figura 11). A falta de manutenção neste tipo de equipamento pode gerar apodrecimento da madeira e fragilidade de partes, além da possibilidade de soltar farpas, que comprometem a segurança do equipamento. Os confeccionados com toras de eucalipto tratado geralmente utilizam cordas e barras de ferro e podem ser pintados ou não, apresentando aparência integrada a natureza e ao ambiente.

Figura 11 - Equipamento tipo circuito em madeira roliça na cor natural e pintada

Fonte: fotos do autor

O material poliuretano, polietileno ou madeira plástica (Figura 12) são menos utilizados em espaços públicos abertos, como nas praças. Tem a vantagem de não ter a mesma condutibilidade térmica como o ferro, porém podem trazer a desvantagem da pouca visibilidade pela estrutura mais robusta e menor transparência do material, além de descoloração e fragilidade da parte plástica no tempo.

Figura 12 – Equipamento tipo circuito em plástico e madeira

Fonte: fotos do autor no parque do Povo e Juventude

Em 1986 o governo do estado junto ao CEPAM criou projetos de brinquedos para parques infantis (Figura 13), uma opção mais barata para construção e manutenção pelas próprias prefeituras nas oficinas municipais, utilizando materiais acessíveis como troncos de eucalipto, pneus e tubos de ferro galvanizado. Alguns destes exemplares ainda podem ser encontrados em praças e parques, como barras de equilíbrio e paralelas, bem como as escadas (CEPAM, 1986).

Figura 13 – Alguns exemplares da tipologia proposta pela CEPAM

Fonte: CEPAM (1986)

Houve um momento em que a inserção de materiais mais maleáveis e recicláveis como pneus foram utilizados (ver Figura 14), usando justificativas de utilizá-lo como substituição aos acentos de madeira e ferro dos balanços, visto os problemas de segurança no uso e de acidentes frequentes. Um problema atual na sua utilização é o acúmulo de água, meio favorável a proliferação de mosquitos.

Figura 14 - Equipamentos com pneus

Fonte: fotos do autor

Entre 2002 e 2004 em São Paulo foi realizado projeto de brinquedos para o programa “Centros de Bairro”, desenvolvidos pela equipe da Emurb como proposta de requalificação de praças em zonas carentes e periféricas da cidade. Os equipamentos para crianças em sua maioria apresentavam formato de animais, alguns com multi-funções, e desenvolvidos em tubos metálicos pintados com tinta

epóxi e madeira (ver exemplos na Figura 15). Após dois anos de uso, devido à falta de manutenção preventiva, os equipamentos já estavam com alto grau de degradação, conforme apresentado no trabalho de Namiki (2007).

Figura 15 – Exemplo de equipamento Jacaré em praças no programa Centros de Bairro

Fonte: Namiki (2006)

Em 2008 a prefeitura de Maringá lança a Academia da Primeira Idade, objeto de estudo deste trabalho (Figura 16 e 17). Os equipamentos foram desenvolvidos pela empresa Ziober Brasil de Maringá, inicialmente com oito equipamentos, sendo que hoje apresenta mais de vinte só nesta tipologia de produto infantil. Tem pintura eletrostática, o que ajuda na condutibilidade térmica e não esquentam como os antigos e tradicionais, conforme testado pela pesquisadora. Como outros materiais metálicos, também requerem manutenção de pintura por desgaste ou por ferrugem. Outras considerações sobre estes equipamentos serão feitas nos capítulos posteriores deste estudo.

Com desenho e funcionamento diferenciados, porém semelhante aos equipamentos de um playground, visam estimular a atividade motora da criança, com a ideia de unir exercício e lazer, despertando o prazer pela atividade física ainda na infância. (LAU, 2008).

Figura 16 – Projeto pioneiro no país - 1ª API em Maringá

Fonte: Lau (2008) Foto: André Renato PMM

Figura 17 - Foto ilustrativa de divulgação de alguns equipamentos da API

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em jan. 2016

Uma proposta mais recente, provavelmente posterior à criação dos equipamentos da API em estudo, foi a inserção de produtos em madeira e aço inox, mais resistente a intempéries e ferrugem, principalmente em ambientes de maresia. O design destes equipamentos de exemplo tem sua simbologia relacionada à praia, local desta implantação (Figura 18).

Figura 18 - Equipamentos em madeira e aço inox

Fonte: foto do autor

O aço inox não apresenta sensação térmica que impede seu uso em altas temperaturas como aparenta visualmente, conforme verificado pela pesquisadora. Por serem de implantação e uso atuais ainda não há visualização de problemas devido ao material ou falta de manutenção, além dos apresentados sobre a madeira.

Outra nova tipologia de playground está relacionada a projetos mais acessíveis, antes mesmo da legislação atual que prevê que parte dos equipamentos dos parques públicos devam ser adaptados. Já era possível encontrar alguns projetos específicos como no parque do Ibirapuera realizado pela empresa LAO engenharia que criou um produto com rampas, piso tátil, argolas e elementos sensoriais, conforme Figura 19, implantado por iniciativa da Secretaria da Pessoa com Deficiência e Secretaria do Verde e Meio Ambiente, da prefeitura de São Paulo.

Figura 19 – Brinquedão acessível no parque do Ibirapuera – S.P.

Fonte: <http://elisaprado.com.br/blog/2010/10/brinquedo-acessivel/> acesso em jan. 2018

No parque Villa Lobos a arquiteta da Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) realizou projeto de uma casinha de madeira com acesso por meio de rampas acessíveis, além de uma caixa de areia em vários níveis que permite interação entre crianças cadeirantes ou não, conforme Figura 20.

Figura 20 – Brinquedo acessível no parque Villa Lobos – S.P.

Fonte: <https://thaisfrota.wordpress.com/2009/08/04/design-para-todos/> acesso em jan. 2018

Existe também a iniciativa da associação Anna Laura Parque Para Todos (ALPAPATO) que cria e doa parques acessíveis, como o banco gafanhoto e escorregador acessível, em parceria com a LAO engenharia (ver Figura 21).

Também já é possível encontrar algumas propostas de equipamentos acessíveis de algumas empresas fabricantes de playground, como balanços e gira-gira, por exemplo, conforme Figura 22.

Figura 21 – Equipamentos acessíveis com projeto pela ALPAPATO

Fonte: laoengenharia.com.br e www.cartaeducacao.com.br/reportagens/a-inclusao-chega-aos-brinquedos-de-parque/ acesso em jan. 2018

Figura 22 – Exemplos de brinquedos acessíveis

Fonte: laoengenharia.com.br e <http://www.atitcmesportes.com.br/produtos/40> acesso em jan. 2018

Procurou-se também por referências internacionais sobre o tema academia e equipamento de ginástica para crianças em ambientes externos e foi possível encontrar alguns exemplares na concepção multifuncionais (ver Figura 23a e b) e também nas versões individuais de empresas diferentes (ver Figura 24 a, b e c), inclusive como propostas para serem utilizadas em escolas como apoio à educação

física. Portanto verifica-se que não é uma solução presente somente no Brasil. Apesar de visualização de alguns elementos similares aos produtos da empresa brasileira na figura 23b, neste caso as datas encontradas são posteriores ao projeto nacional.

Figura 23 – Exemplos internacionais de equipamentos multifuncionais para crianças

(a) Fonte: Creative Recreation- empresa de Connecticut USA– outdoor fitness equipment for kids ⁸

(b) Fonte: Epcot Festival 2014 -Landscape Structures empresa de Minnesota USA ⁹

⁸ <http://www.creativerec.com/our-products/fitness-sports-equipment/> acesso em jan. 2018

⁹ www.playlsi.com/en/commercial-playground-equipment/playgrounds/epcot-international-flower-and-garden-festival-2014/ acesso em jan. 2018

Figura 24 – Exemplos internacionais de equipamentos de ginástica individuais para crianças

(a)

(b)

Fonte: Schoolscapes – Children's gym equipment – empresa Inglesa ¹⁰

(c)

Fonte: Caloo – Outdoor Gym Equipment for schools – empresa Inglesa ¹¹

¹⁰ <https://www.schoolscapes.co.uk/product-category/active-play/gym-equipment/> acesso em jan. 2018

¹¹ <http://www.caloo.co.uk/outdoor-gym-equipment/> acesso em jan. 2018

2.3 O BRINCAR E SE EXERCITAR NA INFÂNCIA

As áreas de conhecimento em educação, psicologia, pedagogia e educação física entre outras, apresentam e discutem conceitos, abordagens e práticas sobre a criança, o brincar, sua formação e desenvolvimento que são tratadas neste capítulo focadas no contexto de implantação e uso de mobiliário para playground em espaços públicos por crianças, sem a intenção, portanto de esgotar o assunto.

Entende-se o brincar como uma atividade livre, importante para o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo, físico, psíquico e emocional da criança e o brinquedo como um meio para proporcionar esta brincadeira. O que se deve depreender sobre o brincar para projetar este objeto de interface, em formato de brinquedo que proporcione atividade física, tão importante para a formação da criança da maneira mais adequada?

Antigamente, na idade média, o lazer e o brincar eram vistos de forma negativa, em oposição ao trabalho e tarefas sérias. O pensamento do romantismo inverte estes valores e o brincar passa a ser considerado como algo prazeroso, um mecanismo psicológico de imitação ou ficção, oposto ao princípio de realidade e com uma significação social. Começa a ser visto como uma conduta livre e espontânea, favorecendo o desenvolvimento da inteligência e também do aprendizado como instrumento de educação (KISHIMOTO, 1998).

Em conceitos mais atuais, o brincar é visto como um fenômeno universal, um comportamento livre, voluntário, prazeroso ocorrendo em ambientes livres de tensões, perigos e em estado familiar e saudável. Serve para melhorar a adaptação do indivíduo na apreensão de habilidades e experiências, para serem utilizadas em novas situações e novos ambientes, em fases mais maduras da vida (BICHARA et al 2009).

Para Oliveira (2004) o brincar é algo inerente à criança e fundamental para a sua formação. Brincando ela aprende, identifica-se e relaciona-se com o mundo, envolvendo atividades físicas e mentais, sendo uma forma de adquirir conhecimento espacial, cultural, social e afetivo.

Brincar é uma forma de expressão do ser humano, uma comunicação que permite socialização e desenvolvimento. A brincadeira pode ser transmitida de uma geração

a outra ou aprendida nos grupos infantis, na praça, na rua, escola ou parque, e fazem parte de um patrimônio lúdico-cultural, traduzindo valores, costumes, formas de pensamento e ensinamentos (FRIEDMANN, 1992).

Outro conceito importante é encontrado em Bichara et al (2009) e Oliveira (2004) que falam do brincar como possibilidade de interação social, adquirindo assim habilidades sociais, aprendizagem de comunicação e percepção da criança do mundo social e cultural. Portanto, a criança necessita de outras como companheiras, para poder comparar atitudes, servindo isto de estímulo para seu desenvolvimento.

Brincar é saudável, colabora para o crescimento, é uma forma de comunicação e conduz a relacionamentos entre outras crianças, sendo um momento de exercer a criatividade. Winnicott (1975) insere a concepção de que o ambiente deve ser considerado como importante para o desenvolvimento do indivíduo. Portanto quanto mais soubermos sobre o que define um bom ambiente público para brincar, mais será possível adequá-lo as necessidades das crianças.

Lueder e Rice (2008) salientam que brincar envolve criatividade e que a criança exercita sua imaginação, aprende a se responsabilizar e interagir com outros e pratica algumas regras que provavelmente assumirão quando adultas. Ressaltam que as crianças e também os adultos brincam por prazer e porque é divertido, e este ato se dá de uma maneira pouco estruturada onde as regras são flexíveis e sem um objetivo a alcançar.

Pilato (2003) alerta para o fato que o brinquedo industrializado é projetado pelo adulto, e assim depende da interpretação e concepção que ele possui sobre satisfação e necessidade da criança, o que pode se distanciar ou exprimir interpretações equivocadas sem acrescentar qualidades, inovações, e nem mesmo a possibilidade de brincar com liberdade, pois tudo já foi pré-concebido.

Outro assunto abordado por Oliveira (2004), Bichara et al (2009) e Kishimoto (1998) é que a brincadeira é afetada pelo ambiente, e para que a criança possa desenvolver sua inteligência é importante a interação entre eles, devendo ser este rico, estimulante, ativando a criatividade e a imaginação. A cultura lúdica, entendida como a experiência acumulada por meio do brincar, diversifica-se conforme o meio social, a cidade, as condições climáticas e espaciais, a idade e o gênero da criança.

Também em Bichara et al (2009), diz-se que os efeitos do espaço, dependendo do seu tamanho, densidade, arranjos e delimitações de interno e externo podem variar o tipo de brincadeiras, inclusive a presença de equipamentos pode afetar o tipo e a organização das crianças que brincam.

A pesquisa de Luz e Kuhnlen (2013) estuda o uso dos espaços urbanos pelas crianças em praças públicas e faz considerações também sobre os equipamentos presentes. Relata que um espaço qualificado, com equipamentos adequados podem promover brincadeiras variadas, possibilitando o uso e aperfeiçoamento de diversas habilidades sociais (interação, socialização), físicas (agilidade, força, capacidade motora), cognitivas (noção espacial, concentração, atenção) e psicológicas (emoções, criatividade, autonomia).

Considerando que o objeto de estudo é um equipamento para brincar, localizado no espaço público e em área externa é válida a definição de Oliveira (2004) para brinquedos como sendo objetos materiais construídos artesanalmente ou industrialmente, servindo como ferramentas, acessórios que ajudam a promover a brincadeira no espaço, com os quais as crianças desenvolvem suas habilidades motoras finas e de movimentos amplos.

Através do brincar a criança assimila valores, comportamentos, aprende a exercitar-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. Convivendo com outras crianças aprende a dar e receber ordens, esperar a vez, emprestar e pedir emprestado objetos e brinquedos, compartilhando momentos, fazendo amigos, aprendendo a ter tolerância, respeito, compreensão, enfim desenvolvendo sua sociabilidade. Sendo assim, Pilato (2003) entende que o brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança.

Ainda que a criança realize atividades físicas enquanto brinca, um problema atual destacado por Ferreira (2016) e Penido (2016) é o aumento da obesidade infantil nos últimos anos, sendo sua causa relacionada à má alimentação e ao sedentarismo. Dados do Ministério da Saúde dizem que cada vez mais crianças estão ficando acima do peso. No Brasil, 33.5% das crianças entre cinco e nove anos apresentam excesso de peso e 8.4% estão obesas, de acordo com portal da saúde (PENIDO, 2016).

A possível causa da doença obesidade na infância se relaciona a falta de exercícios físicos, má alimentação, e a hábitos de vida da atualidade: as crianças preferem ficar assistindo televisão, brincar no computador ou celular. Deve-se incentivar a prática de qualquer tipo de atividade física, pois crianças mais ativas apresentam menor percentual de gordura corporal (FERREIRA, 2016).

Parece importante entender as diferenças nas definições de atividade física, como sendo qualquer movimento do corpo que resulte em gasto de energia em referência ao corpo em repouso, como por exemplo: caminhar, subir escadas, limpar carro ou casa, brincar, dançar entre outras. Já exercício físico é uma subcategoria da atividade física, pois é uma atividade planejada, repetitiva, com supervisão e orientação por profissional qualificado e que visa desenvolver habilidades físicas e motoras, como por exemplo: a prática de esportes no geral, musculação, natação, lutas, etc. (SESI, 2010).

A atividade física na infância tem que ser uma forma de recreação prazerosa, a fim de se tornar um hábito de vida saudável para o futuro e continuado por todas as fases da vida, pois ela apresenta diversos efeitos benéficos para o organismo e é recomendada como estratégia de promoção da saúde (AGUIAR, 2011).

Segundo Lueder e Rice (2008) a atividade física melhora a força dos músculos, a coordenação e a condição física em geral e propicia as crianças se beneficiarem mentalmente, fisicamente e socialmente.

Em artigos de Souza Jr. e Bier (2008) e Aguiar (2011) os autores salientam a importância da criação de programas que possam incentivar a atividade física espontânea desde a infância, com a finalidade de diminuir o sedentarismo, incentivando um estilo de vida mais ativo juntamente com hábitos alimentares mais saudáveis para a população infanto-juvenil. Esses estudos levantados sobre a situação de crianças com problemas de obesidade e sedentarismo revelam que estas têm maior tendência a manter este hábito por toda a vida adulta.

Como o equipamento estudado está no espaço livre público e sua nomenclatura sugere a proposta de uma academia “de ginástica” para a primeira idade, tem-se a questão da realização de exercícios sem supervisão por profissional qualificado, instrumentando a forma correta de uso para obter seus benefícios.

O termo academia para primeira idade significa simplificarmente que são equipamentos voltados para crianças, originários da ramificação dos demais produtos da categoria de academia ao ar livre e podem gerar confusão com o que se entende por academia de ginástica para adultos, que tem a premissa de prática de exercícios por repetição, com supervisão por profissionais qualificados e com objetivos de saúde ou estéticos.

Estudos de Alves e Lima (2008) e Aguiar (2011) salientam que o exercício físico leve a moderado estimula o crescimento e deve ser incentivado. Os riscos das atividades físicas só foram encontrados em crianças e jovens atletas submetidos a especialização precoce, com treinamento intensivo e restrição alimentar. A falta de atividade física é um problema, o seu excesso e exagero também o são.

Cabe aos responsáveis incentivar as crianças a se sentirem pertencentes ao espaço público, levando-os a estes espaços com a finalidade do brincar livre, permitindo a interação com outras crianças e, como consequência, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, utilizando dos equipamentos existentes como estímulo para as brincadeiras, que como visto neste capítulo apresentam os mais diversos benefícios.

2.4 O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO: LOCAL DO MOBILIÁRIO URBANO

Os espaços livres públicos para o lazer e a fruição na cidade contemporânea são considerados vitais para a vida cotidiana. Nele, usuários adultos e crianças podem desenvolver atividades relacionadas ao lazer, exercitando o corpo e mente, ou em ações para a diversão e a contemplação, benéficas para a qualidade de vida urbana. Todos os elementos que os constituem, como pisos, mobiliário urbano de recreação e lazer, infraestrutura para o uso, além do paisagismo são importantes para qualificar e proporcionar a apropriação do local.

Torna-se importante buscar por suas definições e conceitos relacionados para se entender o local onde os equipamentos estão implantados, uma vez que os elementos de mobiliário urbano são objetos pertencentes ao espaço público.

O equipamento estudado encontra-se instalado em praças de uso irrestrito e também em parques com horário definido, fechamento por gradil e uso às vezes

supervisionado por vigias. As praças são locais inseridos na malha urbana, e suas dimensões estão atreladas as vias lindeiras com tráfego de automóveis; representam pequeno percentual de área verde, e são muitas vezes áreas residuais resultantes do parcelamento do solo, normalmente com topografia acidentada. Diferentemente os parques são projetos únicos, com grandes áreas verdes, voltados para o lazer ativo e contemplativo e com zonas definidas para usos diversificados. Além das diferenças citadas busca-se por outros requisitos que podem gerar diretrizes para os projetos de mobiliário.

O conceito de espaço como totalidade, como instância social, considerado como conjunto indissociável de um sistema de objetos e de ações, incluindo materialidade e sociedade, como colocado por SANTOS (1996) é adotado neste trabalho, que busca o entendimento das relações entre um objeto, aqui focado num equipamento de mobiliário urbano - instalação para playground, com os usuários no seu espaço de implantação. Segundo o mesmo autor, neste espaço estes sistemas interagem constantemente, e seus elementos constituídos por objetos, condicionam a forma da ação colocando que “A ação é tanto mais eficaz quando os objetos são mais adequados” (SANTOS, 1996, p. 60).

Por definição Magnoli (2006) considera espaço livre público aquele existente na área urbana livre, não coberta e sem edificações como ruas, praças, parques, praias, rios, campos. Estes espaços podem ser classificados; de circulação como ruas e calçadas, ou local de permanência de lazer e recreação como as praças e parques. São considerados propriedades de uso comum do povo, com acesso livre, irrestrito e com possibilidade de interações entre os usuários em diversos tipos de atividades.

Segundo o código civil as ruas, praças, parques, rios, estradas, mares são bens públicos, de uso comum do povo, significando que devam ser usados e usufruídos por todos em igualdade (BRASIL, 2002). Apesar desta definição os cidadãos das grandes cidades entendem o espaço público como pertencente aos órgãos gestores, uma vez que cabe a eles a implantação e manutenção, e de certa forma se eximem de responsabilidades para a sua conservação tendo como manifestação facilmente visualizada as atitudes de vandalismo, a falta de cuidados e mau uso por alguns de seus frequentadores. Por outro lado, existem casos participativos pontuais em que a sociedade se reúne para ajudar a melhorar a situação de uma praça e de seus

equipamentos, em forma de mutirão de limpeza e pintura, gerando uma responsabilidade comum entre os moradores locais.

Salgado (2000) entende o espaço público como essência da cidade, espaço de circulação seja a pé ou de automóvel; espaço de encontro e conversa, de manifestações, local onde as pessoas se expressam coletivamente. É por seus espaços públicos que uma cidade é representada e às vezes, reconhecida.

Os espaços públicos podem propiciar relações de afetividade, identidade coletiva e sentimentos de pertencimento importantes para seus usuários (QUEIROGA, 2012). A observação direta sobre o uso que cidadãos fazem dos espaços pontua e ressalta a importância do mobiliário urbano e seus locais de implantação, colocando a indagação sobre como, o que, e quais são os elementos que devem ser considerados no projeto (de produtos e do local físico) para atender as necessidades e expectativas dos usuários. Do ponto de vista do design e da arquitetura, é importante compreender como o mobiliário urbano pode contribuir para melhorar a qualidade do espaço público de lazer sob o enfoque dos seus usuários.

Conceito importante na relação do objeto com o espaço pode ser encontrado em Mourthé (2008) que salienta que o objeto do mobiliário influencia e é influenciado pelo espaço onde foi implantado. Portanto, com a inserção de um novo equipamento é possível perceber transformações no ambiente e este por sua vez pode exercer mudanças no uso e apropriação do equipamento. Como por exemplo, a revitalização de uma praça pode começar com a inserção de nova e eficiente iluminação, que gera sentimento de maior segurança e com isto estimula a maior frequência e uso pela população.

Segundo Queiroga (2012) desde o final do século XX, vem sendo observado um crescente estímulo e interesse das populações urbanas pelas atividades físicas, que pode ser visto através da proliferação de academias de variados tipos; e pela ocupação de canteiros e ruas públicas para corrida, caminhadas e também para andar de bicicleta. Esta nova cultura pode se tornar relevante para que os acompanhantes das crianças visualizem como importante e positivo incentivar mais atividade física também para crianças no espaço público.

Benedet, Benedet e Silva (2015) ressaltam a importância do levantamento de um programa de necessidades junto aos usuários para tornar os espaços públicos mais atraentes e com usos atuais. Ressaltam que nos espaços públicos faltam elementos físicos e simbólicos de identidade e com o crescimento da marginalidade, sentimento de insegurança e deterioração perderam seu valor para os passeios *indoor*, como nos shoppings centers. Colocam o valor do espaço público como local agradável junto à natureza, com equipamentos adequados, sendo a liberdade e cidadania valores urbanos fundamentais.

Santana (2003) atesta que a manutenção das praças públicas contribui para a frequência destes lugares, portanto o cuidado e tratamento dos espaços públicos podem criar sentimento de afeto e a conscientização para seu uso e conservação. A satisfação dos usuários nos espaços públicos está relacionada ao seu conforto visual, físico e psicológico influenciada pela quantidade de luz; sombra; pelos materiais e suas texturas; quantidade, qualidade e localização dos mobiliários e equipamentos urbanos existentes.

Trevisan (2010) comenta que para se ter qualidade em praças públicas é necessário a redução de problemas de manutenção e conservação, como eficiência no serviço de limpeza (varrição e coleta de lixo); manutenção do paisagismo (poda de árvores e corte de grama); manutenção dos pisos (sem buracos ou desníveis); cuidados com o mobiliário urbano (pichações e objetos quebrados) e iluminação pública (na eficiência para maior segurança e por troca de lâmpadas queimadas), ressaltando assim que o poder público além de planejador do espaço tem grande papel no seu acompanhamento e na sua avaliação periódica.

Acredita-se que os espaços livres de playground, considerados como oficiais voltados às crianças, ajudem-nas a se sentirem importantes e pertencentes ao espaço público, colaboram para seu processo de aprendizado, de desenvolvimento físico, cognitivo e de construção de laços socioculturais fundamentais para seu desenvolvimento.

No Brasil, segundo Oliveira (2004) e Friedmann (1992), tem-se observado que a utilização dos espaços públicos está se modificando ao longo dos anos a partir de mudanças sociais, econômicas e espaciais. Ultimamente, as crianças têm

frequentado menos estes espaços quando comparado a algumas décadas anteriores. Estas mudanças talvez estejam relacionadas a hipóteses como o interesse maior das crianças por equipamentos eletrônicos; a falta de tempo dos pais e cuidadores em acompanhar as crianças para utilizarem os espaços; a falta de segurança com aumento considerável da violência nas grandes cidades; a falta de manutenção dos equipamentos e espaços existentes; aumento do trânsito de carros nas ruas; incremento do consumo em excesso por brinquedos industrializados, falta de inovação e atratividade para adultos e crianças utilizarem o mesmo espaço e ao mesmo tempo.

Para Oliveira (2004), o espaço público é da sociedade, espaço comum de socialização, da livre escolha, do tempo livre, do encontro, da amizade, do relacionamento entre gerações, local e encontro do homem com a natureza, da troca de valores entre crianças e adultos nas diversas faixas etárias, raças e classes sociais sem distinções, considerando-o lugar de brincadeira e como fundamental para a formação da criança.

A pesquisa de Luz e Kuhnem (2013) que observa o uso de praças públicas pelas crianças relata que, uma maior permanência das crianças em uma atividade está relacionada a maiores oportunidades de brincadeiras, do que atrelada a dimensão do espaço. Portanto disponibilidade e qualidade de equipamentos, e seu estado de conservação são determinantes para a apropriação do espaço por elas, promovendo socialização, exploração, autonomia e atividade física. Já na pesquisa de Santos e Pinto (2014) ao questionar sobre a preferência de crianças no espaço público a maior parcela dos entrevistados preferia brincar no espaço aberto do que nos equipamentos, mencionando brincadeiras com areia e na possibilidade de correr e esconder. Portanto, locais menos estruturados a permanência é menor, porém geram brincadeiras mais criativas.

Mendonça (2007) aborda o conceito de apropriação formal e informal dos espaços públicos, sendo a informal uma alternativa de uso colocada pela população para atender seus desejos e necessidade. O autor coloca que por meio de levantamento destas apropriações informais é possível perceber subsídios que alimentem o projeto atual e novas implantações. Este conceito também foi utilizado nesta pesquisa, na observação do uso dos equipamentos pelas crianças.

A inserção de novos produtos no espaço público urbano demanda a necessidade de verificação e acompanhamento destas iniciativas, não só relacionada à segurança técnica (de normas e regulamentos) como também de percepções acerca de seu uso e aceitação, partindo do pressuposto de que quando o usuário utiliza um equipamento de forma diferente da proposta, ele está falando não com palavras, mas através de ações que sinalizam se a proposta oferecida está ou não adequada as suas expectativas. Esta dissertação pretende relatar, analisar e dar voz a estas ações dos usuários, essenciais para novos produtos ou aperfeiçoamento desses equipamentos de lazer e atividades físicas que compõem o mobiliário urbano.

2.5 ORIGEM, HISTÓRICO E POLÍTICA PÚBLICA DE IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE (AAL)

As Academias ao Ar Livre (AAL) têm origem na política de promoção da saúde na qual a atividade física é justificada pelo discurso da consecução da qualidade de vida. Sendo assim, procurou-se verificar de que forma as políticas públicas promulgaram, serviram de incentivo e divulgaram as iniciativas precursoras do projeto pioneiro da Academia da Terceira Idade (ATI) e que posteriormente abriram espaço para criação de outros projetos como a Academia da Primeira Idade (API).

Em 2005 o Brasil adota parcialmente o programa Brasil Saudável, vinculado a atividade física e reeducação alimentar. Para a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) o esporte e lazer são determinantes sociais da saúde. É nesse processo de implantação da PNPS, que surgem as Academias ao Ar Livre no Brasil em 2005/2006. O projeto piloto ocorreu dentro do programa Maringá Saudável em 2005. Localizadas em praças públicas, tinham como finalidade ofertar a prática de atividade física para a população da terceira idade de forma gratuita, com equipamentos que utilizam a força e o peso de cada participante. Os equipamentos receberam cores vibrantes (azul, amarelo, laranja) conferindo um aspecto lúdico ao local de implantação. Inicialmente era recomendada a presença de profissionais educadores físicos, mas com a sua difusão este acompanhamento não é mais uma realidade (OLIVEIRA, 2015).

A partir da adesão do município de Maringá a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), as demais localidades puderam conhecer as iniciativas implantadas e desta forma iniciou-se sua difusão em 2005, quando o Programa Maringá Saudável (PMS) tinha em suas ações, a prevenção de doenças e a promoção da saúde envolvendo projetos de atividade física, alimentação saudável e combate ao tabagismo (PALÁCIOS e NARDI, 2007).

Segundo Rafaella (2009) a ATI foi introduzida como forma de reduzir gastos com analgésicos e remédios para hipertensão além de melhorar a vida dos maringenses; foram implantadas junto a postos de saúde, centros esportivos, parques e praças para acompanhamento por profissionais da educação física e saúde.

A pesquisa de Veríssimo (2011) revela que além da promoção da saúde, dentro da política do PNPS, ressalta-se a valorização e otimização do uso dos espaços públicos de convivência. Também em Oliveira (2015) encontra-se a visão de que o esporte e o lazer são entendidos como determinantes sociais da saúde, e necessitam de ambientes favoráveis, de áreas de convívio público adequados. Além da prevenção da saúde outro ponto positivo da ATI seria a possibilidade de interação social, como fator de motivação para a realização das atividades físicas ao ar livre.

As implantações das ATI ocorreram por iniciativa do prefeito municipal Silvio Magalhães Barros II, através da prefeitura de Maringá, em parceria com as secretarias de saúde, de esportes e financiamento de empresas privadas para a aquisição dos equipamentos. A experiência da ATI foi expandida por várias cidades através da Rede Municipal de Promoção da Saúde (RMPS), com apoio do Ministério da Saúde como uma experiência de êxito em Maringá que foi levada para outros municípios (VERISSIMO, 2011).

Outro item que se destaca dentro das diretrizes da política de promoção da saúde é o fator incentivador para a melhoria das condições dos espaços públicos na realização de atividades físicas como urbanização dos espaços públicos, criação de ciclovias, pista de caminhada, segurança entre outros (BRASIL, 2010).

Devido aos resultados positivos desta experiência de Academia da Terceira Idade implantadas desde 2006, em maio de 2008 a sua versão infantil denominada Academia da Primeira Idade (API) foi instalada na praça do teatro Barracão, também no município de Maringá (LAU, 2008).

Inicialmente composta por 8 equipamentos, com design contemporâneo, nos aspectos de diferenciação no desenho e dinâmicas funcionais, e mantendo tipologia de implantação semelhante a um playground, a Academia da Primeira Idade une a ideia de exercício e lazer, despertando o prazer pela atividade física desde a infância (VERISSIMO, 2011).

Segundo Nagahama, secretário de esportes, em entrevista para Rafaella (2009) foi resolvido um problema das crianças que acompanhavam os pais e avós de utilizarem os equipamentos da ATI não pensado e projetado para elas. Desde então, quando há uma API perto de uma ATI os pais e filhos podem se exercitar juntos e ganharem em qualidade de vida.

Ainda no final de 2008 foi inaugurada pelo prefeito e pelo ministro do planejamento a Academia para cadeirantes (APC). Composta por equipamentos adaptados para cadeirantes na prática de dez tipos de exercícios para fortalecer os membros superiores (VERISSIMO, 2011).

Dentro da política de promoção da saúde a diretriz de troca de experiência entre os municípios participantes pode ter sido fator relevante para divulgação e alastramento dessas iniciativas para as demais cidades brasileiras.

Em relação ao projeto e a produção deste mobiliário, a metalúrgica local Ziober Brasil recebeu convite da prefeitura de Maringá em 2006, para participar do projeto Maringá Saudável, projetando e fabricando as Academias da Terceira Idade (ATI) e posteriormente em 2008, a Academia de Primeira Infância (API).

A demanda de um novo produto para o público infantil, segundo a empresa, surgiu da necessidade de se ter produtos com maior segurança voltados para as crianças, salientando os problemas com os equipamentos em madeira. “Esses produtos estimulam os sentidos e desenvolvimento das crianças, de uma forma segura e

divertida” (informação pessoal)¹². Desenvolveram inicialmente oito equipamentos nesta tipologia para crianças e hoje apresentam em seu catálogo mais de vinte modelos, conforme pode ser visualizado em Anexo.

O fator primordial e constante para a concepção dos brinquedos da API é a segurança e adequação às normas de segurança da NBR 16071. Quando a empresa Ziober (2016) foi questionada se a ideia do projeto era de brinquedos ou equipamentos de ginástica responderam que o “objetivo da API é estimular o desenvolvimento e habilidades específicas das crianças, proporcionando interação e atividades físicas enquanto elas se divertem”. Como qualidades citaram a segurança, funcionalidade, durabilidade além de muitos equipamentos oferecerem uma maneira diferenciada de brincar (informação pessoal)¹³.

2.5.1 Categoria de produtos e tipologias da API

O poder público de diversas cidades Brasileiras tem utilizado do discurso de oferecer as Academias ao Ar Livre, junto à natureza e como melhoria da condição física, qualidade de vida e saúde na prática de exercícios físicos através destes equipamentos. Hoje em dia a Academia ao Ar Livre tem categorias de produtos voltadas para diversos públicos. Utilizando como referência o principal fabricante, entendido como o pioneiro na fabricação destes produtos e responsável por suas nomenclaturas serão apresentadas a seguir ilustrações de alguns dos produtos divulgados em catálogos, por categoria, conforme informação digital em website¹⁴.

A categoria Academia da Terceira Idade (ATI), como visto anteriormente, é o produto pioneiro, desenvolvido em 2006 conforme exemplificação em algumas tipologias na Figura 25.

¹² ZIOBER BRASIL. Entrevista com Hugo Carlone. Mensagem recebida por marketing@ziober.com.br em 15 jul. 2016

¹³ Idem ao 12

¹⁴ ZIOBER BRASIL. Nomenclatura e descrição conforme site fabricante: www.zioberbrasil/produtos. Acesso em: jul. 2016.

Os equipamentos da Academia da Terceira Idade surgiram para incentivar os idosos a praticarem exercícios e saírem do sedentarismo. Têm o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir da prática de exercícios de forma gratuita. Os exercícios melhoram a autoestima dos praticantes e estimulam a interação social (ZIOBER BRASIL, 2016)¹⁵.

Figura 25 - Exemplificação da categoria Academia da Terceira Idade.

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

A categoria Academia da Primeira Idade, enfoque desta pesquisa, apresenta tipologias em formato multifuncional que possibilitam várias brincadeiras; alguns equipamentos são de uso individual e outros para duas ou mais crianças, em uso simultâneo.

As imagens dos produtos foram organizadas em três grupos, conforme visão da pesquisadora: desenho diferenciado em comparação com os brinquedos tradicionais existentes (Figura 26); projeto de releitura de brinquedos tradicionais (Figura 27) e projetos que representam miniaturas dos equipamentos da ATI (Figura 28).

A Academia para Primeira Idade é aliada no cuidado e bem-estar das crianças. Promove e estimula o exercício físico de forma divertida, melhorando a saúde da população desde cedo, combatendo o sedentarismo e a obesidade infantil, ampliando as capacidades motoras, mentais e sociais das crianças (Ziober Brasil, 2016).

¹⁵ ZIOBER BRASIL. Nomenclatura e descrição conforme site fabricante: www.zioberbrasil.com.br/produtos. Acesso em: jul. 2016.

Figura 26 - Exemplificação da categoria Academia da Primeira Idade – Desenho diferenciado

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

Figura 27 - Exemplificação categoria Academia da Primeira Idade – Releitura de brinquedos

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

Figura 28 - Exemplificação categoria Academia da Primeira Idade – Miniaturização da ATl

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

A categoria Academia para Jovens e Adultos (AJA) pode ser visualizada na Figura 29.

O conjunto de aparelhos tem como objetivo estimular a iniciação à prática do exercício físico. Um estímulo que favorece o desenvolvimento e adoção de um estilo de vida saudável que deve ser mantido ao longo da vida. A atividade física traz muitos benefícios e está diretamente ligada ao controle e prevenção de muitas doenças (Ziober Brasil, 2016)¹⁶.

Figura 29 - Exemplificação da categoria Academia Jovens e Adultos.

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

A categoria Academia para Cadeirantes (APC) pode ser visualizada na Figura 30.

Considerando os diversos tipos de lesões e a necessidade que os cadeirantes têm de estarem sempre preparados para controlar os movimentos do próprio corpo, foi desenvolvida a Academia para Cadeirantes. Um conjunto de equipamentos criados, elaborados e testados para atender com segurança e conforto a necessidade de vida saudável e interação social dos cadeirantes. (Ziober Brasil, 2016)

¹⁶ ZIOBER BRASIL. Nomenclatura e descrição conforme site fabricante: www.zioberbrasil.com.br/produtos. Acesso em: jul. 2016.

Figura 30 - Exemplificação da categoria Academia para Cadeirantes

Puxada alta

Rotação Duplo Vertical

Remada

Fonte: www.zioberbrasil.com.br. Acesso em: jul. 2016

Atualmente, podem ser encontradas várias empresas que também fabricam uma ou outra tipologia das Academias ao Ar Livre com algumas pequenas variações da empresa pioneira. Conforme levantamento por website é possível citar algumas firmas¹⁷ com equipamentos para crianças no formato API: Academia Livre em Marechal Cândido Rondon- PR (Figura 31); Ginast em Nova Odessa –SP (Figura 32); Selva equipamentos em Salto – SP (Figura 33) e TCM Esportes em Maringá-PR.

Figura 31 – Exemplificação Academia e Parque infantil Premium da Academia Livre

Multi-infantil

Escorregador

Gangorra em pé

Cavalinho

Fonte: Academia Livre disponível em: www.academialivre.net/produto-categoria/academia-e-parque-infantil-premium. Acesso em jul. 2016

¹⁷ Alguns exemplos de empresas com projeto para os demais públicos: Concreplay (Mogi das Cruzes – S.P), Life equipamentos (Salto – SP), Flex (Cedral – SP), Mavpratic (Sarandi – PR), Playlândia (Chapecó – SC), Assix (Londrina – PR), Tryanon (Indaiatuba- SP).

Figura 32 - Exemplificação equipamentos categoria Parque infantil Ginast

Multi-infantil

Carrossel

Escalada Torcida

Escalada Meia Lua

Fonte: Ginast disponível em: www.ginast.com.br/produtos/parque-infantil/ Acesso em jul. 2016.

Figura 33 - Exemplificação equipamentos categoria Playground Selva Equipamentos

Multi-infantil

Carrossel

Escalada Torcida 101

Escalada Torcida121

Fonte: Selva Equipamentos disponível em:

www.selvaequipamentos.com.br/v01/playground/linhacomum. Acesso em jul. 2016

CAPÍTULO 3

3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

As pesquisas de campo adotaram abordagem qualitativa e compreenderam múltiplas técnicas, ferramentas e estratégias aplicadas na interação entre o pesquisador, os usuários e agentes envolvidos, para apreender as diferentes visões, opiniões, preferências e restrições consideradas, vivenciadas, ou projetadas em relação aos brinquedos e instalações na modalidade API, considerando o uso e a implantação em espaços públicos de lazer na cidade de São Paulo.

Após a busca de fundamentos conceituais apoiados em levantamentos bibliográficos e documentais de informações sobre os temas abordados, conforme apresentado no capítulo 2, e precedendo a ida à campo realizou-se um levantamento para identificar as localidades onde se encontravam implantadas as API's no município.

Foram utilizadas para a pesquisa de campo as técnicas da observação não participante; entrevistas com os acompanhantes adultos das crianças nos locais de implantação, e posteriormente crianças foram captadas por meio de escolas parceiras, para a realização de um protocolo de storytelling, todas estas com o objetivo de captar as percepções e visões dos usuários. Para obter informações complementares foram entrevistados profissionais gestores dos espaços públicos e arquitetos responsáveis pelas implantações dos locais levantados com API, fabricante dos produtos, profissionais relacionados a atividades físicas e lúdicas para crianças.

A utilização de várias ferramentas de pesquisa para se alcançar um objetivo é justificada conforme os estudos pessoa-ambiente, nos quais diferentes áreas se preocupam com esta relação como a arquitetura, geografia humana, psicologia ambiental, desenho industrial, paisagismo, planejamento urbano, sociologia entre outras (GUNTER e PINHEIRO, 2008).

Precedendo a pesquisa de campo, foi realizado um infográfico sintetizando os principais participantes e usuários envolvidos no processo de relações com o objeto de estudo, desde a criação do equipamento até a sua disponibilização para o usuário final. A Figura 34 demonstra que o usuário criança se relaciona diretamente com seus acompanhantes e principalmente com outras crianças; ligado ao usuário está o órgão público (normalmente tendo como seus representantes profissionais da arquitetura ou engenharia) que é responsável pela especificação, pela implantação e

manutenção do equipamento infantil e sem relação direta com o usuário; somente com o órgão público interage o fabricante ou fornecedor dos equipamentos.

Figura 34 – *Stakeholder map* (agentes da pesquisa)

Fonte: autor

Percebeu-se que o espaço do playground tem um usuário direto claramente representado pelas crianças, mas considera-se os seus acompanhantes como usuários indiretos, pois usufruem do mesmo espaço ao mesmo tempo, sem usar os equipamentos. Visualizou-se que as crianças não vão sozinhas ao espaço na maioria dos parques e praças visitados, pois precisam de aprovação, da companhia e da supervisão dos seus responsáveis, e que tem determinadas necessidades neste espaço assim como os adultos, acompanhantes delas, também tem outras para permanecerem neste mesmo local. Se o adulto não aprovar o equipamento e a atividade por este propiciada, ou então não-considerar o uso seguro, pode impedir a criança de utilizá-lo. A partir de então a pesquisa foi direcionada para escutar a opinião das crianças, bem como dos seus responsáveis, por meio de entrevistas no local de uso.

Esta dependência e interação criança-acompanhante na faixa etária considerada neste trabalho justifica a realização de levantamentos *in loco* que usam estratégias de abordagem direta, como entrevistas para adultos, e expressões por texto e representações em imagens (desenhos), como o *storytelling*, direcionadas às crianças.

Este trabalho, por se tratar de pesquisa com seres humanos foi cadastrado na Plataforma Brasil de pesquisa e aprovado por um comitê de ética. Atende, portanto, as recomendações colocadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº510/16 para pesquisas em ciências humanas e sociais e CNS nº 466/12 como resolução geral que oferece proteção aos participantes de pesquisas científicas com seres humanos (BRASIL,2012;2016). Conforme resolução, o início da pesquisa de campo só foi possível de ser realizada após aprovação pelo comitê de ética.

Apresentam-se os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os adultos e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para as crianças participantes da pesquisa no Apêndice A e B.

Foi realizada pesquisa de campo piloto, realizada com pequena amostragem de respondentes, a fim de testar as ferramentas de captação de dados (observação, entrevista adultos e storytelling) e readequar estratégias para a realização da pesquisa, que também gerou dados para apresentação de artigo com título: Design no espaço público, o mobiliário da Academia da Primeira Idade na visão dos seus usuários (Vieira e Taralli, 2016).

3.1 LEVANTAMENTO DE LOCALIDADES COM IMPLANTAÇÃO DA API

Partiu-se do problema de descobrir quais eram os órgãos oficiais responsáveis pela definição de mobiliário urbano para o lazer na cidade de São Paulo, realizando um levantamento para a localização de implantações dos equipamentos da API, visando a seleção dos locais para a pesquisa de campo.

Segundo Rodrigues, vários setores das administrações municipal e estadual possuem atribuição para implantar mobiliário urbano: as subprefeituras (em praças), o DEPAVE dentro da SVMA (em parques municipais), a CPU dentro da SMA (em parques estaduais), Secretaria de Esportes e Lazer, SP Urbanismo e SP obras (informação pessoal)¹.

¹ RODRIGUES, C. G. P. **SP URBANISMO**. Mensagem recebida por cristianarodrigues@spurbanismo.sp.gov.br em 19 mai. 2017.

Inicialmente, procedeu-se a investigação dos locais implantados por meio da principal empresa fabricante Ziober Brasil, mas não foi obtido nenhum retorno positivo, pelo fato das compras muitas vezes serem realizadas em nome de construtoras, sem a especificação da localidade de implantação.

Foi enviado e-mail com imagens dos equipamentos da API para o setor de ouvidoria da SMA responsável pelos parques estaduais, e respondido pela Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU). Segundo Faria, foram implantados os equipamentos da API nos seguintes parques: Juventude, Candido Portinari, Villa Lobos e Polo Ecocultural (informação pessoal)².

Para realização de pesquisa em parques municipais foi necessário realizar um cadastro de pesquisa junto a SVMA, envio do projeto de pesquisa e documentação padrão para aprovação por setor responsável e posterior comprometimento de retorno dos resultados da pesquisa.

Ao DEPAVE I – setor de projetos e obras, um departamento dentro da SVMA que é dividido em quatro setores regionais, foi enviado um protocolo por e-mail perguntando da existência dos equipamentos da API para cada coordenador de área regional conforme Apêndice C, mas este procedimento não surtiu efeito positivo pois a resposta retornou em sua maioria como não existência de levantamento sobre este tipo de mobiliário, sendo necessário confirmar com a administração de cada parque. Visto existirem mais de cem parques municipais a serem verificados, demandando tempo e deslocamentos, optou-se então, por trabalhar inicialmente com a resposta positiva confirmada na implantação de API, previamente visualizada pela pesquisadora no parque do Povo.

Esta implantação no parque do Povo é entendida como uma exceção pelo fato de ter sido realizada por um consórcio de empresas privadas, de forma diferenciada dos demais parques municipais. Foi esclarecido que o processo de especificação de mobiliário urbano para os parques é normalmente conduzido nos termos da lei 8.666 conforme Brasil (1993), através da modalidade licitação e orçados por meio da tabela EDIF, que preestabelece os dados técnicos e orçamentários, em planilha

² FARIA, A. L. P. **SMA**. Mensagem recebida por: alfaria@sp.gov.br em 17 mai. 2017

padronizada de serviços e obras para a PMSP, na qual não constam os equipamentos da API, mas somente da ATI (informação pessoal).³

Na prefeitura de São Paulo não existe um órgão central responsável pela implantação de mobiliário urbano para toda a cidade, ficando, portanto, tal responsabilidade a cargo de cada subprefeitura. Foram realizadas quatro solicitações de informações, por e-mail e ligações telefônicas, para levantamento nas 32 subprefeituras existentes.

Foi constatado que o setor responsável pela definição e implantação do mobiliário em praças pelas subprefeituras é a Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO). Foi enviado um protocolo com algumas questões sobre o mobiliário urbano infantil e imagens dos equipamentos, visto que o termo API poderia não ser conhecido pelos profissionais responsáveis, conforme apresentado no Apêndice D. Tem-se desta forma pontuadas na Figura 35, as subprefeituras que contribuíram para a pesquisa, com taxa de retorno de dois terços do total das solicitações de dados e tempo de levantamento entre as solicitações e respostas de aproximadamente três meses.

Como resultado nenhuma subprefeitura que participou da pesquisa confirmou a presença da API, além da subprefeitura do Jabaquara, que já tinha sido visualizada pessoalmente pela pesquisadora. Como justificativa para inexistência dos equipamentos vários respondentes colocaram que esta tipologia de mobiliário não está presente na tabela EDIF, em conformidade com o relatado pelo DEPAVE I.

Outras questões colocadas e enviadas no protocolo das subprefeituras a fim de complementar o levantamento foi o questionamento sobre a existência de equipamentos da ATI para idosos, em que a grande confirmação demonstra que esta proposta já está difundida nas praças da cidade; estado de conservação dos equipamentos infantis, que a maioria respondeu que necessitam de manutenção e de novas tipologias. Uma vez que está em vigência a nova lei para implantação de equipamentos acessíveis infantis nos espaços públicos, percebeu-se que as subprefeituras ainda precisarão se adaptar e, portanto, existe um nicho para esta intervenção.

³ BISTERZO, I. **DEPAVE I**. Mensagem recebida por ibisterzo@prefeitura.sp.gov.br em 29 set. 2017.

Figura 35 – Mapa das subprefeituras da cidade de São Paulo, com indicação das que responderam à pesquisa

Fonte: adaptado de http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/prefeituras_regionais/default.aspx Acesso em: jul. 2017

Na subprefeitura do Jabaquara existem algumas praças com um único equipamento da API em funcionamento, entremeio a outros equipamentos infantis de madeira. Para a pesquisa de campo foram selecionadas apenas duas praças nesta área da cidade, pelo fato de apresentarem ao menos três equipamentos nesta tipologia.

Para dar início às pesquisas nos espaços públicos selecionados, os levantamentos foram encerrados em meados de 2017 com os dados dos órgãos públicos participantes, resumindo-se a confirmação da existência da API em quatro parques estaduais, um parque municipal e uma subprefeitura, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Locais levantados com equipamentos da API

Local	Nome Parque/ Praça	Região	Administração
A	1. Parque do Povo	centro-oeste	SVMA
B	2. Parque Candido Portinari	oeste	SMA
C	3. Parque Villa Lobos	oeste	SMA
D	4. Parque Juventude	norte	SMA
E	5. Polo Ecocultural Pedra Branca	norte	SMA
F	6. Praça Nova América	sul	subpref-Jabaquara
G	7. Praça Barão Japurá	sul	subpref-Jabaquara

Fonte: autor

De forma complementar procurou-se identificar se a expansão da API também se encontrava de forma nacional. Por meio de pesquisa no website Google Imagens utilizando a palavra-chave “Academia da Primeira Idade” foi possível constatar que já se encontram em diversos estados brasileiros como Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Distrito Federal, Paraná, Tocantins, entre outros, inclusive implantado em pátios escolares além de espaços públicos, conforme alguns exemplos na Figura 36. Portanto, verificou-se a relevância desta pesquisa da API na cidade de São Paulo por não ser uma inserção pontual, mas uma proposta em possível expansão pelo país.

Figura 36 – Exemplos de implantações da API em diversos estados brasileiros

Lucas do Rio Verde – MT

Araguaína – TO

Bandeirantes do Oeste – PR

Caxias do Sul – RS

Novoeste - BA

Fonte: Google Imagens. <https://www.google.com.br/search?q=academia+da+primeira+idade&source>
acesso em jul. 2017

3.2 OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

A ferramenta da observação não participante (olhar, ouvir e perceber) foi usada inicialmente como forma de aproximação ao usuário para registro, análise e interpretação do seu comportamento, verificando padrões e formas de uso. Segundo Gray (2012), a observação proporciona uma oportunidade de ir além das opiniões das pessoas e da sua reflexão sobre o seu comportamento, aproximando-se assim de uma avaliação de suas ações na prática.

Entende-se a observação como uma ferramenta indicada para visualizar aspectos do comportamento humano em sua relação com o ambiente que muitas vezes não são possíveis de verificar através de depoimento verbal, principalmente no caso de limitação da participação de crianças pequenas.

Gunter, e Pinheiro (2008) salientam as vantagens desta ferramenta mencionando que o participante não sabe que está sendo observado, portanto, o método torna-se não invasivo, não provocando reação. Em alguns locais visitados, depois do pedido de consentimento para participar da pesquisa se procedeu à observação participante junto a entrevista com os responsáveis pelas crianças.

Antes de ir a campo, utilizou-se a ferramenta *ladder of abstraction* (escada da abstração, ver Apêndice E), introduzida pelo linguista Hayakawa na década de 40, que consiste em uma técnica para separar os problemas em diversos níveis de abstração, para melhorar a compreensão da pesquisa. A pergunta fundamental é colocada como ponto de partida central e para cada degrau superior é pensado em “porquês” e para cada degrau inferior é pensado “como” conseguir responder à pergunta fundamental.

A observação foi realizada considerando o espaço, as pessoas e os equipamentos da API. A estratégia foi concentrar-se nas atividades e usuários de um equipamento por um período de tempo não específico; mapear como as crianças o utilizava; como os acompanhantes interagem; a situação de apresentação do equipamento, percebendo e colhendo também algumas falas espontâneas envolvidas. Repetiu-se este procedimento para outros equipamentos presentes nos locais. Para ajudar na reflexão, posteriormente foram realizados registros por meio de vídeos e fotos. As imagens foram separadas de acordo com a repetição de eventos e a partir de então

foi criado um quadro com os principais padrões elencados que será apresentado no capítulo 4.

Para considerações sobre o uso praticado diferente do previsto em projeto foram utilizados dados da empresa ZioberBrasil, por ser a pioneira na produção dos produtos da API e por apresentar um catálogo digital com mais informações do que os demais fabricantes.

Por meio da observação foram reunidas imagens dos anos de 2014 até 2017, obtidas em vários dias, aproximadamente em 20 visitas, e em torno de 2 ou 3 por localidade em média.

3.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM RESPONSÁVEIS

Nas primeiras visitas aos locais definidos foi possível constatar um maior número de usuários utilizando o espaço público aos finais de semana, período no qual seria mais viável a realização da pesquisa de campo utilizando a ferramenta da entrevista com acompanhantes adultos.

Segundo Flick (2013), as entrevistas têm como objetivo obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema, e assim obter as razões de um comportamento ou atitude sobre uma questão examinada, sendo assim utilizado como referencial teórico, juntamente com Gray (2012).

Também foi utilizada a ferramenta do *ladder abstraction* para esta etapa como preparação à pesquisa de campo, conforme pode ser visualizado no Apêndice F.

O protocolo de entrevista semiestruturada, elaborado para os adultos acompanhantes e responsáveis pelas crianças, apresentava seis perguntas padronizadas sobre os seguintes aspectos: necessidades e expectativas dos usuários; sobre o espaço de implantação; interação social; aspectos de configuração formal dos produtos; adequação e aspectos funcionais, conforme pode ser visualizado no Apêndice G. Ainda foi possível conversar sobre a proximidade dos equipamentos da ATI e sua utilização pelas crianças. Os depoimentos não eram contra argumentados ou questionados e a única colocação da pesquisadora foi ao mencionar no final da entrevista, o nome do conjunto dos equipamentos como API,

que não era um termo conhecido pelos entrevistados, e após esta informação foi pedida a consideração destes como brinquedo ou equipamento de academia.

Por questão ética, a entrevista tinha por intenção ser breve e sucinta, considerando que os acompanhantes estavam em seu momento de lazer e supervisionando as crianças que estavam brincando. No geral foram interrompidas algumas vezes, por necessidade de atenção ou curiosidade das crianças sobre a interação da pesquisadora com seus responsáveis. Durante a entrevista, caso as crianças interrompessem seu momento de brincadeira e se aproximassem, com autorização dos responsáveis, foi perguntado às crianças sobre o que mais gostavam ou não nos brinquedos daquele local.

Os respondentes foram selecionados de maneira aleatória, diversificando apenas o gênero e idade das crianças usuárias e dos acompanhantes. Foram convidados a participar da pesquisa os adultos cujas crianças brincavam com certa autonomia, ou que se encontravam em pares, podendo assim um dos responsáveis ficar com a criança enquanto o outro dava a entrevista. Desta forma, a maioria dos acompanhantes se apresentava mais propenso a dar seus depoimentos e opiniões, e se encontravam sentados nos bancos, no gramado ou quiosques, sem interação momentânea com as crianças em forma de brincadeira ou supervisão. Alguns também deram a entrevista em pé, e, mais próximos aos brinquedos e das crianças pelo motivo de não existir bancos disponíveis próximos.

Antes de cada entrevista foi necessária explicação da pesquisa, com apresentação de seus objetivos e vínculo com a universidade, além de pedido de autorização para gravação e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

As entrevistas foram transcritas em formato de planilha com as frases e palavras chaves colocadas por categorias em colunas específicas, facilitando assim a leitura dos resultados. Foi criado um espaço extra na planilha denominado notas, onde foram inseridas informações relevantes citadas pelos acompanhantes ou

visualizadas pela pesquisadora. Alguns exemplos destas planilhas com os depoimentos dos acompanhantes podem ser visualizados no Apêndice H⁴.

Inicialmente imaginava-se que os usuários frequentavam os parques mais próximos de suas residências, mas na pergunta sobre o bairro de sua procedência, percebeu-se que existe uma rotatividade de passeios pela cidade, bem como uma atração à vinda de visitantes de municípios vizinhos. Até mesmo nas praças, muitas vezes os frequentadores procuravam as mais adequadas para uso, mesmo se localizando às vezes, a uma distância inapropriada para caminhada, pois alguns chegavam muitas vezes de carro para trazer as crianças para brincar.

Segundo Gray (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com amostras não probabilísticas, por buscar entender determinadas práticas no local, contexto e tempo específicos. Assim sendo foram captados cinco respondentes adultos por localidade, totalizando o depoimento de 35 acompanhantes, realizadas entre junho e julho de 2017 nos sete locais levantados com os equipamentos da API.

3.4 STORYTELLING COM CRIANÇAS

Para ter acesso à opinião das crianças em idade escolar, de ambos os gêneros (a partir de 7 a 11 anos) utilizou-se a ferramenta de pesquisa qualitativa *storytelling* (realizada através de tema para redação) a fim de perceber como as crianças viam o objeto de estudo através de sua narrativa, obtendo-se dados relevantes nos textos. Conforme colocado por Koskinen et al. (2003) é uma forma de obter a experiência das pessoas apresentada com sua narrativa, expressando assim suas percepções. Considerou-se esta ferramenta mais adequada em contraposição a uma entrevista, por não comprometer e interromper as crianças em seu momento de lazer.

O protocolo para crianças apresentava quatro figuras de equipamentos da API, os mais usualmente encontrados tanto nas praças como nos parques, assim denominados (multi-infantil, carrossel, escada torcida e escalada meia lua, quando não havia a presença do carrossel foi substituído por imagem da gangorra em pé).

⁴ Todas as entrevistas transcritas no formato de planilha poderão ser encontradas em CD anexo à dissertação

Logo abaixo das figuras elencadas havia um local para marcar em formato de alternativas o local onde conheciam os brinquedos, se no parque ou na praça; se fazia mais de um mês que tinham utilizado; se preferiam brincar sozinho ou com outras crianças e se preferiam esta nova tipologia no formato API ou no formato de brinquedo tradicional (balança, escorregador, gangorra). Em seguida havia um questionário com quatro perguntas, visando obter informações sobre: como é brincar nestes brinquedos; suas preferências; do que gostavam ou não nos brinquedos e como deveria ser um bom playground.

O verso do protocolo previa um *storytelling* (a fim de captar versões individuais subjetivas, trazendo experiências vivenciadas, podendo apresentar até situações imaginárias) com o tema para redação “Brincando com os brinquedos do parquinho público”, ao final seguia um espaço para expressão através de desenho sobre o tema, servindo de ilustração, conforme podem ser visualizados alguns exemplos no Apêndice I⁵.

Inicialmente tentou-se abordar respondentes diretamente no local de uso, com o protocolo colocado dentro de envelopes já selados, para serem devolvidos pelo correio no endereço da pesquisadora. Mas esta dinâmica não apresentou retorno positivo após dez tentativas, portanto foi descartada.

A captação dos respondentes aconteceu por meio de instituições de ensino próximas das áreas que contemplam os equipamentos, com maior possibilidade de selecionar crianças que já tivessem brincado com a API, facilitando a retirada dos protocolos preenchidos nas escolas. O contato inicial se dava pelo coordenador pedagógico da escola, e este se responsabilizava pela seleção dos alunos, ou contava com a ajuda de algum professor. Colocou-se como proposta uma atividade realizada em casa, em prazo que compreendia um final de semana, sob a supervisão dos seus responsáveis.

Os protocolos foram colocados em um envelope contendo uma carta explicativa aos pais e responsáveis conforme Apêndice J; termo de consentimento para os acompanhantes em duas vias; termo de assentimento para as crianças em duas

⁵ Todos os protocolos das crianças poderão ser encontrados em CD anexo à dissertação.

vias; folha frente e verso para o *storytelling*. Uma cópia dos termos deveria ser devolvida assinada para a pesquisadora juntamente com a folha de redação.

Ficou a cargo das escolas parceiras a melhor definição da idade e a turma que selecionariam para a execução da pesquisa. Desta forma a maior quantidade de crianças se situou entre 9 e 10 anos, fase de maior desenvoltura para a escrita. Algumas vezes foram colocadas como atividade para crianças em uma única sala, e em outras, para crianças de turmas diversificadas.

Foram selecionadas inicialmente três escolas, duas próximas às praças na zona sul e uma escola pública próxima do parque Candido Portinari e do parque Villa Lobos. A escola pública preferiu desenvolver as redações na própria escola e depois enviar os termos para aprovação para os responsáveis. Neste formato e nesta primeira tentativa obteve-se pouco retorno: somente treze de um total de sessenta protocolos enviados. Como intencionalmente pretendia-se obter no mínimo trinta e cinco respondentes crianças para se equiparar ao número de respondentes adultos foi necessário captar novas escolas para desenvolver a pesquisa⁶.

Mais três escolas foram incluídas, duas públicas, sendo uma próxima ao parque do Povo e outra próxima do Villa Lobos e Candido Portinari. A terceira escola localizada em área central da cidade constituiu uma tentativa para verificar se a proposta da API era conhecida, mesmo sem a proximidade da escola ao parque, fato que foi comprovado com a boa taxa de retorno pelo colégio número quatro. Ver Tabela 1 com as escolas captadas e sua taxa de retorno.

⁶ A necessidade de captação de novas escolas acabou por atrasar o cronograma da pesquisa proposto em aproximadamente dois meses e a análise de seu conteúdo só pode ser realizada no final de 2017.

Tabela 1 – Escolas captadas e quantidades de respondentes selecionados

Nome Instituição	Região	Quant. Enviada	Quant. Retorno	Selecionados
1. Escola Estadual Nelson Fernandes	sul	12	8	4
2. Escola particular CETA	sul	13	2	2
3. EMEF Jaguaré	oeste	35	3	3
4. Colégio Mackenzie	centro	30	14	11
5. Escola Estadual Ceciliano José Ennes	oeste	30	16	8
6. Escola Estadual Alfredo Paulino	centro oeste	20	18	12
Totais		140	61	40

Fonte: produção do autor

Foi enviado um total de 140 protocolos e retornou quase a metade totalizando 61 unidades. Foram descartados os protocolos que vieram sem o termo de consentimento assinado; os que eram ilegíveis ou que apresentavam pouco conteúdo de escrita; ou se apresentaram em formato de poesia em maior dificuldade para análise, contabilizando um total de 40 respondentes crianças nesta pesquisa.

As escolas públicas do Jaguaré e nas proximidades do parque do Povo desenvolvem passeios aos parques com as turmas da escola, fato que facilitou o conhecimento das crianças dos equipamentos da API.

Como citado por Koskinen et al. (2003) que imagens podem servir de impulso para as memórias e experiências para o *storytelling*, as figuras da API e o questionário voltado para os equipamentos, foram colocadas na primeira parte do protocolo, para ajudar a direcionar o tema da redação para os equipamentos estudados.

A ferramenta *storytelling* tem a vantagem em poder apresentar dados sobre o relacionamento do usuário com os objetos sem a necessidade de um entrevistador, porém apresenta a desvantagem da incompreensão dos objetivos, ou de desvios no teor dos conteúdos, como observado na redação em forma de poesia, por exemplo, onde as palavras podem ter sido escolhidas pela rima e não por representarem uma situação sensível, mais próxima do real. Às vezes o pesquisador fica sem a resposta para algum assunto relatado e não tem a possibilidade de maiores esclarecimentos como em um contato direto por entrevista. Outro fator limitador é a idade de acesso à criança, pois só seria possível administrar em crianças que já podiam se

comunicar através da escrita, portanto com idade superior a sete anos e alfabetizadas.

3.5 ENTREVISTA COM GESTORES E ESPECIALISTAS

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo levantar informações adicionais sobre o histórico do produto com seu principal fabricante, bem como entendimento do processo de especificação de um mobiliário urbano para o lazer pelos órgãos públicos gestores.

Com os órgãos gestores havia ainda a intenção de verificar se a proposta API no espaço público era uma inserção de exercícios para crianças (assim como para a ATI), ou se eram entendidas como propostas diferenciadas de brinquedos para o playground. Adicionalmente foi possível levantar quais os requisitos para a escolha de um mobiliário voltado para o público infantil por estes agentes.

Os especialistas, professores doutores da faculdade de educação física com especialização em crianças, foram consultados para a verificação sobre as suas visões da proposta da API com relação ao desenvolvimento do corpo.

Uma arquiteta e estudiosa sobre o espaço do brincar também foi consultada a fim de conhecer e registrar os seus comentários sobre este tipo de equipamento infantil no espaço público.

Os comentários destacados por estes profissionais que gentilmente colaboraram com sua experiência estarão presentes no decorrer da dissertação, portanto não apresentam conteúdo para análise.

As entrevistas aconteceram pessoalmente, por e-mail, por telefone e por Skype, sempre oferecendo ao profissional a forma mais conveniente de contato. Em alguns órgãos públicos foi necessária autorização de instância superior para conseguir a entrevista, o que contribuiu para um atraso do cronograma da pesquisa. Seguiram em um formato de roteiro de perguntas elaborado pela pesquisadora, com conteúdo variado de acordo com o assunto e o profissional, conforme Apêndice K a M⁷.

⁷ As entrevistas não serão apresentadas transcritas, pois no termo de consentimento assinado por estes profissionais existe um acordo de que as informações na íntegra seriam mantidas confidenciais, podendo ser utilizadas algumas partes do depoimento, servindo de apoio à dissertação.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A análise foi feita por meio da triangulação dos dados de pesquisa (observações, entrevistas, questionário e redações), apoiando-se nos autores Angrosino (2009), Flick (2013) e Gray (2012) que sugerem que os dados sejam codificados de acordo com as fontes individuais, para posteriormente verificar padrões para desenvolvimento de categorias conceituais, que surgem do campo (dos locais e das pessoas), em uma cadeia que envolve análise, entendimento e explicação. Primeiro a análise busca por padrões e, posteriormente, procura significado neles. Também foi utilizado pela pesquisadora, de forma experimental, o software Cmap Tools, para ajudar a visualizar e relacionar os depoimentos.

Os levantamentos de campo oferecem duas fontes de dados – as provenientes das crianças e dos adultos acompanhantes. O protocolo *storytelling* com crianças gerou resultados por meio de questionário e redação (ver exemplos no Apêndice I), que foram sistematizados e destacados por cores no próprio texto em pontos positivos, pontos negativos e pontos relevantes, e posteriormente expressos em gráficos de convergência (gráfico de barras) e também por meio de diagrama, conforme apresentado no esquema da Figura 37. Os gráficos de barras de convergência também foram cruzados com os dados dos diagramas, para destacar os depoimentos mais relatados.

Figura 37 – Representação dos procedimentos de análise da fonte de dados: público infantil.

Fonte: autor.

Os resultados serão apresentados no capítulo 4 em formato de gráfico de barras, no qual será possível ao leitor ver todos os depoimentos, inclusive visualmente os mais citados, que serão tratados como os de maior relevância.

Os dados provenientes dos acompanhantes adultos geraram entrevistas gravadas, que foram transpostas em tabelas com categorias, além de notas com informações relevantes no momento da pesquisa (exemplos no Apêndice H). Posteriormente, foram sistematizadas em gráficos de barras por convergências, e as notas relevantes foram tratadas e organizadas em formato de diagramas, conforme esquema apresentado na Figura 38. Também foram utilizados os dados dos gráficos com destaque em negrito nos diagramas, para indicar os assuntos mais citados.

Figura 38 - Representação dos procedimentos de análise da fonte de dados: acompanhantes adultos

Fonte: autor

Com base nos dados levantados a análise foi realizada com a ajuda do software livre CMap Tools (2017), utilizado para representar conhecimento e estabelecer relações entre conceitos. Esta ferramenta foi criada pelo *Institute for Human & Machine Cognition* (IHMC) para criar modelos de conhecimento em forma de mapas conceituais, utilizados principalmente para processos de aprendizagem, apresentados pelo professor Novak da década de 70. Os conceitos são colocados em caixas e as suas relações por meio de frases ou palavras de ligação (CANÃS e NOVAK, 2009).

Como neste trabalho as palavras chaves são depoimentos e não conceitos, o seu resultado foi denominado pela pesquisadora como diagrama de relações. Com esta ferramenta gráfica foi possível organizar e visualizar as relações mais relevantes

entre um conjunto de informações/depoimentos dos usuários e seus acompanhantes em formato de diagrama.

Os depoimentos foram colocados pela pesquisadora em grupos de temas por regularidade, similaridades e convergências, assinalados com cores que ajudam a visualizar os temas por grupos. Os assuntos divergentes não foram descartados nos gráficos nem nos mapas conceituais, pois também podem demonstrar importância.

Da mesma forma que os mapas conceituais fazem mais sentido aos seus elaboradores, o diagrama de relações também não é de fácil leitura e compreensão pelos leitores, pois faz parte do esquema de cognição do pesquisador.

Os números encontrados entre parênteses nos diagramas de relações junto às palavras chave ajudaram a elencar as categorias apresentadas nas seções 5.1 a 5.9 da análise dos resultados. Por exemplo, os aspectos positivos, aspectos negativos, funções e sentimentos relatados pelas crianças foram agrupados na categoria concepções sobre os equipamentos da API (seção 5.1).

No Apêndice N encontra-se o diagrama de relações com os relatos das crianças; e no Apêndice O, o diagrama que representa a entrevista com adultos, conforme conteúdo das notas nas fichas dos acompanhantes entrevistados.

Quando as crianças foram questionadas como deveria ser um bom playground as respostas se dividiram em falar sobre os equipamentos e sobre o espaço, assim como os temas relatados nas redações. O Apêndice P traz o diagrama com os depoimentos das crianças e suas considerações quanto ao espaço do playground.

CAPÍTULO 4

4.1.1 Parque A – Parque Mário Pimenta Camargo

O parque municipal Mario Pimenta Camargo é popularmente conhecido como parque do Povo e está localizado no bairro Itaim Bibi- São Paulo, inaugurado no ano de 2008. Tem sua administração sob a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Situa-se em área nobre, com prédios residenciais, comércio, serviços, shopping e empresas na região, circundado por gradil e com acesso controlado por três portarias.

Tem a implantação da API de forma pontual, uma exceção em relação aos demais parques municipais, pois foi realizada por meio da construtora que fez parte do consórcio para execução do parque e não pela administração da SVMA. Hoje sua manutenção é realizada por uma OSCIP, um acordo de parceria do estado com a sociedade civil.

Segundo Graziano (2017)¹, arquiteto paisagista responsável pela implantação do parque, foi inserido primeiramente os equipamentos da ATI próximo à administração na época da inauguração. O arquiteto conheceu estes equipamentos em visita à China e procurou equipamentos diferenciados para idosos, que seriam implantados no parque. Encontrou uma empresa do sul do país com patente para produção, a Ziober Brasil. Como a implantação do parque era um consórcio público privado, a empresa realizou a compra em formato de doação de valores pela construtora. O prefeito da época visitou o local e também outras subprefeituras para conhecer a iniciativa, e juntamente com a secretaria de esportes incentivaram a aquisição para demais locais da cidade.

Após a implantação da ATI foi possível verificar que as crianças estavam se apropriando dos equipamentos para idosos, no intuito de brincar e não com o objetivo de se exercitarem, deixando os adultos da terceira idade aguardando para sua utilização, segundo Graziano (2017). Na oportunidade de uma segunda compra a empresa Ziober Brasil apresentou ao arquiteto seus novos produtos voltados para

¹ GRAZIANO, A. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, dez. 2017 (arquiteto parque do Povo).

crianças e por meio de outra doação de empresa privada foram adquiridos os quatro equipamentos da API presentes no parque do Povo, instalados entre 2008 e 2009.

A aquisição dos equipamentos da API segundo o arquiteto, tinha três premissas: serem equipamentos diferenciados, lúdicos e oferecendo mais opções de atividade física para as crianças. A empresa fabricante atestou na época ao arquiteto que os equipamentos tinham sido aprovados na Alemanha, portanto eram seguros e aptos para serem implantados no espaço público.

Um facilitador de acesso ao parque é a proximidade com a estação de trem Cidade Jardim, pertencente à linha nove Esmeralda da CPTM e a interligação com a ciclo faixa de lazer aos domingos, visto que o local não possui estacionamento específico para carros.

Apresenta uma área específica somente com os equipamentos da tipologia da API (ver Figura 41 e 42), ao lado do campo de futebol gramado e cercado, de uso restrito. Existe uma placa que denomina a área de playground infantil e a informação com acesso permitido até 16 anos. Esta delimitação de idade foi especificada pelo fabricante segundo o arquiteto, confirmada pela administração do parque e pode transmitir a ideia para os usuários que estes equipamentos seriam mais indicados para crianças maiores e até adolescentes.

Existe uma outra área de playground em formato circular (ver Figura 41), com vários brinquedos em madeira, ferro e polipropileno, com tipologia e diferenciação de piso para as diversas faixas etárias. Apresenta os brinquedos com implantação em forma de anel e no seu interior encontram-se equipamentos de exercícios para adultos, no formato ATI.

Figura 41 - Local de estudo A – Parque Povo

Fonte: Google Maps Satélite adaptado pelo autor www.google.com.br/maps/ acesso em: dez. 2017

Graziano (2017) esclareceu que a intenção de implantar um novo conjunto de equipamentos da ATI de forma centralizada ao parquinho com brinquedos mais tradicionais de playground era para que os acompanhantes pudessem utilizar os equipamentos e observar as crianças ao mesmo tempo. Porém a administradora do parque, Zorzo (2017), acha que esta implantação não se tornou viável com o tempo, pois os que mais utilizam os equipamentos da ATI no parque são as crianças, pois entendem como alternativa para brincar já que estão implantados entremeio aos demais brinquedos de playground (informação verbal)². Esta informação pode vir a servir de referência para demais implantações na cidade.

² ZORZO, I. C. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, out. 2017 (administração P. Povo)

A área da API apresenta quatro tipos de equipamentos (ver Figura 42a e 42b), é delimitada pelos passeios do paisagismo e tem piso em grama. Devido ao alto fluxo de utilização não existe mais a grama ao redor dos equipamentos.

Figura 42a – Ampliação da área de API – local A

Fonte: Google Maps Satélite adaptado pelo autor www.google.com.br/maps/ acesso em: dez. 2017

Figura 42b– Equipamentos API presentes no parque A

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2018

(1) Escalada meia lua (2) Multi-infantil-modelo inicial (3) carrossel (4) gangorra em pé-equilibrista

Como mobiliário complementar tem apenas três bancos que circundam a área, uma lixeira, bituqueira de cigarros e um bebedouro próximo da área do playground. Ver foto ilustrativa do local na Figura 43.

Os acompanhantes normalmente ficam nos poucos bancos existentes, em pé ou sentados na grama ou em uma toalha que proporciona um pic-nic. Alguns pais e responsáveis ficam junto à criança, auxiliando na utilização dos equipamentos.

Os equipamentos estão implantados a uma boa distância, portanto não geram conflito de utilização e com isto mantêm uma zona segura de uso. Outras atividades visualizadas neste espaço foram brincadeiras de correr, com bola e bicicletas que ficam estacionadas para utilização dos equipamentos.

Figura 43– Foto ilustrativas do local dos equipamentos no parque

Fonte: foto do autor

4.1.2 Parque B – Candido Portinari

O parque estadual Candido Portinari está localizado no bairro Vila Hamburguesa, Alto de Pinheiros, inaugurado em 2013. Sua administração está sob a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) e na Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU). Área nobre com prédio residenciais, comércio, serviços e empresas na região. Cercado por gradil tem entrada para pedestres com acesso direto pela estação Villa Lobos-Jaguaré, linha nove Esmeralda da CPTM ou pela portaria de pedestres e automóveis na avenida Queiroz Filho.

Era uma antiga área de canteiro de obras do metrô que foi transformada em parque por iniciativa do governo do estado e a Comgás, ficando vizinho ao parque Villa

Lobos. A separação dos dois parques se dá somente pelo desnível do terreno do estacionamento de automóveis, portanto acesso pelos portões de ambos os parques e passagem irrestrita de um para o outro (ver Figura 44).

Figura 44 – Local de estudo B

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em: jan. 2018

Os equipamentos da API foram definidos por um antigo coordenador da SMA acima da CPU, e a compra se deu por meio da construtora contratada para a execução do parque. Como premissas, os equipamentos deviam ter bom custo e prazo de entrega que atendesse as necessidades de inauguração do parque. Segundo Faria (2017) os equipamentos da API nos parques do estado não foram implantados com a premissa de inserção de atividade física para crianças, mas entendidos como alternativa de brinquedos de playground (informação verbal)³.

³ FARIA, A. L. P. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, nov. 2017 (SMA)

Apresenta somente uma área de playground que contempla sete equipamentos da tipologia API como brinquedos (ver Figura 45 e 46), portanto não existe tipologia de brinquedos tradicionais neste parque. Chegou a apresentar etiqueta informativa individualmente colada com nome do equipamento e outras informações, porém na atualidade se encontram desgastadas e sem possibilidade de leitura.

Figura 45 – Ampliação da área de API – local B

LEGENDA

API		
① MULTI-INFANTIL	④ ESCALADA MEIA LUA	⑦ GANGORRA EM NÍVEL
② GANGORRA EM PÉ	⑤ CARROSSEL	
③ ESCALADA TORCIDA	⑥ PÁ-CARREGADEIRA	

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em jan. 2018

A implantação da API fica restrita a uma área retangular com piso em areia fofa, ladeado com piso em grama, onde existem quatro quiosques cobertos com três mesas cada e bancos de concreto. O equipamento carrossel, visualizado no início das observações, não se apresenta mais no local.

Ao lado da área com API tem um piso de concreto com equipamentos de ginástica para adultos na tipologia AJA, que também é utilizado pelas crianças para brincar neste espaço como também nos equipamentos. Fica próxima a quadras e a galpões onde anteriormente ficava a administração do parque e Estação Ciência. É circundada por ruas de asfalto, onde é possível utilizar patins, bicicletas, patinetes e afins, além de fazer caminhada. Ver foto ilustrativa do local na Figura 47.

Figura 46 – Equipamentos da API presentes no local B

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2018

(1) Multi-infantil - modelo atual (2) gangorra em pé equilibrista (3) escalada torcida (4) escala meia lua
(5) carrossel (6) pá carregadeira (7) gangorra em nível

Como mobiliário complementar a esta área existem dois bebedouros, bancos em madeira plástica, quiosques com cobertura em telha ondulada com mesas e bancos e lixeiras móveis de plástico. Os bancos em madeira plástica, por serem leves, são normalmente movimentados pelos usuários em função da sua necessidade e muitas vezes colocados circundando a área com areia do playground, dando visão constante das crianças pelos seus acompanhantes.

Os acompanhantes normalmente ficam nos quiosques ou em pé, na área circundante gramada, alguns junto à criança na caixa de areia em nível do solo, auxiliando a utilização dos equipamentos.

O Parque não apresenta vegetação formada, portanto existe pouco local com sombra além dos quiosques. Foi destacado como importante a caixa de areia ficar constantemente no sol para manter a sua salubridade pela administração do parque.

Além de brincar nos equipamentos, a outra principal atividade visualizada neste espaço foram brincadeiras com objetos na areia, além de brincadeiras como correr e com bola, na área de piso de concreto. Bicicletas, patins e patinetes ficam estacionadas na grama para utilização dos equipamentos na areia.

Figura 47 – Foto ilustrativa do local B

Fonte: foto do autor

4.1.3 Parque C – Parque Villa Lobos

O parque estadual Villa Lobos está localizado no bairro Vila Hamburguesa, Alto de Pinheiros, inaugurado em 1994 de forma incompleta. Sua administração está sob a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) e na Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU). Mantém as mesmas características do entorno do parque B, pois se encontram lado a lado, conforme citado anteriormente. Cercado por gradil, tem uma entrada principal na avenida Prof. Fonseca Rodrigues e mais duas portarias de acesso.

Apresenta duas áreas de playground, uma na parte posterior do edifício biblioteca e próximo do orquidário, denominada parquinho do Pomar; a outra área é o parquinho da Figueira, mais próximo das quadras de tênis, conforme pode ser visualizado na Figura 48.

No parquinho do Pomar existem tipologias de madeira roliça tradicionais, madeira plástica acessível, caixas de areia, casinha acessível e alguns equipamentos da API. Os equipamentos em miniatura no formato da ATI estão implantados em piso de concreto. No parquinho da Figueira, entremeio aos brinquedos tradicionais em madeira roliça encontram-se também alguns equipamentos da API.

Figura 48- Local de estudo C

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em: jan. 2018

Na área do parquinho do pomar existiam dez equipamentos da API, porém hoje já não se encontra mais o escorregador de rolete. Na área do parquinho da Figueira existem sete tipologias da API (ver Figura 49 e 50).

As duas áreas do parquinho apresentam placa indicativa com o nome do conjunto como API, nome e foto dos equipamentos com forma de uso, nome do fabricante e idade recomendada a partir de sete anos.

Ambas as áreas estão implantadas sob gramado que devido ao alto fluxo, ao redor dos brinquedos se encontram em terra batida. São áreas amplas, apenas delimitadas pelos caminhos em piso de concreto ou asfalto.

Como a administração do parque Villa Lobos nem sempre foi realizado pela SMA, não foi possível levantar a data de implantação dos equipamentos da API.

Como mobiliário complementar existem alguns poucos bancos em madeira roliça serrada e alguns quiosques mais próximos somente na área do pomar. Muitos dos

acompanhantes sentam-se na grama ou sob um tecido, ou ficam em pé nas proximidades dos equipamentos.

Figura 49 – Ampliação das áreas com API no local C

LEGENDA

PARQUINHO DO POMAR

① ESCORREGADOR ROLETE	⑥ PONTE DE CORRENTE
② S DE EQUILÍBRIO	⑦ GANGORRA CRUZADA
③ TORNADO TRIPLO	⑧ SIMULADOR CAMINHADA INFANTIL
④ ESCALADA MEIA LUA	⑨ ESQUI INFANTIL
⑤ BUMERANGUE EQUILIBRISTA	⑩ SIMULADOR CAVALGADA INFANTIL
	≡ BANCOS EM MADEIRA

PARQUINHO DA FIQUEIRA

⑪ MULTI-INFANTIL
⑫ GANGORRA EM NÍVEL
⑬ ESCORREGADOR DE ROLETE
⑭ GANGORRA EM PÉ
⑮ TONADO TRIPLO
⑯ PÁ CARREGADEIRA
⑰ ESCALADA TORCIDA

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em jan. 2018

Figura 50 – Equipamentos da API no local C

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2018

(1) escorregador de rolete (2) s de equilíbrio (3) tornado triplo (4) escalada meia lua (5) bumerangue equilibrista (6) ponte de corrente (7) gangorra cruzada (8) simulador de caminhada infantil (9) esqui infantil (10) simulador de cavalgada infantil (11) multi-infantil modelo atual (12) gangorra em nível (13) =(1) escorregador de rolete (14) gangorra em pé, (15) = (3) tornado triplo (16) pá carregadeira (17) escalda torcida.

Só existe uma área com equipamentos da ATI, bem delimitada e longe das áreas do playground, mesmo assim nas visitas sempre foi possível verificar alguma criança brincando nos equipamentos junto a algum adulto utilizando.

Foram visualizadas as mesmas brincadeiras do parque Candido Portinari, porém em maior intensidade de bicicletas simples e duplas devido a facilidade de aluguel na

entrada do parque e pela ciclovia que o circunda. Ver fotos ilustrativas do local na Figura 51.

Figura 51 – Fotos ilustrativas do local C

(a) parquinho do Pomar

(b) parquinho da Figueira

Fonte: fotos do autor

4.1.4 Parque D – Parque da Juventude

O parque estadual da Juventude está localizado no bairro de Santana, zona norte, inaugurado em 2007. Sua administração está sob a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA) e na Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) desde 2012.

Tem como facilitador de acesso a localização ao lado do metrô Carandiru e grandes avenidas. Fechado por gradil tem a entrada principal na avenida Cruzeiro do Sul e mais duas outras portarias. Localizado em uma antiga área de penitenciária é hoje uma área de lazer que contempla três zonas: parque central, que abriga dois playgrounds, equipamentos de ginástica e grandes áreas livres, parque esportivo com quadras poliesportivas e pista de skate, além do parque institucional com biblioteca e escola técnica.

No playground da entrada principal se localizam equipamentos de madeira roliça pintada em cores e madeira plástica acessível sob piso de areia e próximo estão localizados equipamentos da ATI e APC.

Os equipamentos da API estão implantados em área mais restrita, delimitados por muralha da antiga penitenciária, córrego Carandiru e muros da secretaria da administração penitenciária, com acesso a uma portaria para uma grande avenida (ver Figura 52). Estão implantados em área gramada e terra batida. Apresentam etiqueta nos equipamentos com o nome e contatos do fabricante (Selva Equipamentos). Os seis equipamentos estão implantados a uma boa distância sem interferência para uso, porém os dois no formato miniatura da ATI ficam bastante próximos um do outro, considerando uma área tão ampla. Ver implantação e tipologias nas Figura 53 e 54.

Figura 52 – Local de estudo D

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem ago. 2015 acesso em jan. 2018

Figura 53 – Ampliação da área de API

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem ago. 2015 acesso em jan. 2018

Figura 54 – Equipamentos da API presentes no local D

Fonte 4: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2018 (1) gangorra em pé (2) gangorra em nível (3) escorregador de rolete (4) gandorra cruzada (5) simulador de caminhada infantil (6) simulador de cavalgada infantil

⁴ Foram apresentadas imagens dos equipamentos da empresa Ziober pelo fato da empresa Selva Equipamentos não apresentar mais estes equipamentos em seu catálogo de produtos.

Seu histórico de implantação foi relatado como realizado pela empreiteira contratada para obras de adequação de drenagem pela secretaria penitenciária, que retirou alguns brinquedos existentes de madeira e colocou os equipamentos no formato da API em 2014 (informação pessoal)⁵. A etiqueta nos brinquedos tem o nome do fabricante (Selva Equipamentos) que os denomina como brinquedos de playground e não como API, apesar de terem o mesmo formato.

Como mobiliário complementar existe um quiosque com três mesas de concreto e vários bancos de concreto entremeio aos brinquedos, sendo este o único local entre os parques visitados em que a quantidade de bancos se apresentou em boa quantidade sobressalente ao número de usuários. Portanto os acompanhantes ou estavam sentados bem próximo onde as crianças brincavam ou estavam interagindo e supervisionando a brincadeira no brinquedo. Apresenta lixeiras móveis de plástico e um bebedouro próximo como comodidade. Ver foto ilustrativa do local na Figura 55.

Nos momentos de visita foi possível visualizar as crianças brincando com bola no gramado, de correr, deixando as bicicletas estacionadas na grama para utilizar os brinquedos.

Figura 55 – Foto ilustrativa do local D

Fonte: foto do autor

⁵ Faria, A.L.P. **SMA**. Mensagem recebida por alfaria@sp.gov.br em 24 jan. 2018.

4.1.5 Parque E – Polo Ecocultural

O Polo Ecocultural Pedra Branca foi inaugurado no final de 2014, está localizado na região norte e dentro da grande área do parque estadual Alberto Lofgren, também conhecido como Horto Florestal. Está sob a administração da SMA e CPU. Cercado por gradil tem uma entrada principal de pedestres e carros pela avenida Santa Inês. Ver localização da área na Figura 56.

Figura 56 – Local de estudo E com equipamentos da API

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em jan. 2018

Foi instituído como proposta para diversas atividades artísticas, culturais e ambientais, e apresenta área de playground, quadra, academia ao ar livre, área para pic-nic entremeio a consolidada área verde.

Segundo Faria (2017)⁶ os recursos para aquisição dos equipamentos se deram com valores oferecidos por contrapartida por questões ambientais pelas obras do rodoanel.

Não tem acesso por transporte público facilitado a não ser por linha de ônibus e por automóveis. O seu entorno é tipicamente residencial e com grandes áreas de vegetação do horto florestal.

⁶ FARIA, A. L. P. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, nov. 2017 (SMA)

A área do playground apresenta brinquedão multifuncional em madeira plástica, um quiosque em madeira plástica para brincar em formato acessível, alguns brinquedos em formato de animais em madeira e alguns equipamentos da API (ver Figura 57). Todos implantados em terra batida e com pouca área gramada ao redor.

Figura 57 – Ampliação da área com API

Fonte: Google Earth Pro adaptado pelo autor. Data da imagem jun. 2017 acesso em jan. 2018

Apresenta quatro tipologias da API atualmente (ver Figura 57 e 58) pois o equipamento carrossel não se encontra mais no local, está caído na entrada do prédio cultural. Ver foto ilustrativa do local na Figura 59.

Figura 58 – Equipamentos da API presentes no local E

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2018

- (1) gangorra em nível (2) escalada meia lua (3) ponte de corrente (4) gangorra em pé equilibrista
(5) carrossel

Como mobiliário complementar apresenta três mesas de concreto na lateral do parquinho e um banco de concreto mais próximo, tem bebedouro e lixeiras móveis

plásticas. Visível a falta de bancos para supervisionar as crianças brincando. Os acompanhantes ficam algumas vezes sentados em troncos de árvores que foram serradas na altura de um banco, com visão para o playground.

As brincadeiras mais visualizadas foram de correr, brincar na terra e no brinquedão, principalmente porque nos dias de visitas haviam mais crianças pequenas, aparentemente menores que seis anos.

Figura 59 – Foto ilustrativa do local E

Fonte: www.ambiente.sp.gov.br/noticias/2014/12/05/ acesso em jan. 2018

4.1.6 Praça F – Nova América

Praça localizada na subprefeitura do Jabaquara, zona sul. Praça arborizada com um desenho circular, porém é dividida em duas partes por uma avenida. Em um dos semicírculos fica uma quadra poliesportiva cercada, uma área com equipamentos da ATI e uma tenda para eventos. No outro semicírculo fica o playground e área ajardinada. O seu entorno é tipicamente residencial com algum pequeno comércio e serviço (ver Figura 60).

Figura 60 – Local de estudo F com equipamentos da API

Fonte: Google Maps Satélite adaptado pelo autor www.google.com.br/maps/ acesso em: dez.2017

Na área do playground existem alguns equipamentos tradicionais em madeira roliça entremeio a três equipamentos da API, (ver Figura 61) implantados em terra batida e pó de brita. A vegetação traz áreas de sombra e sol, podendo ser utilizadas em vários momentos do dia. Ver imagem mais geral desta área na Figura 62.

Figura 61 – Equipamentos API presentes no local F

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2016

(1) Escalada meia lua (2) escalada torcida (3) carrossel

Figura 62 – Imagem ilustrativa da praça F

Fonte: Google Earth <https://earth.google.com/web/> imagem de mai. 2016 acesso em: dez 2017

Os equipamentos da ATI e API das praças foram adquiridos por meio de emenda parlamentar. Segundo Branco (2016) se o produto não existe na tabela EDIF outra possibilidade de compra conhecida pelos órgãos públicos é realização por Preço Extra Tabela (PET), na qual deverão ser encontrados três fornecedores com produtos similares para compor os preços para licitação (informação verbal)⁷.

Como mobiliário complementar há um banco de concreto ondulado, três mesas de concreto com bancos próximos da área do playground e lixeiras no formato de tubo de concreto. Algumas vezes foi possível visualizar os acompanhantes sentados nas muretas de divisão do piso com o jardim devido à pouca quantidade de bancos.

Como brincadeiras complementares visualizou-se jogo com bola, objetos para brincar na terra e bicicletas nas calçadas e nos caminhos de circulação de concreto.

⁷ BRANCO, A. C. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, out. 2016 (subprefeitura Jabaquara)

4.1.7 Praça G – Barão de Japurá

Praça também localizada na zona sul, na subprefeitura do Jabaquara, arborizada e ajardinada. O entorno é tipicamente residencial com pouco comércio, e em uma extremidade da praça fica localizado um centro de saúde e uma creche.

Apesar das praças terem a premissa de atender a população circundante e local, além de usuários chegando a pé, foi possível perceber vários usuários chegando de carro. Por meio de algumas entrevistas foi possível constatar que podem ser advindos do mesmo bairro a procura por praças mais conservadas ou de outros bairros próximos devido ao fato de não existir equipamentos nas praças próximas de sua residência.

É subdividida em duas partes por uma avenida, onde a parte menor separada acabou sendo destinada aos jovens por conter uma rampa de skate. A maior parte da praça contempla uma área de playground, uma quadra, área com mesas e bancos de concreto e uma área com equipamentos da ATI na parte oposta de onde se encontram os equipamentos da API (ver Figura 63).

Na área do playground existem dois equipamentos de madeira roliça no formato tradicional (escorregador e gangorra) e outra área próxima separada pelo caminho de circulação com três equipamentos da API (ver Figura 63 e 64), aparentemente setorizados como brinquedos mais novos e tradicionais mais antigos, implantados em terra batida e pó de brita. Apesar da praça ter grande extensão longitudinal a área do playground fica localizada bem próximo à avenida e poderia dar apoio para a utilização pelas crianças da creche existente no mesmo quarteirão, porém se encontra na outra extremidade.

Figura 63 – Local de estudo G com equipamentos da API

API	TRADICIONAIS
① MULTI-INFANTIL	• 1 ESCORREGADOR
② ESCALADA TORCIDA	• 2 GANGORRA TRIPLA
③ CARROSSEL	

Fonte: MDC (Mapa Digital da Cidade) ortofoto 2004 adaptado pelo autor de http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx acesso em: dez. 2017

Figura 64 – Equipamentos da API presentes no local G

Fonte: www.zioberbrasil.com.br acesso em jan. 2016
(1) Multi-infantil modelo inicial (2) escalada torcida (3) carrossel

A forma de aquisição dos equipamentos é a mesma apresentada na praça anterior, por se tratar da mesma subprefeitura. Segundo Branco (2017)⁸ foram adquiridos aproximadamente em 2014 para substituir os brinquedos quebrados e deteriorados

⁸ BRANCO, A. C. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, out. 2016 (subprefeitura Jabaquara)

da tipologia tradicional em madeira, como proposta de novos brinquedos para o playground com a ideia de serem mais resistentes, com bom custo e baixa manutenção.

Como mobiliário complementar apresenta lixeira em tubo de concreto, bancos de concreto ondulado, porém não estão localizados em número ideal e nem muito próximos para visão do parquinho, sendo assim alguns acompanhantes se sentam nas muretas de divisão de piso e na escadaria de acesso à praça. Ver foto ilustrativa da área na Figura 65.

Outras brincadeiras visualizadas no espaço do playground foram com objetos na terra, com bola e bicicleta nos caminhos de circulação.

Figura 65 – Imagem ilustrativa do local G

Fonte: Google Maps Street View <https://www.google.com.br/maps>. Imagem de jun.2017 acesso em jan. 2018

A seguir, o Quadro 2, apresenta um resumo com as principais características dos locais levantados. Por quantidade foi colocado o número de equipamentos totais que foram implantados, mesmo que retirados. Por proximidade com ATI e AJA considerou-se a referência de visualização direta estando na área do playground com API. Como placa ou etiqueta de informação entende-se aqueles que apresentam nome do brinquedo e fabricante.

Quadro 2 – Resumo com características dos locais levantados

Local	Quantidade API	Piso	Proximidade ATI e AJA	Entremeio brinquedos tradicionais	Informação placa ou etiqueta
A	4	grama/terra	não	não	não
B	8	areia fofa	sim	não	sim
C	17	grama/terra	não	sim	sim
D	7	grama/terra	não	sim	sim
E	5	terra	não	sim	não
F	3	terra/pó brita	não	sim	não
G	3	terra/pó brita	não	sim	não

Fonte: autor

4.2 OBSERVAÇÃO

O objetivo específico para esta fase da pesquisa foi o de levantar por visualização *in loco*, como os usuários se relacionavam com o objeto de estudo, verificando questões comportamentais e funcionais, além de constatações que favoreciam a compreensão e ao uso. Ver os principais padrões levantados e apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais padrões observados

Utilização diferente do pensado em projeto
Insegurança ou receio frente a um equipamento
Utilização por crianças pequenas, adolescentes e adultos
Comportamento diferenciado dos acompanhantes
Falta de comunicação nos equipamentos
Falta de conservação e manutenção

Fonte: autor

Uma constatação importante foi visualizada no tempo da pesquisa de campo, quando no ano de 2016, o parque Candido Portinari e o parque Villa Lobos tiveram o equipamento multi-infantil substituído por versão atualizada, sofrendo alteração na sua altura final: a barra horizontal superior agora não ultrapassa 1,90m, facilmente entendido pelo número de degraus para subir e escorregar que passou de seis para quatro níveis. O escorregador sofreu também alteração nas suas curvas e ficou mais reta a sua inclinação, diminuindo assim o atrito para descida. Ainda nesta alteração foram incluídas proteções em formato de bolas plásticas em todas as junções de material e com parafusos aparentes. Ver as duas versões, inicial e atualizada na Figura 66.

Ressalta-se que todos os demais locais estudados permanecem com o multi-infantil no seu formato inicial, com altura maior, conforme destacado, sem substituição por modelo atualizado mais baixo, conforme os dois parques citados acima.

Em entrevista com o fabricante, a justificativa para estas alterações seriam para atender as normas da ABNT para playgrounds. Desta forma fica claro que em alguns locais existem equipamentos que não estão conforme a norma de segurança, uma vez que não foram substituídos pela versão mais nova.

Figura 66 – Versão inicial (a) e versão atual (b) do multi-infantil

(a)

(b)

Fonte: fotos do autor

4.2.1 Utilização diferente do pensado em projeto

Se utilizarmos como referência os desenhos apresentados no catálogo do principal fabricante Ziober Brasil e nas placas informativas (quando existentes) sobre a forma de utilização para os equipamentos, pode-se destacar alguns usos diferentes.

Dentre toda a tipologia de equipamentos da API foram elencados alguns equipamentos para apresentação de formas de uso diferentes que foram visualizados de forma mais repetitiva nos locais estudados, destacados por exemplo no multi-infantil, carrossel, gangorra em pé-equilibrista e escalada torcida.

O multi-infantil apresenta no mesmo equipamento cinco funções, e as formas de uso previstas em projeto podem ser visualizadas na Figura 67.

Figura 67 – Equipamento multi-infantil e suas formas de uso conforme fabricante

Fonte: adaptado pelo autor de imagens do site www.zioberbrasil.com.br acesso em: nov. 2014

Apresenta um escorregador formado por dois tubos paralelos sem assento e descida em formato ondulado. O espaçamento entre os tubos é de aproximadamente dezoito e meio centímetros, e o ato de escorregar deve ser feito com a pressão das pernas externas aos tubos e sem nenhum apoio para as mãos.

Este ato de escorregar não é realizado por todas as crianças: algumas sentem a dificuldade do atrito do corpo ou roupa com o material do tubo metálico, o que causa dificuldades de escorregamento. Algumas crianças resolvem esse problema ao utilizar um tecido (às vezes uma blusa ou uma toalha). Sentam-se sobre ele para escorregar, conforme visualizado na Figura 68. Esta atitude foi percebida

principalmente na tipologia inicial do multi-infantil, com o escorregador mais alto e com mais curvas. Foi possível escutar o barulho do atrito do corpo com o material algumas vezes.

Figura 68 – Exemplos de forma alternativa para escorregar utilizando um tecido

Fonte: fotos do autor

Temos na Figura 69 exemplos de visualizações destacadas no escorregador. Algumas crianças deitam as costas no tubo para ajudar com o apoio dos braços (a). Outras podem ser visualizadas tentando escalar o tubo com as mãos e pés no sentido contrário (b), talvez no mesmo intuito de escalada realizado no tradicional escorregador. Também visualizamos crianças descendo de bruços e de cabeça para baixo (c).

Figura 69 – Exemplos de formas de uso no escorregador multi-infantil

(a)

(b)

(c)

Fonte: fotos do autor

As argolas giratórias no multi-infantil seriam utilizadas para desenvolver um percurso aproveitando do giro das argolas. No período de observações foi muito difícil visualizar crianças conseguindo completar o percurso desta maneira, pois requerem grande habilidade. Muitas vezes as crianças se penduravam na primeira argola e acabavam batendo o corpo na própria haste de sustentação do brinquedo por não se jogarem para a próxima argola. Muitas não têm força nos braços para continuar o percurso e acabam caindo de pé no chão.

A parte denominada argola fixa no multi-infantil é semelhante a um brinquedo tradicional, onde o desafio é completar um percurso pendurado pelos braços e segurando a argola com as mãos até se arremessar para a próxima. O percurso é interrompido pela escada do escorregador e principalmente quando outras crianças estão utilizando a escada de acesso. Esta parte do brinquedo também requer força nos braços e habilidade para completar o percurso e quando isto não acontece a maioria cai de pé no chão, porém visualizou-se tombos diversificados ao caírem ou soltarem da argola que fica a aproximadamente dois metros do chão.

Na parte denominada gira-gira é proposto que a criança coloque os pés na base inferior e faça movimentos de aproximação e afastamento dos braços para continuar o giro. Muitas precisam da ajuda dos seus acompanhantes ou de outras crianças para a empurrarem e realizarem este giro. As barras horizontais superiores ou inferiores acabam servindo como assento, como pode ser visto na Figura 70.

Figura 70 – Exemplo de utilização das barras horizontais no gira-gira

Fonte: fotos do autor e formas de uso site www.zioberbrasil.com.br/blog acesso em dez. 2017

No equipamento denominado carrossel sua altura final é de 2.20m e 1.78 de diâmetro, é proposto que a criança fique pendurada pelos braços, segurando com as mãos no tubo e ajudando o movimento do giro com os pés conforme Figura 71.

No site do fabricante a proposta para este equipamento é de melhorar e desenvolver a noção de velocidade, tempo e lateralidade das crianças. Também é possível encontrar formas de uso não recomendadas, como um xis vermelho no que seriam formas erradas de utilização e são estas, justamente as visualizadas como formas diversificadas de uso pelos usuários (Figura 72).

Figura 71 – Formas de uso para o carrossel no site do fabricante

Fonte: www.zioberbrasil.com.br/blog acesso em: dez. 2017

É necessária uma sincronização entre as crianças quando existem várias delas brincando ao mesmo tempo, pois a força necessária para ficar pendurado pelos braços em giro é diferente para cada uma. Quando uma criança solta as mãos ela deve sair rapidamente do percurso, pois a seguinte continua no giro e elas poderiam se chocar no movimento.

Um comportamento comum percebido nos diversos locais estudados foi que os acompanhantes acabam colocando as crianças pequenas, que não tem força para ficarem penduradas pelos braços sentadas na parte superior do brinquedo, onde tem apoio para as mãos também para segurar (ver Figura 72a e b). Desta forma as crianças fazem o movimento do giro ajudadas por crianças maiores ou por seus acompanhantes adultos. Uma explicação deste uso comum pode vir da semelhança deste equipamento com o brinquedo tradicional gira-gira de altura mais baixa, no qual as crianças ficam sentadas e girando com o apoio dos pés.

Este equipamento agrada principalmente crianças maiores que tem que encolher as pernas para trás para não encostarem no chão, ficando muito além da projeção horizontal do equipamento, (ver Figura 72d). Movimento que pode ser perigoso para as demais crianças que chegam perto do brinquedo durante o giro.

Outro comportamento bastante arriscado e repetitivo foi verificar crianças maiores escalando o equipamento sozinhas para se sentarem nas hastes superiores, ficando algumas vezes penduradas pelas pernas e de cabeça para baixo (ver Figura 72b e c).

Figura 72 – Carrossel e suas formas de uso

(a)

(b)

(c)

(d)

Fonte: fotos do autor

O equipamento gangorra em pé equilibrista tem altura máxima de 1.46m e apresenta proposta para utilização por duas crianças, uma de cada lado em pé sobre a barra inferior. Quando uma criança flexiona os joelhos e peso do corpo para baixo a outra criança seria colocada no alto e a brincadeira se realizaria nesta alternância.

O maior problema para sua utilização é unir duas crianças com pesos similares para poderem brincar juntas; o que acaba muitas vezes acontecendo é visualizar os acompanhantes adultos ajudando as crianças com o contrapeso. Um uso diferenciado se dá quando as crianças escalam as barras superiores ou sentam-se sobre a barra do piso, conforme visualizado na Figura 73a, b e c.

Outro uso diferente também é percebido quando mais do que duas crianças utilizam o brinquedo a fim de conseguir o equilíbrio necessário para funcionar o equipamento conforme Figura 73d.

Figura 73 – Gangorra em pé equilibrista e suas formas de uso

(a)

(b)

(c)

(d)

Fonte: fotos do autor e forma de uso site www.zioberbrasil.com.br/blog acesso em: dez. 2017

O equipamento denominado escalada torcida tem como objetivo o vivenciar de diferentes alturas, apresentando altura final de 2.63m, segundo o fabricante. É um equipamento para escalar com as mãos e pés, podendo subir de um lado e descer pelo outro. O fato de apresentar os degraus de forma torcida meche com a

percepção das crianças, trazendo um grau de dificuldade para algumas conforme visualizado pelo fato de algumas pedirem ajuda para os acompanhantes para descer.

O uso diferente se dá quando elas tentam escalar na horizontal ou quando se penduram de ponta cabeça pelas pernas, conforme Figura 74.

Figura 74 – Escalada torcida e sua forma de uso

Fonte: fotos do autor e forma de uso site www.zioberbrasil.com.br/blog acesso em: dez. 2017

Na visão de fabricantes e órgãos públicos um uso diferente pode ser sinônimo de uso indevido ou simplesmente errado, colaborando para diminuir suas responsabilidades. As placas indicativas com a informação de que o playground necessita da supervisão de um adulto é a transferência aos acompanhantes da responsabilidade de inibir as ações perigosas pelas crianças.

Um uso desconforme realizado pelo público infantil nem sempre significa uma inadequação de um equipamento, pode significar também busca por maiores desafios e emoção em formas de diversificar a brincadeira, pois algumas crianças tem o prazer de ficar de ponta cabeça, assim como o fariam em uma árvore.

O usuário precisa de ajuda, apenas as coisas certas devem ser visíveis para saber como interagir com o equipamento, tirando proveito das *affordances* para que o usuário saiba o que fazer por meio da visibilidade do objeto (NORMAN, 2006).

Apesar de algumas formas de uso diferenciadas apresentarem maior risco de acidentes, o equipamento não vem com manual. Ele depende de como é visto e entendido pelo usuário, portanto a utilização de um novo equipamento acaba sendo intuitiva: as crianças sempre testarão seus limites dentro de novas possibilidades que o equipamento permita.

4.2.2 Insegurança ou receio frente a um equipamento

Esta insegurança foi percebida na observação quando foram verbalizadas de forma espontânea: a criança disse que estava com medo, ou chora, pede para parar, pede para descer, grita de susto, utiliza uma única vez e não volta ao equipamento, juntamente com expressões de susto e não de alegria causada pela utilização.

Algumas crianças apresentam receio ou medo de descer no escorregador devido à sua altura e ao vão entre as barras e várias foram visualizadas subindo e logo descendo a escada de acesso de volta sem utilizar, principalmente no modelo inicial do multi-infantil. Ouviu-se em declaração espontânea de um acompanhante junto ao escorregador “já é a milésima vez que ela sobe e não desce”.

Foi possível visualizar que o corpo da criança passa pelo vão do escorregador caso ela não mantenha as pernas para fora do tubo conforme pode ser visualizado na Figura 75. Durante as observações nenhuma criança caiu, algumas poucas só ficaram na iminência.

Figura 75 – Corpo da criança no vão do escorregador

Fonte: fotos do autor

Às vezes algumas crianças gritam pedindo para parar o carrossel quando sentadas na parte superior, podendo passar mal e sair tontas do brinquedo, pois não existe um limite de velocidade nem de tempo ideal para ficarem girando pelos acompanhantes.

Na gangorra em pé equilibrista o equipamento bate no pneu indicado para amortecimento do movimento e a criança que está no alto leva um tranco, e como consequência dá um pulo, e muitas vezes o pé pode escorregar e acabar caindo. Fácil de ser entendido pelo fato do pé ficar apoiado sob um tubo redondo sem atrito. Quando uma das crianças que está utilizando sai repentinamente do brinquedo a outra desce de uma vez da altura máxima. Então é necessário haver um acordo entre as crianças para sair do brinquedo, tirando um dos pés por vez para que o outro não leve um tranco forte. Muitos gritos de susto são escutados neste equipamento devido ao relatado.

Foram visualizados pequenos acidentes na gangorra em pé equilibrista, principalmente com crianças descalças. O pé de uma criança escorregou e a base inferior devido ao movimento caiu em cima dele, ocasionando um pequeno pressionamento do pé sem grandes sequelas. Outra criança bateu o pé na haste de sustentação do equipamento devido à falta do pneu de anteparo.

4.2.3 Utilização por crianças pequenas, adolescentes e adultos

Durante o período das observações foi possível visualizar crianças bem pequenas tentando utilizar equipamentos não adequados, tentando subir na escada do escorregador, tentando aos pulos alcançar a haste do carrossel quando não tinham a altura necessária, ou tentando atravessar a ponte de corrente sem conseguir alcançar o apoio para as mãos, por exemplo.

Da mesma forma que as crianças brincam nos equipamentos para adultos da ATI, também foi possível verificar adolescentes e adultos testando ou brincando nos equipamentos com as crianças, conforme Figura 76.

Quando os locais visitados eram parques públicos, normalmente um vigia pedia para as pessoas se retirarem dos equipamentos. No caso das praças públicas este controle não existe.

Figura 76 – Adultos nos equipamentos da API

Fonte: fotos do autor

Aparentemente os equipamentos da API tem boa estrutura e não parecem sofrer desgaste com a utilização pelo adulto, mas a fundação pode ser abalada pelo peso extra.

É necessário que os projetos para espaços públicos prevejam carga extra devido a possibilidade de uso por várias crianças e também, na eventualidade, por adultos. Poderiam existir propostas de equipamentos para utilização por diversas faixas etárias, fazendo a integração de acompanhantes adultos, jovens e crianças nos espaços.

4.2.4 Comportamento dos acompanhantes

Alguns acompanhantes diante do escorregador do multi-infantil apresentam insegurança pela altura, ou pela falta de assento no escorregador, de não saber como instruir a criança a brincar neste novo tipo de equipamento. Eis o depoimento espontâneo de um acompanhante adulto em frente ao multi-infantil, por exemplo: “Como é que se brinca nisto?”

Alguns responsáveis ficam junto do equipamento e demonstram apoio para a criança superar os medos e desafios e executar o movimento proposto conforme apresentado na Figura 77, onde um acompanhante ajuda a menina a escorregar puxando seu corpo ou o menino que apresentou receio de escorregar e os adultos ao redor falavam frases de incentivo para o uso.

Figura 77 – Acompanhantes junto aos equipamentos

Fonte: fotos do autor

Uma outra parcela de acompanhantes, aparentam mais tranquilidade com relação aos equipamentos e se mantem um pouco distantes, sentados em bancos ou na grama, deixando as crianças brincarem com mais autonomia.

Em uma visão geral, os acompanhantes podem apresentar o comportamento de observador, de orientação para utilização de forma apreensiva ou incentivadora ou de interação nas brincadeiras.

4.2.5 Comunicação nos equipamentos

As placas informativas dão instruções para os usuários e principalmente aos acompanhantes do que seria um uso ideal e com baixo risco de acidentes. Os usuários crianças dificilmente procurarão por instruções para brincar em um equipamento público, pois o brincar é uma atitude livre, cabendo aos responsáveis zelar pelo uso mais seguro, sem inibir as possibilidades de superação de limites e desafios.

Somente o parque Villa Lobos apresenta placa informativa, nos mesmos modelos das encontradas para a ATI nas praças e parques, conforme Figura 78, apresentando nome do conjunto como API, nome de cada equipamento, com indicações de formas de uso, idade mínima recomendada (sete anos), nome do fabricante e informação de ser indispensável o acompanhamento de um adulto.

Figura 78 – Placa informativa da API

Fonte: foto do autor

No parque Cândido Portinari existe uma placa como área do playground e quando houve a troca do equipamento multi-infantil houve também a inserção de etiquetas informativas, (ver Figura 79a), com nome do equipamento, empresa fabricante e idade de uso recomendada e selo de certificação voluntária IQB⁹.

⁹ (IQB) Instituto Brasileiro de Qualificação e Certificação de brinquedos, significando que estão conformes todos os ensaios realizados de acordo com a norma vigente.

No período de um ano de aplicação as etiquetas não apresentam mais leitura, devido ao tempo estão deterioradas e apagadas. No parque da Juventude existe etiqueta com nome de equipamento de playground, conforme Figura 79b, colocada no simulador de caminhada infantil, apresentando contatos do fabricante e idade recomendada para crianças de 4 a 12 anos. Em todos os demais locais pesquisados não há sequer informação do nome do conjunto como API.

Figura 79 – Etiquetas de informação nos equipamentos da API

Fonte: fotos do autor

Uma vez que estes equipamentos da API fazem parte de uma concepção recente nos espaços públicos, como acompanhantes adultos e usuários deveriam saber a forma ideal de os utilizar? Os acompanhantes adultos normalmente não têm uma placa para obter a informação do que seria um uso sugerido e seguro, pois estas indicações de como não utilizar apresentadas com um xis no capítulo 4.2.1, são colocadas pelo fabricante somente no blog dentro do site, e não se apresentam nem nos seus catálogos de produtos.

As informações deveriam estar no próprio equipamento ou no espaço que o contempla. Como uma alternativa poderia ser colado um código tipo QR code nos equipamentos, que poderiam ser lidos por qualquer celular com câmera e com internet, para quem tivesse o interesse de obter maiores informações.

4.2.6 Conservação e manutenção

Por meio das observações, um fato facilmente constatado foi a falta de conservação e manutenção nos equipamentos. Alguns foram retirados por problemas na fundação, outros apresentam desgaste de pintura, ferrugem, com partes faltantes ou quebradas, fundações afloradas, conforme mostra a Figura 80.

Figura 80 – Exemplos da falta de manutenção nos equipamentos

Fonte: fotos do autor

O maior diferencial das praças com relação aos parques estudados é que não há fechamento por gradil e nem presença de vigias, portanto o mal uso e o vandalismo é mais difícil de ser controlado.

A falta de manutenção em mobiliários urbanos, com o tempo torna os equipamentos degradados, até ficarem inviáveis de utilização e perigosos, com risco de acidentes. Se não forem retirados do local, de mobiliário urbano sem possibilidade de utilização passam a ser considerados descartáveis e lixo urbano.

Portanto, seria muito importante no processo de aquisição dos equipamentos considerar também a sua manutenção, pois a deterioração dos equipamentos é algo que agride a paisagem urbana, denota falta de cuidados dos órgãos públicos para com os usuários, e está diretamente relacionada à segurança das crianças.

O quadro 4 a seguir apresenta uma síntese da seção 4.2 com os principais padrões encontrados por meio das observações *in loco*.

Quadro 4 - Resumo das observações

Utilização diferente do projeto	
Escorregador	<p>Tecido extra para utilizar devido ao atrito do corpo com material</p> <p>Utilização de costas</p> <p>Utilização de braços</p> <p>Escalar com as mãos e pés no sentido contrário de descida</p>
Argolas giratórias	<p>Não realizam o percurso e movimento conforme proposto</p>
Gira-gira	<p>Utilizam as barras horizontais não pensadas para sentar</p>
Carrossel	<p>Escalam o brinquedo para chegar ao topo</p> <p>Ficam de ponta cabeça penduradas pelas pernas</p> <p>São colocadas sentadas nas barras horizontais superior</p> <p>Crianças menores pulam para alcançar a barra superior</p>
Gangorra em pé	<p>Escalam o brinquedo até o máximo</p> <p>Sentam e escalam as hastes de sustentação horizontais</p> <p>Várias pessoas para conseguir o equilíbrio e funcionamento</p>
Alguns equipamentos geram medo e insegurança nas crianças	
<p>Utilização pelas crianças dos equipamentos da ATI e AJA</p> <p>Utilização por adolescentes e adultos dos equipamentos da API</p>	
Acompanhantes no espaço do playground na função: observar, acompanhar, orientar, brincar	
Falta de informação aos usuários: nome do conjunto API, de cada equipamento, formas de uso e idade recomendada	
Falta de manutenção visível gerando degradação do equipamento e do espaço	

Fonte: autor

4.3 ENTREVISTAS COM ACOMPANHANTES ADULTOS

A seguir serão apresentados os resultados que foram levantados junto aos acompanhantes das crianças nos locais de estudo.

Com esta forma de apresentação - por meio de gráficos - é possível identificar quais os padrões de resposta por similaridade e, portanto, as categorias consideradas com maior relevância por parte dos responsáveis pelas crianças.

São respostas de um total de trinta e cinco entrevistados nos sete locais levantados. O Gráfico 1 a seguir traz a relação de parentesco com as crianças.

Gráfico 1- Parentesco dos entrevistados com as crianças

Fonte: autor

4.3.1 Objetivos e intenções

O Gráfico 2 a seguir representa as respostas dos acompanhantes das crianças para a pergunta: Qual é o seu objetivo, intenções ao trazer a criança para este espaço público?

Tinha por objetivo descobrir se os entrevistados em sua maioria expressavam a preocupação com o exercício ou atividade física para as crianças, uma vez que a proposta de implantação da API vem com o discurso do fabricante Ziober Brasil (2016) de unir o brincar com a promoção do exercício físico desde a infância, melhorando suas capacidades motoras, mentais e sociais.

Cada entrevistado poderia dar mais que uma resposta, portanto gerando uma lista com intenções diversificadas.

A categoria brincar foi a mais mencionada, somando-se as variantes específicas como brincar com prazer, com segurança, com espaço, com os brinquedos, ao ar livre.

Em segundo lugar, em número de respostas convergentes, foi mencionada a interação com outras crianças e a intenção das crianças se divertirem.

Outra categoria que se mostra como uma preocupação atual é levar as crianças ao espaço público a fim de proporcionar outras formas de brincar e retirá-las dos equipamentos eletrônicos como citados, celulares, tablets, computadores e televisão.

Considerando esta amostra de respondentes, não se percebeu a preocupação do ato das crianças se exercitarem como um senso comum. Apesar de surgirem respostas ligadas ao fazer atividade física e exercitar, ligados a gastar energia, andar de bicicleta, ajudar no desenvolvimento motor, com baixa repetição pelos entrevistados.

Gráfico 2 – Objetivos e Intenções para estarem com a criança no espaço público

4.3.2 Necessidades e expectativas

Um mobiliário urbano é mais adequado quanto mais atender às necessidades e expectativas dos seus usuários, segundo Jonh (2010).

Portanto, torna-se importante tentar levantar o que pensam os acompanhantes das crianças, para que os espaços e o mobiliário sejam considerados adequados, e para que as pessoas possam se locomover até o espaço público e utilizar os equipamentos.

O Gráfico 3 a seguir demonstra a resposta dos acompanhantes para a pergunta: Quais as suas necessidades e expectativas para um espaço de playground?

Gráfico 3 – Necessidades e expectativas dos acompanhantes das crianças quanto ao playground

Fonte: autor

Entre os itens mais citados estavam a necessidade de segurança tanto para com os brinquedos como do local.

Os acompanhantes têm a expectativa de contar com brinquedos em bom estado de conservação, com boa diversidade e em boa quantidade, para que todos possam brincar sem ficar esperando muito para utilização. Também se comentou sobre adequação por faixa etária e mais adequados para crianças pequenas.

Com relação ao local, primeiramente veio o quesito limpeza, e também preocupação com o piso e sua manutenção, como no caso de grama.

4.3.3 Interação Social

A interação entre outras crianças é uma das categorias mais mencionadas como objetivo e intenção para estarem no espaço público. O Gráfico 4 a seguir responde à pergunta: Estes brinquedos da API estimulam as crianças a brincarem sozinhas ou em grupo?

A maioria dos respondentes acha que estes equipamentos estimulam de fato a interação com outras crianças. Alguns visualizam que existem vários tipos de equipamentos destinados a se brincar sozinho, como no caso da pá carregadeira, e dos exercícios em miniatura igual dos adultos e outros que estimulam a brincadeira em conjunto como no multi-infantil, na escalada torcida, no carrossel.

Quando existem poucas crianças no playground, elas pedem pela companhia e auxílio dos acompanhantes e necessitam de outras crianças para poderem utilizar, por exemplo, a gangorra, a gangorra em pé equilibrista, a gangorra cruzada, onde é necessário mais de uma criança para fazer funcionar o equipamento. Durante a entrevista uma menina de dez anos comentou que precisava de outra criança do mesmo tamanho que ela para fazer funcionar a gangorra em pé, pois só tinham crianças pequenas naquele momento no playground e a mãe não queria ir com ela.

Alguns entrevistados comentaram que a interação é mais importante que o brinquedo e que as vezes o piso em areia pode gerar esta interação. Relataram que por meio da interação as crianças aprendem a brincar junto, a dividir e a esperar a sua vez, importantes para o convívio social.

Gráfico 4- Sobre interação social nos equipamentos da API

Fonte: autor

4.3.4 Implantação

O Gráfico 5 a seguir representa a resposta dos acompanhantes para a pergunta: O que tem que existir perto da área do playground? Respostas que podem ajudar no projeto destas áreas.

Gráfico 5 – Equipamentos que devem estar nas proximidades dos playgrounds

Fonte: autor

Sobre o mobiliário complementar, os mais citados pelos respondentes para apoio da área de playground foram bancos e bebedouros. Mesmo nos locais das praças estes foram bastante lembrados como uma necessidade, apesar de hoje em dia não serem tecnicamente viáveis no espaço aberto público.

Os bancos em muitos lugares visitados foram citados como em quantidade insuficientes, e os respondentes estavam em pé ou sentados em locais alternativos como em escadas próximas, nas muretas de delimitação de piso, em troncos de árvores cerradas.

Os acompanhantes sentem falta de lanchonetes próximas, quiosques, árvores para propiciar sombra e segurança perto dos brinquedos.

Alguns respondentes salientaram que a proximidade da rua é uma desvantagem quanto ao sentimento de segurança, fato que ocorre nas praças estudadas e em dois parques onde a portaria e acesso à rua é facilitado.

Nos locais estudados existem casos em que existem equipamentos para adultos próximos e outros em locais bem separados do playground. Percebe-se que muitas crianças brincam com os equipamentos de ginástica voltado para adultos. E quando questionado se a crianças já tinha experimentado os equipamentos para adultos foi quase unânime a resposta positiva. Alguns acompanhantes acham que não se deve deixar utilizar por questão de segurança das crianças, mas a grande maioria não vê problemas das crianças brincarem e experimentarem sem o objetivo do exercício. O Gráfico 6 representa as respostas ao questionamento sobre a implantação de equipamentos de ginástica para o público adulto estar próximo ou em local distinto e separado das crianças. Foi realizada a pergunta complementar: Os equipamentos de ginástica para adultos na proximidade do playground incentivarão sua utilização?

Gráfico 6 – Proximidade dos equipamentos de ginástica para adultos com a área do playground

Fonte: autor.

A maioria dos respondentes acha que seria positivo poder utilizar os equipamentos de ginástica para adultos enquanto as crianças estivessem brincando, considerando

a visão para a área do playground, principalmente para aqueles que não veem como um problema de as crianças também utilizarem para brincar, devido à proximidade.

Outra parcela de respondentes acha difícil conciliar o momento de estar com atenção nas crianças, supervisionando e auxiliando com outra atividade para adultos.

Para outros respondentes seria indiferente estar ou não próximo pois não utilizariam este tipo de equipamento para se exercitar. Para alguns, são entendidos somente como para utilização por idosos.

4.3.5 Adequação

O Gráfico 7 a seguir demonstra a resposta dos entrevistados para a pergunta: Acha que estes equipamentos são adequados para as crianças que acompanha?

Gráfico 7 – Adequação dos equipamentos API para as crianças na visão dos seus acompanhantes

Fonte: autor

Para a maioria dos entrevistados os equipamentos são adequados quando a idade das crianças girava em torno de sete anos ou mais, porém para aqueles com crianças pequenas em torno de quatro, cinco anos foi pontuado que achavam perigosos ou inadequados. A questão de inadequação para crianças pequenas também foi mencionada por pais que acompanhavam crianças maiores, pontuando

que precisariam de maior supervisão dos responsáveis e também com ressalvas ao vão do escorregador alto e sem assento.

Alguns equipamentos são limitantes para uso de algumas crianças pela questão da altura de onde segurar, como por exemplo no carrossel, na ponte de correntes, nas argolas do multi-infantil.

Somente no parquinho do Pomar do parque Villa Lobos existem equipamentos como o S de equilíbrio e bumerangue equilibrista que não dependem da altura da criança e não apresentam nenhum risco para crianças pequenas, por fazerem um percurso para andar sobre uma barra chata a poucos centímetros do chão. Estes equipamentos podem ser visualizados no catálogo de produtos em Anexo.

4.3.6 Aspectos formais

Com o intuito de captar informações que poderiam servir como requisitos de projeto para equipamentos infantis formulou-se as seguintes questões: Olhando para estes equipamentos, o que você acha que chama mais atenção das crianças? O que você acha do formato, da cor, da aparência dos equipamentos? Respostas que podem ser visualizadas no Gráfico 8.

Dentre os aspectos mais citados como positivo foi o colorido, a aparência e o formato dos equipamentos como atrativos para as crianças, além de serem bonitos e com boa conservação, também proporcionam vários exercícios diferentes pelo fato de serem diferentes dos brinquedos tradicionais, originais, interessantes e que aguçam a curiosidade.

Uma pequena parcela de respondentes mencionou que alguns equipamentos não transmitem muita segurança e que o formato deveria ser em função desta.

Gráfico 8 – Aspectos formais relatados pelos acompanhantes

Fonte: autor.

4.3.7 Sobre a API

Todos os entrevistados não conheciam o termo Academia da Primeira Idade para o conjunto de equipamentos, mesmo aqueles que estavam no parque Villa Lobos onde existe placa informativa.

O Gráfico 9 representa a opinião dos respondentes para a pergunta: Para você são brinquedos ou equipamentos de academia?

A maioria dos entrevistados vê os equipamentos como brinquedos em uma proposta diferenciada, boa e interessante, porém uma parcela reconhece que os equipamentos incentivam a prática de esportes e exercícios físicos.

Os equipamentos no formato miniatura, igual dos adultos, são entendidos e citados como uma academia e os demais como brinquedos.

Uma parcela prefere a proposta do brincar, de chamar de parquinho do que a proposta de academia.

Alguns respondentes, após mencionar o nome do conjunto de equipamentos como API os vê como equipamentos de academia ou cumprindo as duas propostas, de brinquedo e de academia.

Gráfico 9 – Opinião sobre API (após conhecimento do nome do conjunto)

Fonte: autor.

4.3.8 Preferência das crianças na entrevista com adultos

Não era objetivo principal captar as impressões das crianças no local de uso, porém quando as crianças se aproximavam na hora na entrevista foi possível, com a anuência do responsável, realizar a pergunta cujas respostas se encontram no Gráfico 11: O que você mais gostou e menos gostou neste tipo de brinquedos?

O Gráfico 10 a seguir apresenta a idade das crianças nos locais de estudo, cujos acompanhantes foram entrevistados.

Gráfico 10 – Idade das crianças no local das entrevistas com os adultos

Fonte: autor.

A maioria das crianças que responderam a esta pergunta comentou gostar mais do escorregador no formato rolete e barras paralelas, do espiral e das argolas do multi-infantil.

Houve uma grande diversificação de respostas entre a preferência dos brinquedos pelas crianças. Portanto o mesmo brinquedo pode agradar e desagradar algumas crianças. Uma resposta que surgiu que poderia justificar a resposta de não gostar do escorregador é pela dificuldade em escorregar e medo de cair no vão entre as barras.

Gráfico 11- Opinião das crianças sobre o que mais gostavam e menos gostavam no local de uso nas entrevistas com adultos.

Fonte: autor.

4.4 QUESTIONÁRIO E STORYTELLING COM CRIANÇAS

A escolha das crianças por idade para participarem do protocolo de pesquisa nas escolas foi sugestão dos coordenadores e professores envolvidos. Foi somente requisitado que fossem de idades variadas até o limite de 11 anos, e que conseguissem se expressar por meio da escrita.

Os dados obtidos contemplam um total de quarenta crianças, captadas por meio de seis escolas participantes onde a idade das crianças está representada no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Idade das crianças que participaram da pesquisa por meio das escolas

Fonte: autor

4.4.1 Experiência nos equipamentos

O Gráfico 13 a seguir representa as respostas das crianças sobre a parte do questionário que perguntava: Como é brincar nestes brinquedos?

Como aspectos positivos as palavras legal e divertido demonstram que a maioria está gostando desta tipologia, juntamente com depoimentos de serem ótimos, emocionantes, com sentimentos de liberdade, felicidade e animação. Também foi visto como positivo ser diferente dos tradicionais, apresentar curvas e diversidade de brincadeiras e de movimentos.

Como aspectos que merecem atenção foram citados sentimento de ser perigoso sem um adulto por perto, o relato de já ter caído e achar normal, ser mais difícil e alto, sentimento de medo ligado a superação para utilização.

Gráfico 13- Opinião das crianças sobre como é brincar nos brinquedos da API.

Fonte: autor.

4.4.2 Preferências sobre os equipamentos elencados

Considerando os equipamentos elencados para o protocolo de pesquisa, sendo estes os mais facilmente encontrados nos locais estudados foi possível apresentar o Gráfico 14 a seguir.

O equipamento mais citado como preferência foi o multi-infantil, por agradar devido as várias atividades propostas no mesmo equipamento. Foi seguido pela escalada torcida e pelo carrossel.

O equipamento escalada meia lua e a gangorra em pé também nos protocolos não foram citados como preferência pelas crianças.

Gráfico 14 – Preferência das crianças entre os brinquedos elencados no protocolo de pesquisa

Fonte: autor

4.4.3 Pontos positivos e negativos

O Gráfico 15 a seguir se refere a pergunta: O que você gosta e não gosta nestes brinquedos? Apesar de considerar os equipamentos da API, o resultado desta questão pode vir a trazer dados para melhoria não só destes como para novos projetos para o público infantil.

Como pontos positivos surgiram depoimentos como: diversidade de brincadeiras do multi-infantil, dos brinquedos de girar, de escalar que dão emoção e sensações. Também positivo o fato de serem diferentes dos tradicionais em formato, de apresentarem desafios, de serem coloridos e altos, além de ajudar a fazer exercícios.

Gráfico 15 – Pontos positivos citados pelas crianças para os equipamentos elencados da API.

Fonte: autor.

Gráfico 16 - Pontos negativos citados pelas crianças para os equipamentos elencados da API

Fonte: autor.

Como pontos negativos sobre os equipamentos da API selecionados, representados no Gráfico 16, foi citado o fato ser ruim quando alguém cai ou se machuca, sobre o escorregador ser aberto e doer o bumbum ao escorregar, o sentimento de insegurança e medo de alguns equipamentos por serem altos, ou precisar de força para escalar e se segurar, de ficar tonto girando em alguns.

Outras questões negativas quanto ao brinquedo no espaço surgiram, como por exemplo pouca quantidade de brinquedos e local com sol nos equipamentos, sem sombra para brincar e com pouca manutenção, quebrados ou com ferrugem.

4.4.4 Qualidades de um playground

Quanto à questão de como deveria ser um bom parquinho, os respondentes-crianças citaram os seguintes requisitos apresentados no Gráfico 17.

Dados que podem vir a servir como requisito de projeto para novas área de lazer infantil, considerando a opinião dos seus usuários. Surgiram categorias ligadas ao espaço, ao mobiliário complementar e também aos brinquedos.

Como característica ao espaço surgiram local com jardim e flores, local para praticar esportes, limpo, bonito, espaços para jogos e para desenhar.

Foram citados os mobiliários complementares banheiro e bebedouro ao espaço do playground.

Como características aos brinquedos os mais citados foram que deveria ter maior quantidade e variedade de brinquedos, com os novos equipamentos da API e também com os brinquedos tradicionais. Além de brinquedos novos e conservados, desafiadores, altos, com obstáculos e coloridos.

Também trouxeram requisitos subjetivos como diversão, que proporcionem interação entre amigos e familiares, com vigilância e segurança nos brinquedos.

Se os equipamentos da API não tivessem boa aceitação não apareceriam como resposta recorrente no playground ideal pelas crianças, porém muitos comentaram que deveria ter os equipamentos novos da API juntamente com os tradicionais, demonstrando o gosto por eles também de forma não excludente.

Gráfico 17 - Requisitos e qualidade de um bom playground pelas crianças.

Fonte: autor.

4.4.5 Assunto central do storytelling

O objetivo da redação é verificar quais os pontos centrais que as crianças utilizam na redação para falar sobre os brinquedos no espaço público, como indicativo do que seria importante para elas.

Como temática mais utilizada foi o comentário sobre o prazer e diversão em brincar nos parques, praças e nos brinquedos. Em segundo lugar ficou o tema relacionado a interação com outras crianças para fazer amizade e brincar.

A interação com os familiares no espaço do parquinho público também foi mencionada com importante, assim como a possibilidade de fazer exercícios físicos.

Outros assuntos relevantes também foram citados, como falta de manutenção nos brinquedos, a preferência por alguns brinquedos tradicionais; alguns comentaram sobre o receio ou medo do escorregador do multi-infantil e de ser um local de livre acesso para todos brincarem.

Existem outras temáticas menos convergentes, mas que também podem ser visualizadas no Gráfico 18, a seguir.

Gráfico 18 - Temas desenvolvidos no storytelling pelas crianças.

Fonte: autor.

4.5 ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS

Ao visualizar vários movimentos executados de forma diferenciada pelas crianças nos locais de estudo veio o questionamento se estes movimentos repetitivos e inadequados poderiam trazer prejuízos físicos para as crianças. Sendo assim procurou-se por profissionais da área da educação física para tecerem opinião sobre os novos equipamentos da API para brincar e se exercitar no espaço público.

Basso (2017)¹⁰ em entrevista achou positivo novas propostas, comentou que a maioria das atividades voltadas para crianças tem sua potencialidade no desenvolvimento dos membros inferiores, como o difundido futebol, a corrida, e vários brinquedos tradicionais, portanto considera positivo inserir novas formas de utilizar e aumentar o uso dos membros superiores, reforçando sua musculatura. Não vê perigo na exaustão ou uso errado nos equipamentos pelo fato das crianças terem um limite claro de prazer e o uso ser de forma rápida, sem uma meta de repetição a ser alcançada, como no caso de equipamento para adultos (informação verbal).

Ferraz (2017)¹¹ em entrevista também não verificou problemática para o uso dos equipamentos da API, mesmo que de forma diferenciada dos movimentos pensados em projeto, apenas complementou que poderiam ser mais lúdicos a fim de permitir maior interação com o imaginário (informação verbal).

Uma questão que foi respondida por meio das entrevistas nos órgãos públicos: Como um mobiliário urbano de lazer chega ao espaço público, quem o especifica e como se dá a sua aquisição?

Tanto para os locais públicos de administração municipal ou estadual a compra é sempre realizada por licitação. Tem-se a lei nº 8.666/93 que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos (BRASIL, 1993).

No caso das subprefeituras, a especificação de mobiliário urbano é feita por profissional da coordenadoria de projetos e obras (CPO); no caso dos parques

¹⁰ BASSO, L. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, 18 ago. 2017. Prof. Dr. EEFE (Escola de educação física e esporte da Universidade de São Paulo).

¹¹ FERRAZ, O. L. Entrevista concedida à pesquisadora. São Paulo, 12 set. 2017. Prof. Dr. EEFE.

municipais pelos profissionais do DEPAVE 1, e nos parques estaduais pela coordenação de parques urbanos (CPU).

Não existe entre as subprefeituras e parques públicos um manual, especificação ou mesmo um padrão de equipamentos para o mobiliário urbano de lazer. Toda a compra é realizada por meio de licitação sem atrelar o produto por fornecedor ou fabricante. Além disto não existe nenhuma diretriz para implantação e locação deste tipo de mobiliário no formato de API ou ATI, ficando a cargo dos técnicos de cada subprefeitura, com seus conhecimentos e experiências adquiridas selecionar quais equipamentos implantar, além de locá-los.

Apesar de não existir padronização para os elementos de mobiliário urbano, a composição de orçamentos adota uma planilha de preços públicos de referência para infraestrutura urbana e edificações, conhecida como tabela EDIF. Quando as subprefeituras foram acionadas para levantamento sobre a existência da tipologia API em sua região, houve convergência de respostas sobre o fato destes equipamentos não estarem presentes na tabela EDIF. Portanto, chegou-se à conclusão que a tabela EDIF acaba facilitando ou limitando o processo de compra, sendo assim norteadora dos equipamentos a serem implantados.

Por interesse da subprefeitura do Jabaquara nestes equipamentos específicos realizou-se a compra da API por meio de Preço Extra Tabela (PET), onde são necessários levantamento de três fornecedores de produtos similares para sua composição e licitação.

Esta tabela EDIF de custos pode ser encontrada atualizada a cada seis meses no site da prefeitura de São Paulo na página da Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO). Atualmente, apresenta apenas brinquedos tradicionais em estrutura metálica ou em madeira e os equipamentos da terceira idade (ATI).

Segundo a SMSO¹², a inserção de itens novos nas tabelas EDIF de composição de preços para serviços e obras ocorrem através da demanda e da frequência do uso

¹² MATIAS, A. J. D. **SMSO G**. Mensagem recebida por amatias@prefeitura.sp.gov.br em 04 set. 2017

de determinado item, seja; mão de obra, materiais e equipamentos nos vários orçamentos desta secretaria (informação pessoal).

No Quadro 5 serão apresentadas as possíveis formas de obtenção de recursos para inserção e instalação de mobiliário urbano nas áreas públicas para recreação e lazer.

Quadro 5 – Possíveis formas de captação de recursos e compra de mobiliário urbano

Verba da subprefeitura	Recursos da subprefeitura com base em projetos e propostas de acordo com as demandas de sua região. Apresentadas previamente pela Coodenadoria de Projetos e Obras (CPO) para compor o orçamento anual
Doação	Forma de captação de recursos por meio de iniciativa privada por doação, de forma gratuita e definitiva, sem a finalidade de publicidade. Não é necessário edital. Ex. Parquinho acessível no Parque do Cordeiro (SP) - Doação da organização Anna Laura Parques Para Todos (ALPAPATO), Aquisição da ATI por meio da construtora do Parque do Povo.
Patrocínio	Forma de captação de recursos por meio de iniciativa privada, de forma gratuita e definitiva, que tem sua imagem vinculada sob propaganda. É necessário abetura de Edital. Ex. Equipamentos de ginástica e alongamento em aço inox MUDE com patrocínio Santander, realizado por meio da Secretaria de Esportes e Lazer
Emendas Parlamentares	Forma de captção por meio de parlamentares (municipais e estaduais) que podem destinar recursos para beneficiar determinadas demandas das regiões que representam. Os recursos podem chegar de forma específica, para determinados locais ou contemplar determinados equipamentos a serem adquiridos por meio de licitação. Ex. API e ATI da subprefeitura do Jabaquara
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que trabalham em parceria com o Estado/ Município. Os termos de parceria permitem estabelecer objetivos de interesse público. Ex. Administração do Parque do Povo (parque municipal)

Fonte: produção do autor com base nas entrevistas nos órgãos públicos e adaptado de Minas Gerais (2013)

Os equipamentos da API apresentam em etiqueta a certificação voluntária pelo IQB, significando que estão de acordo com a norma vigente. No Brasil, atualmente não há a obrigatoriedade de certificação pelo Inmetro para playgrounds. Há um estudo realizado pelo órgão regulamentador sobre a segurança referente ao produto e mediante análise, constataram que os acidentes causados durante a

utilização dos equipamentos deram-se por mau uso, e não por problemas nos mesmos (informação pessoal)¹³. Depoimento este confirmado pelo acesso ao documento Análise de impacto regulatório para equipamentos de playground realizado por consulta pública (INMETRO, 2014).

A demanda de um novo produto para o público infantil, segundo a empresa Ziober, surgiu da necessidade de se ter produtos com maior segurança voltados a eles. Os produtos estimulam os sentidos e desenvolvimento das crianças, de uma forma segura e divertida, são duráveis e bonitos e ainda oferecem uma maneira diferenciada de brincar. O objetivo da API é estimular o desenvolvimento de habilidades específicas das crianças, proporcionando atividades físicas enquanto elas se divertem, além de propiciar a interação social (informação pessoal)¹⁴.

No início da pesquisa a empresa apresentava somente a nomenclatura dos produtos como API; hoje no web site encontra-se a denominação ligada a palavra playground e parquinho, com a inserção de alguns equipamentos tradicionais, gangorra, gira-gira, escorregador e balanço, por exemplo, como lançamentos em seu catálogo de produtos em 2017.

Nas entrevistas junto aos órgãos públicos, seus respectivos responsáveis não tiveram intenção de inserir um equipamento para ginástica, como realizado para a terceira idade. Entendem os equipamentos da API como uma proposta diferenciada para brinquedos de playground, como uma alternativa mais durável, com menor manutenção, bom prazo de entrega e dentro do orçamento disponível. Somente o arquiteto do parque do Povo citou a intenção de obter mais atividade física pra crianças com estes equipamentos.

Sobre a manutenção dos equipamentos, a maioria dos órgãos entrevistados não têm previsão e recursos para sua realização; somente o parque do Povo realiza manutenção preventiva, pois tem recursos por meio da OSCIP. Foi um consenso relatado quando os mobiliários estiverem sem condição de uso, quebrados e em

¹³ Patricia M. **IQB**. Mensagem recebida por iqb@iqb.org.br em 29 set. 2017

¹⁴ ZIOBER BRASIL. Entrevista com Hugo Carlone. Mensagem recebida por marketing@ziober.com.br em 15 jul. 2016

eminente perigo que sejam retirados dos locais implantados.

Nas respostas obtidas pelas subprefeituras no protocolo de levantamento enviado, identifica-se também alguns requisitos importantes para o mobiliário infantil que foram citados: qualidade, ergonomia, segurança, materiais resistentes, fácil manutenção, funcionalidade, estética, integração das crianças, durabilidade, módulos para pequenos espaços, diferentes tipos de conjuntos, custo de acordo com as verbas disponíveis.

Por meio das entrevistas nos órgãos públicos e levantamentos nas subprefeituras, chegou-se a conclusão que projetos de mobiliário urbano com design exclusivo, projeto mais específico para um local ou com função inovadora dificilmente têm possibilidade de ser especificado pelos órgãos públicos, devido ao processo de composição de preços e licitação, que demandam a existência de produtos similares para comparação. Levantou-se que projetos com design diferenciado podem ser implantados por meio de doações ou patrocínios por empresas privadas.

CAPÍTULO 5

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As seções apresentadas a seguir neste capítulo são os temas principais encontrados na triangulação dos dados nas diversas ferramentas de pesquisa utilizadas e que apareceram também de forma mais relevante, por diversas convergências.

Para dar apoio às constatações colocam-se os depoimentos verbais das entrevistas, indicados como (informação verbal), e depoimentos por meio escrito retirado do questionário ou redação como (informação pessoal).

As categorias apresentadas a seguir como concepções sobre os equipamentos da API; interação social; segurança; manutenção; lúdico; implantação; pisos; uso dos equipamentos; sobre o espaço e os brinquedos, são decorrentes de todos os dados pesquisados que colaboram para elucidar a questão fundamental.

5.1 CONCEPÇÕES SOBRE OS EQUIPAMENTOS DA API

Ao analisarmos os conteúdos do protocolo realizado pelas crianças (tanto no questionário como no storytelling), identificam-se aspectos positivos e negativos sobre os equipamentos destacados por elas.

Como pontos positivos de aspectos formais foram citadas a possibilidade de movimento dos equipamentos, principalmente por serem inovadores e diferenciados dos tradicionais pelo formato, cores e curvas. Destacaram também o fato do brinquedo com multi-funções proporcionar várias formas de brincar, com possibilidade de ter vários amigos interagindo e com mais desafios para equilibrar, se pendurar e utilizar a força física.

Como pontos negativos citaram que o material sendo de ferro esquenta com o sol, talvez por semelhança aos brinquedos de ferro tradicionais, pois a pesquisadora testou com a própria mão em dias com temperatura em torno de 30º e a pintura eletrostática ajuda na utilização por não apresentar superaquecimento do material. Também aparecem: falta de entendimento de como brincar em alguns brinquedos; a necessidade de muita força com os braços durante o uso (braços doem); a dificuldade de escorregar no multi-infantil (principalmente na versão de modelo

inicial); e a altura dos equipamentos gerando o sentimento de desafio para alguns e para outros, gerando medo e receio para utilização.

“Gostei do escorregador, mas não gostei muito daqueles que não sei como brincar” (informação verbal, menina de 9 anos, parque da juventude). O escorregador neste parque é o tipo rolete, mais parecido com o escorregador normal, e a acompanhante deixou as crianças explorarem os brinquedos com autonomia, sem instruções para uso.

“Escorregador é maneiro, mas podia ter um paninho para ajudar a escorregar” (informação verbal, menina 9 anos, parque do Povo), relatando que gosta do equipamento, porém existe a dificuldade em deslizar no escorregador do multi-infantil no modelo original, apontado por algumas crianças pois dependendo do tipo de roupa, a pele do corpo gera atrito dificultando esta atividade. A criança ainda tem que manter a pressão ideal das pernas nos tubos para conseguir escorregar. A acompanhante relatou que a criança teve medo no início, mas depois se acostumou e se adaptou ao brinquedo utilizando um pano para ajudar a deslizar.

“Eu queria que o gira-gira não fosse de colocar a mão porque dói, podia ter um banco para sentar” (informação verbal, menino 5 anos, parque do Povo), situação onde foi visualizado que a criança pede para o pai para colocá-lo sentado na parte superior do carrossel, destinado a segurar com as mãos.

Quando perguntados sobre os equipamentos que mais gostavam e menos gostavam no local de uso, as respostas foram bastante variadas - um mesmo equipamento agrada e pode desagradar outra criança. Os equipamentos que proporcionam movimento foram mais escolhidos do que os estáticos. Portanto é importante ter vários tipos de brinquedos para poder atender a diversidade de aspirações das crianças, contemplando os que gostam ou não de altura; os que gostam ou não de se pendurar, e de girar por exemplo.

O brinquedo mais polêmico da categoria de API é o escorregador, pois crianças sinalizam medo ou receio pela altura ou do vão entre as barras; como também os acompanhantes relataram insegurança frente a ele. Porém é interessante notar que foi o equipamento que as crianças mais disseram que gostaram como também aquele que aparece como preferência pelo fato de ser multifuncional nas redações.

“Não gosto muito do escorregador porque ele é aberto no meio” (informação pessoal, menina 9 anos).

“Não gosto do escorregador porque nele pode se machucar ou cair” (informação pessoal, menino 10 anos).

“Prefiro o multi-infantil porque ele é radical e muito divertido” (informação pessoal, menina 10 anos).

“Gosto muito do escorrega diferente, porque antes eu tinha medo e agora é o que eu mais gosto” (informação pessoal, menina 9 anos).

Como possibilidades para novos brinquedos para o espaço público, as crianças sugerem como diferencial, alguns formatos do tipo pula-pula, cama elástica e para saltar obstáculos.

Nos espaços onde não existia o balanço tradicional foi verbalizado por várias crianças, como também pelos adultos, que faltava esta tipologia no espaço do playground. Porém ressalta-se o cuidado na implantação adequada a questões de segurança, devido aos fluxos de movimento do brinquedo, e das crianças em torno dele, além do assento ser de material mais maleável, evitando acidentes graves. Observou-se que as crianças tinham um espaço livre para desenho no protocolo de pesquisa, e muitas desenharam crianças em balanços, o que pode demonstrar certa preferência por este brinquedo tradicional.

Sobre aspectos funcionais dos equipamentos da API foram citados estes: servindo para brincar, se divertir e se exercitar. Portanto, algumas crianças veem o exercício físico nesta tríade como forma de gastar energia, melhorar a coordenação motora e o raciocínio, além de ser complementar a outras brincadeiras como correr, brincar de bola, bicicleta, patins, entre outras, quando vão brincar no espaço público.

Para a grande maioria das crianças os equipamentos em análise nesta pesquisa geram sentimentos positivos de prazer e diversão, expressos por vários sinônimos utilizados para descrevê-los como legais e emocionantes, proporcionando alegria, felicidade, animação, a ponto de querer repetir a utilização. Como sentimentos negativos citaram o fato do escorregador ser perigoso e da possibilidade de cair no chão ou se machucar devido à altura dos equipamentos.

Apesar de relatos de quedas no brinquedo multi-infantil e na escalada torcida, não foram mencionadas sequelas ou grandes consequências. Estes sentimentos representam ensinamentos de que é normal cair e se levantar e que um dia perdem o medo, sem transferir para o brinquedo o problema do ocorrido e sim como um desafio a ser superado.

“Não gosto porque é um pouco perigoso, porque tem buracos e é muito alto” (informação pessoal, menina de 11 anos sobre o multi-infantil).

“Eu acho bem legal estes brinquedos, porque me divirto muito e sempre caio, mas é normal” (informação pessoal, menina 10 anos)

“Quando você sobe é fácil, mas quando desce dá um medo de cair” (informação verbal, menina 9 anos, parque Villa Lobos); relato de uma criança sobre a escalada torcida, que comenta que já caiu deste brinquedo, por isto não gosta muito dele. Este produto é relatado por várias crianças que indicam haver certa dificuldade para sua utilização. É um desafio o fato dos degraus irem se contorcendo.

Sobre aspectos formais, o público adulto indagado citou como positivo a aparência, o formato, a cor aplicada, pois o colorido chama a atenção das crianças. Comentaram que são bonitos; atrativos e trazem curiosidade às crianças. São originais e interessantes pelo fato de serem diferentes dos tradicionais. A altura dos brinquedos e o vão do escorregador sem local para segurar com as mãos foram os aspectos mais relacionados com insegurança.

A maioria dos entrevistados acha os equipamentos adequados à idade da criança que estava acompanhando, mas boa parte salientou não o ser para crianças pequenas (menores que cinco anos por exemplo), fazendo ressalvas ao escorregador. É necessário ter supervisão e dar instrução para as crianças brincarem em alguns brinquedos. Alguns não dão altura para uso, mas mesmo assim os acompanhantes ajudam a alcançar segurando o corpo da criança, colocam-nas na parte superior do brinquedo, permitindo o uso para experimentação e divertimento.

A única resposta consensual por todos os adultos entrevistados é de que não conheciam o nome dos equipamentos por Academia da Primeira Idade. Após receber esta informação foi pedido para olhar novamente para os equipamentos e

dar sua opinião sobre a função dos mesmos, como uma academia ou brinquedos de playground. A grande maioria dos entrevistados vê os equipamentos simplesmente como brinquedos. Outros veem como equipamentos de academia, incentivando a prática de esportes e exercícios. Outros comentaram que são ambos, brinquedo e academia. Não houve reação negativa da proposta de academia, porém alguns comentam que preferem a proposta do brincar ao se exercitar no espaço público, e que a criança já se exercita pelo fato de estar brincando. Os adultos referem-se mais claramente à prática de exercícios quando existia a tipologia em miniatura da terceira idade.

“A proposta de academia faz uma iniciação de algo importante e saudável para a vida” (informação verbal, pai de crianças de 8 e 5 anos, parque do Povo).

“Acho interessante a inserção de mais atividade física no playground” (informação verbal, mãe de criança de 4 anos, parque da Juventude). A mãe acha positivo ter novos equipamentos que estimulam a atividade física, principalmente pela criança que apresenta sobrepeso.

“Prefiro o conceito do brincar, do que uma atividade regrada, com disciplina como em uma academia” (informação verbal, mãe de criança de 6 anos, praça Nova América).

Segundo Norman (2008), o ser humano, no geral, reage emocionalmente a uma situação antes de avaliá-la. Podemos analisar os equipamentos da API de acordo com os conceitos deste autor que diz existir três níveis para um produto ser bem-sucedido.

O nível visceral é aquele no qual o produto precisa dar uma sensação agradável e ter boa aparência, pois as pessoas farão um pré-julgamento rápido, só de olhar, se é bom ou ruim, seguro ou perigoso. Segundo os depoimentos, alguns equipamentos da API não são compreensíveis para todos só de olhar, e também alguns não transpassam segurança para o uso - tanto as crianças como os adultos sinalizaram esta situação conforme colocado pelos respondentes.

“Quando olha não sabe como funciona o brinquedo, ou veem outras crianças para saber como brincar ou vão na intuição para aprender a utilizar” (informação verbal, tia acompanhante de meninas de 6 e 9 anos, parque Villa Lobos)

“Eu não gosto do escorregador porque eu ainda não descobri a maneira de usá-lo”
(informação pessoal, menina 11 anos).

O nível comportamental refere-se ao uso, à função que o produto desempenha. O design precisa ser compreendido de acordo com sua função, usabilidade e ter boa sensação física. Alguns equipamentos da API podem ser melhorados, pois se verifica na prática que o uso pode ser diferenciado do pensado em projeto, e que há, portanto, problemas para entender como funciona, conforme verificado nos locais analisados. Quanto a sensação física houve relatos de sentimento de prazer e também medo e insegurança conforme narrativas dos usuários.

O nível reflexivo reflete sobre o nível comportamental, é mais subjetivo, pois depende de questões culturais e pessoais, memórias e significados atribuídos aos produtos; são sensíveis às experiências, por isto manifestam particularidades de cada pessoa. É onde acontece a satisfação pessoal e ficam as boas ou más lembranças. Apesar de haver alguns relatos de experiências com quedas, há aspectos positivos no pensamento de que um dia perdem o medo; e que a proposta dos equipamentos em novo formato parece ter tido boa aceitação para a maioria dos participantes da pesquisa, com vários relatos de serem legais e divertidos.

Ainda segundo Norman (2008) o design comportamental deve atender as necessidades das pessoas, elas devem compreender como vão usar os produtos. Quando um produto é existente, é possível o seu aperfeiçoamento, pois através da observação de como as pessoas interagem com o produto, é possível descobrir as dificuldades para tentar minimizá-las.

Aspectos positivos levantados por este trabalho podem servir como referências para requisitos e diretrizes de projeto; e aspectos negativos levantados servem como pontos para serem repensados em projeto para estes equipamentos e para novos projetos de mobiliário urbano para o público infantil.

5.2 INTERAÇÃO SOCIAL

A simples presença de equipamentos infantis é um incentivo para a co-presença de outras crianças e famílias. Os equipamentos da API têm propostas de brinquedos para uso individual, duplo e coletivo, portanto permitem interação e colaboração em

brincadeiras cooperativas e em turnos por meio de “esperar a vez”, que constituem aprendizados importantes no espaço público.

Segundo Oliveira (2004) a criança solitária tende a ser individualista. No espaço público, com outras crianças, todas elas exercem sua individualidade e liberdade, porém com os mesmos direitos, onde existe a oportunidade de aprender, ensinar e experimentar por meio de novas interações.

De acordo com outros autores já citados, Bichara et al (2009), Luz e Kuhnen (2013) que ressaltam a importância da interação social, a autora destaca que “o convívio social é fundamental para a qualidade de vida do ser humano” (OLIVEIRA, 2004, p.53).

Um dos itens mais colocados pelas crianças foi com relação a possibilidade de interação com outras, fazer novas amizades. Também relatam com prazer a interação familiar e a oportunidade de estarem com seus parentes no espaço público. Comentaram sobre a necessidade de cuidar dos brinquedos para o próximo poder utilizar e também de ter cuidado com as crianças menores, que também estão nos equipamentos.

“É demais brincar nos brinquedos ainda mais com outras crianças pois fica ainda mais legal” (informação pessoal, menina 9 anos).

“O parquinho público é democrático, ou seja, aceita qualquer tipo de pessoa, independente da cor, religião ou pobreza” (informação pessoal, menina 9 anos).

“O que importa é estar com os amigos e a família” (informação pessoal, menina de 9 anos).

Quando as crianças foram questionadas sobre sua preferência em brincar sozinhas ou acompanhadas nos equipamentos da API elencados, o ranking apontou 35 respostas que preferem brincar com outras crianças e 5 delas disseram preferir brincar sozinhas, dados que comprovam novamente a importância da interação social.

A maioria dos acompanhantes acha que os equipamentos da API ajudam e estimulam a interação com outras crianças. Também visualizam que alguns equipamentos são para uso individual, e neste caso exercitam o ato de esperar a vez e dividir. Relatam que algumas crianças ajudam outras a brincar, até mesmo

pelo simples fato de visualizar outras utilizando o brinquedo. Alguns pais relataram que a possibilidade de interação é até mais importante que os brinquedos presentes e que a areia também é um meio de iniciar uma brincadeira. Fato que pode ser verificado pela pesquisadora: houve um dia de visita no parque Candido Portinari que os brinquedos estavam vazios e as crianças, na maioria pequenas, estavam brincando na areia por um longo período de tempo.

No parque Poloecocultural também se verificou a preferência de utilização das crianças pelo brinquedão multifuncional em madeira plástica, em comparação com os equipamentos da API, considerando que o público na sua maioria era de crianças pequenas, menores de 5 anos, que ficaram mais tempo brincando nestes brinquedos no ato de subir, descer e escorregar.

“Gosto também da gangorra, mas preciso de outra criança do mesmo tamanho para conseguir subir e descer” (informação verbal, menina 9 anos, Poloecocultural). Destaca que a gangorra em pé e a tradicional no formato API precisam de companhia de outras crianças do mesmo tamanho para funcionar, e que no dia da visita havia somente crianças pequenas.

Abaixo se destacam algumas ilustrações (Figura 81) feitas pelas crianças que representam o momento de interação no espaço público. Apresentam mais de uma criança brincando nos brinquedos.

Figura 81- Desenhos realizados pelas crianças sobre o tema: brincando no parquinho público

Fonte: dados da pesquisa de campo

Os equipamentos de playground são incentivadores para locomoção das crianças e seus acompanhantes aos espaços públicos, pois destacam e caracterizam um local específico e voltado para elas, porém dão origem e possibilitam outras brincadeiras que permitem a interação entre as crianças como jogar bola, andar de patins, brincar de correr, de esconde-esconde, de bicicleta, pular corda, brincadeiras com objetos na terra, na areia, entre outras, conforme visualizado na pesquisa de campo.

5.3 SEGURANÇA

Quando os acompanhantes foram questionários sobre como dever ser um espaço de playground o assunto mais mencionado é que deveria ter segurança nos brinquedos e também segurança no local do playground. Foi mencionada também boa conservação dos brinquedos, que conseqüentemente passam maior sentimento de segurança para utilização. Portanto este item é colocado como um grande fator a ser considerado como necessidade dos usuários, tanto acompanhantes quanto crianças.

Entende-se que o sentimento de segurança, assim como o medo é variável de pessoa para pessoa. Este sentimento pode ir se dissipando quando as crianças utilizam o brinquedo por várias vezes e com o tempo vai se tornando mais tranquila e usual sua utilização. Mas pode se intensificar se ocorre uma pequena queda, com a negação pela utilização tanto por parte das crianças como de seus acompanhantes.

“O que eu não gosto nos brinquedos é quando alguém se machuca” (informação pessoal, menino de 10 anos).

“Às vezes dão um pouco de medo, mas depois você quer ir mais vezes” (informação pessoal, menina de 10 anos).

“Não gosto da falta de segurança de alguns deles” (informação pessoal, menino de 7 anos).

O sentimento de insegurança também pode ser percebido por meio do comportamento dos acompanhantes, quando ficam junto do equipamento, dando instruções, ajudando na utilização com visível preocupação. Com relação as crianças o comportamento pode se traduzir em não querer utilizar determinado brinquedo, e se a sensação não for boa, dificilmente irá repetir o uso.

Um local seguro está relacionado a segurança pública, que pode ser amenizada pela presença do profissional vigia ou segurança nos parques. Um acompanhante relatou que a presença de um segurança poderia ajudar no caso de algum acidente, por saber qual melhor procedimento. Nas praças, o sentimento de insegurança quanto ao local poderia ser minimizado pela passagem de patrulha policial e boa iluminação, que podem gerar maior frequência das famílias para sua apropriação.

Se a população local se apropria do espaço público deixa menos espaço para outros usos indevidos dos espaços.

“Às vezes me sinto insegura, porque não tem muita vigilância” (informação pessoal, menina de 11 anos).

A questão da segurança para as crianças também está relacionada a atitudes perigosas, como utilizar o brinquedo de ponta cabeça, escalando partes altas e inapropriadas, aumentando assim a possibilidade de cair e se machucar. Segundo Lueder e Rice (2008) as crianças testam seus limites e desta forma aumentam o risco de acidentes, portanto salientam que é importante a supervisão de um adulto.

Alguns equipamentos podem apresentar maior sentimento de insegurança que outros; brinquedos estáticos dependem somente dos movimentos realizados pelos usuários, porém quando apresentam movimento podem apresentar outros riscos como o de seu percurso, por exemplo.

Os acompanhantes adultos comentaram que precisam de supervisão constante de um adulto e que alguns equipamentos não transpassam muita segurança para o uso, por apresentarem alguns “inconvenientes”, como a altura do carrossel, a altura e o vão do escorregador, a altura e tranco na gangorra em pé, o giro da pá escavadeira que podem machucar outras crianças que passam em volta, por exemplo.

“Fico apreensiva quando ela vai no escorregador” (informação verbal, mãe de uma menina de 8 anos, praça Barão de Japurá).

“No escorregador tem o perigo de cair no meio do buraco” (informação verbal, pai de menina de 7 anos, parque Candido Portinari).

“Agora a pouco quase aconteceu um acidente com o giro da pá-carregadeira, quase bateu em uma criança. Não é todo brinquedo que é seguro, o pai tem que estar o tempo todo de olho” (informação verbal, mãe de menina de 10 anos e tia de menino de 4 anos, parque Villa Lobos).

Conforme citado anteriormente padrões, de segurança para projetos de playground podem ser encontrados na norma NBR 16071. Segundo Lueder e Rice (2008) os playgrounds são locais para as crianças se desenvolverem física e socialmente em

um ambiente prazeroso e com estímulos. As crianças precisam de desafios com um mínimo de risco de acidentes, porém salienta que os riscos são inerentes ao brincar.

Projetos para crianças têm como meta chegar no ponto ideal de atratividade, com oferta de estímulos e desafios, porém mantendo o sentimento de segurança percebido por elas e também por seus acompanhantes, para permitirem e incentivarem o seu uso.

As ilustrações abaixo (Figura 82) representam o receio das crianças frente a alguns equipamentos. As setas na escala torcida representam atenção, já que a criança descreveu que neste equipamento é possível se machucar, junto com interjeição “uau”. Verificar que na gangorra desenhada, a criança é lançada e jogada para cima.

Figura 82 – Ilustração das crianças que podem representar sua insegurança nos equipamentos

Fonte: dados da pesquisa de campo

5.4 MANUTENÇÃO

Para ter equipamentos conservados é necessário existir manutenção, e a falta dela impacta diretamente na segurança. Quando não se tem manutenção é possível verificar a presença de equipamentos quebrados sem possibilidade de uso, equipamentos faltando partes, pintura desgastada e com ferrugem que comprometem sua integridade para utilização. Brinquedos com possibilidade de quebra eminente podem ser grandes causadores de acidentes.

Contar com brinquedos em bom estado de conservação foi bastante citado como uma necessidade e expectativa pelos acompanhantes adultos. Na pesquisa de campo sempre que um equipamento estava quebrado os pais salientavam com pesar.

“Na semana passada estava só uma parte quebrada, hoje já está no chão. Acho que é por má utilização pelos grandes” (informação verbal, mãe de menina de 2 e 8 anos, parque Villa Lobos, (ver Figura 83a).

“Não existe manutenção, só tem parte do escorregador, os balanços estão na maioria com a corrente quebrada” (informação verbal, avô de meninos de 7 e 11 anos, praça Nova América). O avô salienta que falta manutenção nos brinquedos tradicionais de madeira presentes na praça, relata que poderia haver associação de moradores para ajudar a tomar conta e dar manutenção. Apesar do relato negativo ainda considera esta praça boa para utilização, pois outros lugares mais perto de sua casa estavam totalmente vandalizados e sem possibilidade de uso.

Durante a pesquisa de campo foi possível visualizar o equipamento carrossel deitado no chão e fora de uso, próximo à área do playground em dois parques visitados (Figura 83b). Este equipamento apresenta problemas com sua fixação, e já não se encontra mais em nenhum local nos parques do estado. A presença do equipamento quebrado demonstra falta de manutenção e cuidados pela administração do local.

No início da pesquisa foi possível encontrar no parque Candido Portinari o equipamento carrossel, e no Villa-Lobos o escorregador de rolete, mas ambos não estão mais presentes no final do segundo ano de pesquisa, devido a problemas com o alicerce (ver Figura 83c).

As argolas do multi-infantil também foram retiradas da praça estudada. As duas pás carregadeiras do parque Candido Portinari também estão faltando partes (ver Figura 83d), mas as crianças ainda brincam de sentar e girar no equipamento.

“Meu filho menor machucou o pé, pois o brinquedo bateu na base de concreto” (informação verbal, pai de meninos de 5 e 9 anos, parque da Juventude). Neste equipamento este pequeno acidente só aconteceu pelo fato de estar faltando o anteparo, para a parada do movimento por meio de um pneu no chão, e também

pelo erro de execução da fundação do equipamento que está para fora do piso (ver Figura 83 e).

Figura 83 – Alguns equipamentos em seu estado de conservação em meados de 2017

(a) parte quebrada solta no chão

(b) carrossel jogado ao lado do playground

(c) alicerce aflorando no escorregador de rolete

(d) pá carregadeira faltando partes, sem a pá

(e) falta do pneu de anteparo e alicerce aflorando

(f) desgaste pintura, falta de partes e ferrugem

Fonte: fotos do autor

Estes casos de alicerce aflorando estão em desconformidade com a norma de segurança, que diz que o piso deve estar livre de quaisquer projeções perigosas e a fundação a pelo menos 400 mm abaixo da superfície de atividade (ABNT, 2012). Quando o piso é em areia, devido ao uso e movimentação visualizou-se a necessidade maior de trabalho de cobrimento das fundações.

As crianças também veem como necessidade a manutenção dos equipamentos conforme depoimentos abaixo.

“Gostaria que tivesse brinquedos com menos ferrugem” (informação pessoal, menina de 11 anos).

“O que eu não gosto nos brinquedos é que muitas vezes estão quebrados” (informação pessoal, menina de 10 anos).

“Acho que deveriam conservar melhor, pois um bom playground não tem brinquedos enferrujados e quebrados” (informação pessoal, menino de 9 anos).

Conforme as entrevistas nos órgãos públicos, somente um dos parques têm funcionário responsável para manutenção dos brinquedos, sendo que já realizaram solda e repintura várias vezes nos equipamentos da API. Neste local, os equipamentos se apresentam realmente em bom estado, uma vez que foram os primeiros a serem instalados na cidade, portanto os mais antigos, segundo o levantamento. Na subprefeitura e nos parques do estado, como não há manutenção, a atitude aplicada é retirar o equipamento quando este apresentar risco para os usuários. Desta forma verifica-se o caráter descartável dado aos equipamentos. A arquiteta do parque do estado ressalta que seria ideal ter um manual dos equipamentos da API, com instruções para manutenção.

Possíveis causas da depredação de um mobiliário urbano podem estar relacionadas a inadequação de sua função, por mal dimensionamento ou má instalação, prejudicando o usuário. É provável também que a má conservação e a falta de manutenção contribuam para que as pessoas passem a não se importar de cuidar e passem a utilizar o equipamento de forma inadequada (NOMURA, 2006).

Namiki (2005), em seus estudos sobre manutenção de brinquedos em praças coloca que os custos de uma manutenção preventiva seriam muito mais baratos, tais como uma repintura, troca de pequenas peças, pequenos ajustes, lubrificação de partes,

prolongando assim a vida útil dos brinquedos, comparado aos custos de compra de um novo equipamento. Orienta para a realização de uma manutenção rotineira, uma periódica e uma anual, de acordo com a ABNT (2012) que sugere inspeção visual de rotina - para identificar riscos óbvios; inspeção funcional periódica - para verificar o funcionamento e estabilidade; e inspeção principal anual - para estabelecer um nível geral de segurança dos equipamentos, alicerces e superfícies.

5.5 LÚDICO

O lúdico é considerado aqui como uma atividade de entretenimento, que dá prazer e diverte as pessoas envolvidas. Entende-se também o lúdico como ligado à criança e ao ato de brincar com espontaneidade e criatividade.

O termo lúdico é o que qualitativamente melhor traduz a síntese entre o jogo, a livre brincadeira e o divertimento, ligados ao universo infantil (MAZZILLI, 2003).

Sobre a experiência com a API os termos divertido e legal, foram os mais citados, juntamente com outros adjetivos ligados à felicidade e animação, que remetem ao fato de ser bom, ótimo e gostoso. Todos eles estão relatados na pergunta do questionário: Como é brincar nestes brinquedos da API elencados? Outros sentimentos em menor número também foram relatados, como ser perigoso sem um adulto por perto; ser mais legal quando tem outras crianças para brincar e que alguns dão medo.

Nas redações com as crianças os temas mais encontrados estão ligados ao prazer e diversão nos brinquedos e no espaço do playground pela oportunidade de brincar e fazer amizade com outras crianças e estar com a família; e também para fazer atividade física.

Na pesquisa de campo por meio da observação foi possível verificar crianças fazendo o mesmo giro do espiral fora do equipamento, por imitação e para brincar. Escutaram-se depoimentos informais de crianças na pá carregadeira como estar escavando a procura de tesouros, encontrando ossos de dinossauros e fazendo castelos.

Durante as entrevistas com os adultos muitos relataram ser primeiramente a cor e depois o formato como os grandes atrativos para as crianças com relação a API.

Freyberguer (2000) diz que o adulto tende a ver tudo que é colorido como voltado para o público infantil, trazendo uma aparência alegre e inserindo o sensorial no funcional. Porém a autora ressalta que só a cor é muito pouco como estímulo para as crianças, devendo incluir texturas e outros elementos sensoriais, por exemplo, para ter ambientes mais ricos. Ressalta que o espaço do playground não é só o brinquedo (o produto ou a instalação) e sim todo o espaço e as potencialidade dos elementos que o constituem e cercam, que trazem a oportunidade do brincar.

Durante a pesquisa surgiu o questionamento: Será que os equipamentos da API são simplesmente funcionais, tendo objetivos somente físicos e motores ou também favorecem brincadeiras imaginativas e criativas? Alguns relatos colhidos demonstram que é possível sua utilização, fazendo uso da imaginação por parte das crianças. Como não existia uma pergunta específica nos protocolos de pesquisa para obter esta resposta, as manifestações são totalmente espontâneas entremeio ao questionário e redações.

“Gosto de subir no trepa-trepa, pois finjo que estou em cima de uma nave” (informação pessoal, menino 9 anos). Por trepa-trepa refere-se a figura que é a escala torcida.

“Eu prefiro o escorregador porque eu posso fingir que eu estou descendo a montanha” (informação pessoal, menina de 8 anos).

“Gosto de brincar de caça ao tesouro, castelos de areia com minha amiga. A gente escala o trepa-trepa com nossa imaginação e fingimos que é uma montanha” (informação pessoal, menina de 8 anos).

As crianças citam que os equipamentos servem também para usar a criatividade e a imaginação, além de servir para se divertir, brincar e se exercitar.

Quando foram questionadas sobre suas preferências pelas tipologias de brinquedos, mais da metade dos respondentes preferem a tipologia da API do que os brinquedos tradicionais (balança, escorregador, gangorra) e algumas ainda relataram que preferem ter os dois tipos para brincar.

Por mais que os equipamentos tenham sido projetados com a função de subir, escalar, escorregar ou girar, com uma ação e movimento desejável, sempre será

possível utilizá-los como meios para brincadeiras utilizando da imaginação, que é algo inerente a toda criança.

Esta nova tipologia de brinquedos API foi aceita pela maioria dos respondentes criança, pelos relatos de entretenimento, prazer e diversão, porém importante também levar em consideração os pontos negativos citados, a fim de termos cada vez mais equipamentos que possam atender as necessidades e expectativas das crianças usuárias do playground.

5.6 IMPLANTAÇÃO E PROXIMIDADES

Quando a pergunta saiu do foco do equipamento e foi direcionada a questão do que deveria ter próximo da área do playground como complementar para uma boa permanência, emergiram as necessidades dos acompanhantes, como bancos para descansar com conforto no uso e para ajudar a observar e supervisionar as crianças; necessidade de bebedouro de água e existência de banheiros próximos. Mesmo os entrevistados nas praças públicas onde não há infraestrutura para existência de bebedouros e banheiros, os acompanhantes ainda visualizam estes mobiliários e instalações como uma necessidade, devido a inexistência destes itens, têm que trazer garrafa d'água ou pedir para algum estabelecimento comercial para utilizar o banheiro. Estes elementos também podem ser encontrados no protocolo de storytelling das crianças, indicando mobiliário complementar importante nos espaços.

“Um bom playground tem que ter banheiros e mais vigilância” (informação pessoal, menina 11 anos).

Os acompanhantes participantes, para responder a questão, faziam uma varredura visual no local em que estavam, para ponderar o que tinha próximo e o que faltava, citando a necessidade, quando não presente, de lixeiras, lanchonetes, quiosques, abrigo de sol, árvores para sombra, caixa de areia, local coberto para chuva, funcionário como vigia e campo de futebol.

Como desvantagens comentaram o fato de algumas implantações estarem próximas e no limite da rua, gerando maior insegurança, principalmente no caso das praças públicas, que não tem nenhuma delimitação física de controle.

Importante ver o acompanhante adulto como um usuário também do espaço do playground, pois se ele tiver uma forma cômoda de permanência se sentirá bem para mais tempo de lazer com qualidade junto às crianças. Segundo Freyberguer (2000) é dado aos responsáveis a obrigação de cuidar para que nada aconteça as crianças, em atitudes vigilantes e de supervisão ou de simples observação, possibilitando mais liberdade e autonomia. O espaço normalmente é idealizado sem inclusão do adulto para seu momento de lazer e, ou, para brincar junto. Os equipamentos não são projetados para uso por ambos, e normalmente tem uma idade indicada para uso somente por crianças. Da mesma forma em que se visualizam crianças nos equipamentos para adultos, muitas vezes percebe-se que os adultos também testam os equipamentos para crianças e se divertem neles quando possível. Muitas vezes os vigias dos parques pedem para que adolescentes e adultos não utilizem os equipamentos para crianças.

Dos locais visitados somente o parque Ecocultural apresentava quantidade suficiente de bancos, a ponto de ter vários deles livres nos dias visitados. Em todos os demais, a demanda de público era sempre maior, onde os acompanhantes ficavam em pé, utilizavam do gramado para sentar, das muretas de contenção dos pisos e escadas próximas, até mesmo de suporte dos equipamentos para se acomodarem.

Não existe uma cartilha de orientação por parte dos fabricantes para a locação dos equipamentos da API nos terrenos, considerando o espaço mínimo necessário para um uso seguro, que compreende: a área do equipamento, a área do espaço de queda e do espaço livre conforme NBR16071, que ajudariam aos profissionais responsáveis com dados mais técnicos para a implantação. Também poderia ser disponibilizado pelo fabricante e fornecedores, em formato de acesso livre, a planta em escala dos equipamentos em vista superior ou bloco de desenho em formato digital, permitindo realizar estudos por meio de softwares para os locais a serem implantados.

Outra questão que foi colocada aos acompanhantes para ter dados para novas implantações foi sobre a locação dos equipamentos para adultos no formato ATI e AJA próximo da área do playground. A maioria dos respondentes vê a proximidade como um incentivo positivo para a sua utilização, outros acham muito difícil conciliar

a supervisão das crianças com outras atividades. Alguns não utilizariam por não ter a intenção da prática de exercícios físicos no espaço público, e também por considerarem que as crianças possivelmente são quem mais utilizaria os equipamentos para adultos para brincar.

“Acho difícil o pai se dedicar ao filho e a prática de exercício ao mesmo tempo” (informação verbal, pai de menino de 9 anos, parque Candido Portinari).

“A presença de equipamentos para adultos seria irrelevante, pois os vejo para utilização mais por idosos” (informação verbal, pai de menino de 8 anos, Candido Portinari).

No parque do Povo existe uma locação centralizada dos equipamentos para adultos com visão para os equipamentos infantis, porém percebe-se muitas crianças os utilizando, sendo que a própria administração do parque em entrevista relatou que gostaria de alterar esta disposição. No parque Candido Portinari a implantação de equipamentos fica na lateral em um piso diferenciado do playground, onde se verificou bastante o uso pelas crianças, tanto dos equipamentos como do espaço, pois o piso de concreto permite outras brincadeiras que o piso de areia não permite.

É de consenso dos acompanhantes as crianças utilizarem os equipamentos para adultos em todos os locais visitados, como forma de testar e brincar, mas alguns salientaram o perigo de se machucarem em equipamentos não apropriados a eles.

“Vai incentivar a criança para no futuro utilizar os equipamentos de academia” (informação verbal, pai e mãe de menino de 5 anos, parque Candido Portinari).

“Acho bom ter equipamentos iguais do tamanho deles, pois ao brincar com os de adultos eles podem se machucar” (informação verbal, mãe de menino de 5 anos, parque Villa Lobos).

“Acho bom ter uma tipologia feita para crianças, já que elas adoram brincar nos de adultos” (informação verbal, mãe e tia de meninas 2, 8 e 9 anos, parque Villa Lobos).

“Prefiro os equipamentos de ginástica bem separado para não tirar a atenção e para a criança não ficar utilizando” (informação verbal, mãe de menino de 6 anos, praça Nova América).

Nos locais estudados os equipamentos da API não estão dispostos de maneira a gerar conflitos de uso, e muitas vezes encontram-se entremédio a brinquedos tradicionais de madeira. Não se percebe uma diferenciação por faixa etária para uso, que por um lado permite integração entre todas as crianças, porém não traz uma diferenciação para uma brincadeira mais tranquila ou mais segura para as crianças pequenas, conforme indicado em literaturas estrangeiras para locação de diferentes áreas, zonas para crianças em idade pré-escolar e idade escolar.

Sanoff (1982) sugere em manual para áreas de playground dos EUA separação por zonas privadas: onde as crianças podem brincar mais tranquilas e de forma individual; zonas dramáticas: para exercitar a imaginação e criar regras; zonas de aventura: onde podem criar e recriar o ambiente; zona de coordenação motora: para desenvolver habilidade de coordenação com manipulação repetitiva; zona aberta: grandes espaços para jogos e brincadeiras em piso de concreto; zona criativa: manipulação com vários materiais; zona de desenvolvimento muscular: onde exercitam todos os músculos; zona natural: em contato com elementos naturais; zonas imaginativas: onde as crianças exercitam a imaginação com tema e função não evidentes.

Ruth (2017), da universidade de Auburn, EUA, salienta que o design do playground deve prever zonas de usos por faixa etária, para proporcionar atividades por meio de níveis de desafios adequados. Se um local apresenta várias atividades é possível atender as demandas de crianças de várias idades. Propõe zonas tranquilas: com brincadeiras com areia, para utilização de cenários, conforto social que engloba também os cuidadores; zonas intermediárias: com equipamentos como balanços e espaço com piso para patins, bola, bicicleta; zonas ruidosas: para brincadeiras com mais espaço e contato a natureza e espaço para os equipamentos para atividades físicas.

Foi ressaltado pelos acompanhantes e pelas crianças que os equipamentos elencados ou presentes nos locais de pesquisa não eram adequados para crianças pequenas. Existem propostas e tipologias mais indicadas para crianças em idade pré-escolar, porém não se encontram implantados na maioria dos locais estudados. Portanto, torna-se relevante apresentar tipologias para diversas idades, partindo do

pressuposto que o espaço público do playground deve servir a todas as crianças por meio de respeito, segurança e igualdade de propostas.

5.7 PISOS

Os equipamentos da API foram encontrados sobre diversos tipos de pisos, conforme observação nos locais estudados, podendo ser em gramado, terra batida, pó de brita, areia e alguns até sobre concreto.

Quando implantados em gramado, a área ao redor dos equipamentos, nos locais de alto fluxo não tem mais a grama, em dias e horários pós-chuvas estas áreas podem apresentar lama, fato que incomoda alguns acompanhantes conforme relatos, podendo ser visualizado o problema na Figura 84, com piso em grama e também na areia.

“Aquela poça de lama junto ao brinquedo é horrível” (informação verbal, avó de meninas de 5 e 9 anos, parque do Povo).

“Quanto ao barro junto ao brinquedo deveria ter mais manutenção para estar mais gramado” (informação verbal, mãe de menina de 4 anos).

Segundo a administração do parque não há como manter a grama nos locais de alto fluxo, devido ao pisoteio constante. Em entrevista no órgão municipal o piso em grama não é considerado uma alternativa muito viável no espaço do playground, pois requer muita manutenção e dificuldade quanto ao clima, adaptação a diversidade de situações de locais com sol e sombra, podas frequentes, água para rega e tratamento por adubação.

Figura 84 – Poças de água e lama junto aos equipamentos

Fonte: Fotos do autor

Quando implantados sobre terra batida, o problema com escoamento de água e acúmulo de lama é real. Como alternativas os órgãos municipais entrevistados citaram a utilização do pó de brita e de cavaco, lascas de casca de árvore. Controlam o problema da lama, mas oferecem uma superfície um pouco áspera, além de necessidade de contenção para não se espalharem além da área desejada.

“O piso em grama é ideal, mas tem que ter maior manutenção e reposição” (informação verbal, mãe de menino de 7 e menina de 11 anos, praça Barão de Japurá).

“Acho que este piso em pedrisco é perigoso ao cair, eu preferia que fosse areia ou grama artificial” (informação verbal, avô de meninas de 7 e 9 anos, praça Nova América).

Os equipamentos em miniatura da API puderam ser encontrados em piso de concreto e também em área gramada. Como não apresentam grande risco de queda, não se vê problemas para ser instalados em pisos mais rígidos.

O piso em areia, conforme visualizado em um dos parques estudados traz a vantagem de ser um bom amortecedor em caso de queda, e também proporciona outras brincadeiras por meio de sua manipulação com potes, baldes e pás. Permite a instalação do equipamento pá-carregadeira com material fofo para sua utilização. Porém é preciso cuidados para mantê-la em bom estado de salubridade, sob o sol contra microrganismos e sem a presença de animais (para não ter dejetos), além de mureta de contenção para conter o material no local desejado. A areia, devido ao uso, também precisa de nivelamentos e cobertura adequada dos alicerces quando afloram.

“Uma área com areia onde as crianças pudessem brincar e ficar descalças seria bom” (informação verbal, mãe de menino de 6 anos, praça Nova América).

“Falta um espaço com areia mais fofa para eles brincarem” (informação verbal, mãe de menino de 4 anos, praça Barão de Japurá).

“Na areia pode ficar descalço, absorve impacto, é um piso apropriado” (informação verbal, pai de menino de 8 anos, parque Candido Portinari).

“O contato com a areia é importante para a imunidade” (informação verbal, mãe de menino de 5 anos, parque Candido Portinari).

Para Freyberguer (2000) o piso faz parte do lúdico no espaço, pois seus relevos, seu material também permitem a brincadeira. Quando o terreno é plano e sem relevo ou material manipulável, só permitem o lado funcional de caminhar por ele. Portanto os pisos devem ser considerados em projeto também para proporcionar o lúdico, podendo ter cores e relevos, contribuindo para a valorização do local e das brincadeiras.

Segundo Ruth (2017) para reduzir os riscos de acidentes com quedas, os equipamentos de playground devem ser locados sob um piso com material absorvente de impacto. Em conformidade com a norma NBR16071, orientando que sob os equipamentos de playground com altura de queda maior que 60cm deve haver piso de atenuação de impacto. Também apresenta tabela que prevê a utilização de um determinado tipo de material e sua profundidade mínima de acordo com a possível altura de queda dos equipamentos.

Em norma, os materiais citados para o piso da área do playground são gramados, areia, casca, lasca de madeira e cascalho. O piso em grama seria para altura de queda menor que 1 metro, e os demais materiais para altura de queda menor que 3 metros deveriam ter no mínimo 30 cm de profundidade de material.

Portanto se considerarmos alguns equipamentos da API com altura em torno de 2 metros de altura, em uma eventual queda, os pisos da maioria dos locais estudados não estariam adequados em relação ao amortecimento de impacto.

5.8 USO DOS EQUIPAMENTOS

Conforme apresentado anteriormente, por meio da observação foi possível verificar que existem alguns usos que acontecem de forma diferenciada do pensado em projeto. Isto pode acontecer por alguns motivos, pois o equipamento permite o uso criativo por meio dos usuários, de acordo com sua vontade ou comodidade, como pode haver também falta de entendimento pelo usuário da forma correta de como o equipamento deva ser utilizado.

Algumas crianças colocaram que não sabiam como utilizar determinado equipamento, outras acham normal sua utilização diferenciada de forma mais perigosa, onde o ficar pendurado de cabeça para baixo pode ser visualizado em

vários equipamentos diferentes. Ainda quanto ao uso, as crianças relataram que o escorregador fica travando, que a mão dói no carrossel, que nascem calos nas mãos ao utilizar as argolas fixas.

“Gosto da figura 3, porque você além de andar de cabeça para baixo você se diverte” (informação pessoal, menino de 10 anos). A figura 3 citada era a ilustração da escalada torcida e não foi projetado para ser utilizado de cabeça para baixo, mas para a criança este era o uso normal.

“Vi no parque um brinquedo bem atraente, não sabia ao certo o nome dele, pensava que era uma coisa e virou um brinquedo” (informação pessoal, menino de 9 anos).

“Eu não gosto de alguns, porque não consegui identificar os brinquedos” (informação pessoal, menina de 8 anos).

“O escorrega deveria ser melhor” (informação pessoal, menino de 10 anos).

Segundo a observação, conforme colocado no capítulo 4, é muito comum verificar crianças utilizando os equipamentos para adultos. Elas podem brincar de fazer exercícios, mas não utilizam com objetivos de saúde realizando os movimentos de forma repetitiva e exaustiva. Da mesma forma, em menor escala pode-se visualizar adultos utilizando os equipamentos das crianças, para testar e para brincar junto. Atenta-se para o cuidado no projeto de mobiliário para o espaço público que deve prever sobrecargas contando com estes possíveis usos. Talvez esta observação seja um indicativo de que falte equipamentos para uso por todos os tipos de usuários, permitindo maior integração e brincadeiras entre adultos e crianças.

Alguns acompanhantes relataram que tiveram que auxiliar e ficar junto da criança para o uso e dar instruções para utilização correta. Também visualizaram que o escorregador prende um pouco, que há muitos usos indevidos, nos quais as crianças se penduram de cabeça para baixo, e que em alguns destes brinquedos elas sobem e não conseguem ou tem medo de descer.

“Elas foram ajudadas onde não alcançavam” (informação verbal, avó de meninas de 5 e 9 anos, parque do Povo).

“Minha filha chegou e foi brincar nesta bola, e eu nem sei o que é isto” (informação verbal, mãe de menina de 6 anos, parque Candido Portinari). Se refere a escala meia lua e a sua incompreensão quanto a proposta do brinquedo.

“As crianças se penduram de cabeça para baixo, inclusive naquele de rodar” (informação verbal, tia de meninas de 5 e 8 anos, praça Nova América). A tia não permitia que as meninas fossem no brinquedo de girar que é o carrossel pelo uso de forma insegura que fazem dele. Foram visualizadas, várias vezes, crianças subindo na parte mais alta da escalada torcida, ficando de ponta cabeça segurando pelas pernas e dando uma cambalhota para cair de pé como brincadeira de desafio proposta por elas.

“Aquele de rodar, acho que não foi feito para colocar as crianças em cima, como já vi várias vezes” (informação verbal, pai de 1 menina e dois meninos, idades 8, 9 e 10 anos, praça Barão de Japurá). O pai refere-se ao carrossel e de sua percepção do que seria incorreto como forma de utilização visualizada frequentemente no equipamento.

Como os equipamentos da API são relativamente novos no espaço público e não existe uma placa ou outra forma indicativa do uso apropriado, não se pode culpar os acompanhantes por sua incompreensão na tentativa de ajudar e estimular o uso pelas crianças.

Uma forma de fazer com que o usuário não utilize um produto de forma indevida é colocando restrições nos produtos, limitando as escolhas e fazendo que só use de uma única forma. Em contraponto e em nome da segurança, para a criança não utilizar um equipamento infantil de forma diferenciada, estas ações restritivas seriam como impedir as crianças da possibilidade de escolhas e ações, indo contra os conceitos do brincar livre, sem regras e orientações, com autonomia e liberdade.

Segundo Norman (2006) as *affordances* são as indicações para a forma de como utilizar os objetos, onde as ações desejadas sejam perceptíveis e as inapropriadas, invisíveis. Como o design centrado no humano visa a produção de objetos para serem usados por pessoas, é portanto, importante conhecer suas necessidades e as expectativas dos usuários, devendo os produtos serem compreensíveis e usáveis e tendo o equilíbrio entre a beleza estética, a segurança, usabilidade e a funcionalidade.

5.9 O ESPAÇO E O BRINQUEDO: CONSIDERAÇÕES PARA UMA ÁREA DE PLAYGROUND

Quando as crianças foram questionadas sobre como deveria ser um bom playground foi possível detectar duas vertentes de respostas, algumas relacionadas aos brinquedos e outras relacionadas ao espaço. Juntamente com os temas do *storytelling* foi possível verificar algumas necessidades e características conforme pontuadas a seguir.

Dentre os itens mais citados pelas crianças com relação ao que considerar para brinquedos, foi apontado que deveriam ser em maior quantidade e variedade, com os brinquedos da tipologia API e também na tipologia de brinquedos tradicionais. Mencionam que os brinquedos deveriam ser novos e conservados, além de seguros.

Sobre o espaço do playground citaram que é lugar dos brinquedos, para brincar, praticar esportes, para fazer ginástica, lugar para passear com animais, com espaço para correr e para as pessoas. É também espaço de interação com outras crianças, com a família, de acesso livre e em contato com a natureza, local onde todos podem brincar e fazer novos amigos em um lugar democrático e sem preconceitos. Este espaço deveria ser organizado, limpo, bonito, com jardim e flores e com sombra. Com relação a aspectos mais subjetivos, falam que deve ter diversão, liberdade e segurança. Citaram como mobiliário complementar ao espaço a necessidade de ter banheiros e bebedouro.

“Um bom playground é aquele que não tem brinquedos quebrados e enferrujados e sim novos e conservados” (informação pessoal, menino de 9 anos).

“Um playground perfeito seria um com mais brinquedos, mais flores e mais árvores, mais destes brinquedos novos, mais brincadeiras, mais plantas e por último mais crianças” (informação pessoal, menina de 7 anos).

“Com vários brinquedos, preservados, seguros em um local limpo e bonito” (informação pessoal, menino de 8 anos).

“Poderia ter mais brinquedos que os menores poderiam brincar” (informação pessoal, menina de 10 anos).

Como intenções para levar as crianças ao espaço público os acompanhantes citaram como principais objetivos: brincar, se divertir, interagir com outras crianças,

tirar dos eletrônicos, brincar nos brinquedos, o lazer, gastar energia, entre outros objetivos, que podem ser vistos em tabela no capítulo 4 em menor número de convergência. Esta pergunta tinha por premissa investigar se existia uma tendência na preocupação, portanto uma necessidade de inserir mais exercício físico para crianças no espaço público, porém esta foi uma situação pouco citada como objetivo pelos adultos acompanhantes.

Como necessidades e expectativas para área do playground os acompanhantes se referiram principalmente a segurança nos brinquedos, seguidos por segurança do local, brinquedos com boa conservação, maior quantidade e diversidade de brinquedos, além de um local limpo, com manutenção dos pisos e adequado também para diversas faixas etárias.

Na visão de alguns acompanhantes a API foi citada como incentivo para mais atividade física no playground, como ajuda no combate a obesidade e ao sedentarismo infantil, além de ser incentivo para retirar as crianças do contato excessivo com equipamentos eletrônicos.

“Deveria ter mais brinquedos para a faixa de idade entre 3 e 4 anos” (informação verbal, mãe e tia de meninas de 2, 8 e 9 anos, parque Villa Lobos).

“As crianças ficam dentro de casa, no tablet, televisão, portanto é bom este convívio para ver que existe outro tipo de brincadeira” (informação verbal, tia de meninas de 6 e 9 anos, parque Villa Lobos).

“Tudo que é relacionado a saúde da criança é válido, pois tem tanta obesidade e sedentarismo, porém a criança está mais relacionada ao brincar do que se exercitar” (informação verbal, mãe e tia de meninos de 4 anos, Polo Ecocultural).

Para Freyberguer (2000) o espaço e o brinquedo são complementares. Só o brinquedo não caracteriza o espaço do brincar, e sim todos os volumes, relevos e texturas do espaço que propiciam um bom local de brincadeiras. Assim também é para Oliveira (2004) que vê os brinquedos como acessórios para ajudar a promover as brincadeiras no espaço, junto a natureza, com outras crianças, desenvolvendo sua percepção do espaço, suas habilidades, além da coordenação motora, imaginação e criatividade.

Segundo Kawai (1983) o projeto do espaço deve dar oportunidade de recreação aos diversos tipos de usuários, considerando as diferentes necessidades por faixa etária; oferecer opções para a prática de recreação individual e coletiva e para atividades passivas e ativas. Deve tirar proveito dos aspectos naturais, sombreamento, vegetação, aspectos positivos visuais e topografia; devem ter facilidade de acesso; cuidados com a segurança na proximidade de ruas. Para o design de equipamentos a autora salienta os seguintes pontos que podem ser considerados: aproveitamento das condições naturais do terreno; considerar a margem de criatividade do usuário na utilização do equipamento; conforto na utilização; verificar as capacidades físicas de acordo com as faixas etárias que se pretende atender; verificar a adequação dos materiais, texturas, dimensões; segurança no uso; utilização de cores, formas, texturas e materiais diferenciados.

É de consenso pelos usuários e seus acompanhantes como dos estudiosos que a qualidade de um playground não depende só dos equipamentos implantados, mas de um conjunto de situações e relações que estão presentes no espaço público.

Normalmente o equipamento infantil é escolhido por catálogo, e não existe a possibilidade de aquisição de projetos específicos e diferenciados por meio de licitação para os espaços públicos. O espaço do playground não deve ser entendido e limitado a implantação dos equipamentos industrializados, pois os demais requisitos citados acima relativos ao espaço ainda deverão ser considerados pelos órgãos públicos responsáveis pela definição do projeto do espaço infantil.

CAPÍTULO 6

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo compreender como se dava o uso e a apropriação de um mobiliário urbano voltado ao público infantil, tendo como recorte um conjunto de equipamentos denominado por seu fabricante como Academia da Primeira Idade, verificando questões comportamentais, funcionais e de interação social nos seus locais de implantação.

Espera-se que a abordagem qualitativa adotada, que gerou informações sobre as visões e opiniões das crianças e seus acompanhantes (dando voz e estes protagonistas), contribua trazendo conteúdos e dados inéditos dos usuários sobre seu relacionamento com o produto da Academia da Primeira Idade (API) nos locais de implantação, para o meio acadêmico (em novos estudos e pesquisas); constituindo referências para órgãos públicos gestores, para projetistas de produtos e do espaço urbano, tendo como objetivo a melhoria dos espaços e equipamentos de lazer para o seu público alvo.

A utilização de várias ferramentas de pesquisa se mostrou satisfatória, principalmente na estratégia de cercar ao máximo, os pontos de vista dos diferentes participantes deste estudo, principalmente quando se constata o mesmo tema sendo abordado de diversas formas, pela observação, pela entrevista, por questionário e por meio de *storytelling*, demonstrando as convergências como pontos principais e importantes relatados pelos respondentes da pesquisa.

Alerta-se para a necessidade de especial atenção com prazos de pesquisa que dependam de dados de vários órgãos públicos, que muitas vezes necessitam de aprovação por instâncias superiores para a realização de entrevista e obtenção de informações; e atentar para a quantidade de retorno necessário de protocolos por meio de usuários, que nesta pesquisa precisou ser enviada em quantidade triplicada para obter o número satisfatório. Explicações adicionais também foram demandadas para que os usuários adultos entendessem a necessidade da assinatura do termo de consentimento para validação da pesquisa e como uma ferramenta de proteção aos seus participantes.

O desenho e a execução da pesquisa sempre tiveram uma preocupação ética, a de não incomodar as crianças e seus acompanhantes em seu momento de lazer, portanto todo o protocolo de entrevista nos locais de estudo foi realizado de forma

breve e concisa. Também foi providenciada a aprovação necessária por um comitê de ética pela Plataforma Brasil de pesquisa para ir a campo e ter acesso aos usuários. Nos locais de estudo era necessário cuidados com procedimentos para que o acompanhante se sentisse à vontade e aceitasse participar da pesquisa, portanto deveria se apresentar tranquilo com relação as crianças que acompanhavam ou então estar com mais de uma pessoa para poder revezar na supervisão no momento da entrevista. E para as crianças foi utilizado um protocolo de pesquisa por intermédio de escolas parceiras, para ser realizado em casa, não os tirando do seu momento de lazer e brincadeira nos locais estudados.

Por meio do levantamento bibliográfico entendeu-se a importância do mobiliário urbano como representativo de qualidade de uma cidade ou um bairro, demonstrando o respeito e a preocupação dos órgãos públicos com os habitantes daquela localidade. Mobiliários adequados ao uso, com bom design, boa conservação, têm a possibilidade de qualificar a paisagem urbana e gerar sentimento de pertencimento e orgulho em seus usuários. Com a inserção de um novo mobiliário, este influencia e é influenciado pela paisagem que o rodeia, fomentando a curiosidade, levando os usuários habituais e novos até o local para sua utilização, gerando inter-relações pessoais e incentivando a ocupação no verdadeiro sentido do espaço público.

Por meio do levantamento histórico notou-se que os primeiros playgrounds aqui no Brasil foram inseridos inicialmente com o intuito de propiciar atividades físicas para as crianças, sendo produtos industriais com característica bastante funcionais, e somente em décadas posteriores, foram ganhando apelo mais lúdico no conceito do livre brincar. Percebeu-se um retorno desse pensamento quanto a valorização da atividade física na inserção da tipologia da API, por mais que seja considerado como uma proposta do desenvolvimento físico por meio da brincadeira, entretanto nem todos os tipos de instalações tem desenhos ou atividades desconhecidas ou inovadoras, como o escorregador em formato de dois tubos paralelos que pode ser observado nos primeiros modelos de playground internacionais.

Nas últimas décadas pode-se perceber uma maior valorização da inserção de atividade física na vida urbana, seja em nome da saúde física ou do apelo a estética, muitas pessoas passaram a ocupar os espaços públicos para caminhada, corridas, andar de bicicletas nas ciclovias da cidade por exemplo. Com a vida urbana, as

academias de ginástica indoor possibilitam a utilização de equipamentos para ginástica em diversos horários, para atender a demanda dos usuários antes e após o horário de trabalho. Até mesmo para público da terceira idade foi inserida a proposta da ATI, indo contra o sedentarismo e com apelo a melhora da saúde e qualidade de vida.

Este estudo mostrou que o mobiliário da ATI foi um projeto inovador, pois não existiam propostas de lazer ativo para este segmento etário nos espaços públicos, mas somente lazer passivo como bancos para descanso e mesas para jogar cartas e xadrez. Tiveram como incentivo a política pública da saúde induzindo as primeiras inserções nos espaços abertos das cidades, e hoje ganharam a paisagem da maioria dos parques e praças das cidades. Com a boa aceitação dos equipamentos da ATI pelos usuários e órgãos públicos, até mesmo das crianças se apropriando dos equipamentos para brincar, esta proposta tornou-se precursora de demais categorias de produtos para outros públicos, dentre eles a Academia da Primeira Idade voltada para o público infantil.

No caso da API, já existia implantado um mobiliário para o público infantil por meio dos brinquedos tradicionais para playground. Vieram com o conceito de promover e estimular o exercício físico de forma divertida, com divergências nesse entendimento por parte dos órgãos públicos que os especificam; como para o usuário final, que em sua maioria não recebe nenhuma informação sobre as características do produto, tampouco o nome do conjunto, dos equipamentos ou de informações recomendadas para uso. Conforme levantado nesta pesquisa por unanimidade nenhum dos adultos entrevistados conhecia o nome do conjunto como Academia da Primeira Idade, e expressa problemas em entender sua função como academia para crianças ou como nova tipologia de brinquedo de playground.

Devido aos problemas da atualidade, com o aumento do sedentarismo e obesidade infantil, existe a necessidade e demanda por novas propostas para incentivar o uso dos espaços públicos pelas crianças com propostas de lazer mais ativo, favorecendo o combate e a preocupação com o lazer passivo oferecido pelos dispositivos e recursos eletrônicos. Estes pontos foram citados por alguns acompanhantes e algumas crianças usuárias que reconhecem o benefício do exercício físico por meio dos equipamentos da API, apesar de não representam a maioria dos entrevistados.

Percebeu-se na pesquisa que a aceitação da API se deu principalmente por apresentar novas formas de brincar, sendo diferente dos brinquedos tradicionais. Visualiza-se, portanto, que existe espaço para novos projetos e propostas para o público infantil, com maior atenção a crianças pequenas, conforme levantado na falta de propostas adequadas para este público na pesquisa. Seria possível a inserção de equipamentos que incluíssem a possibilidade de interação entre as crianças e seus acompanhantes, já que ocupam o mesmo local ao mesmo tempo, incluindo maior possibilidade para brincarem juntos e interagirem, diminuindo seu papel só na observação ou supervisão.

Foi constatado que os equipamentos da API apresentam vários pontos positivos e alguns negativos que podem ser melhorados. Quanto mais perto chegarmos das aspirações dos usuários estaremos assim mais qualificando os espaços públicos em que estão implantados e valorizando e respeitando as crianças usuárias.

Um grande desafio para os projetistas de produtos para o público infantil sempre será de encontrar o ponto ideal para a oferta de desafios e diversão com segurança e conforto de uso, que são ambos colocados como premissas pelos usuários desta pesquisa. Os profissionais podem utilizar como seus aliados de projeto, as normas vigentes de segurança, e trabalhos das áreas da educação e da psicologia, que ajudam a conhecer os limites das crianças de acordo com suas fases de desenvolvimento.

Assim como colocado pelas crianças, que não conseguiram desassociar considerações sobre o espaço quando questionadas sobre os equipamentos, este trabalho também vê a importância de uma preocupação integral de quem define, projeta e intervém nos espaços, pois foram recorrentes preocupações relatadas quanto a possibilidade de interação social que o espaço proporciona, segurança do local, sobre adequação dos pisos, sobre mobiliário complementar e estrutura necessária para dar suporte a uma boa permanência.

Por meio das entrevistas e levantamentos foi possível identificar o caráter descartável atual do mobiliário urbano, pois normalmente não existe um programa de manutenção preventiva ou programada. Os equipamentos vão sofrendo as ações do tempo e tornando-se impróprios e até mesmo perigosos ao uso, demonstrando descuido, falta de respeito com o usuário e degradando a paisagem urbana. Deveria

haver uma aquisição de equipamento sempre considerando a manutenção necessária, pois uma nova aquisição necessitará de maiores recursos do que para a sua preservação, podendo assim prolongar a vida útil dos equipamentos e valorizar os espaços.

Outra constatação *in loco* foi sobre a presença de equipamentos na versão original em algumas localidades, mesmo sabendo que existe uma nova versão do produto com alterações para melhor adequação às normas de segurança, as mudanças não afetam o uso, mas com certeza o melhoram. Não existe justificativa para alguns usuários terem a oportunidade de utilização mais segura e outros não. Deveria existir uma legislação, ou mesmo um acordo entre os fabricantes e órgãos públicos, que previsse a substituição de um equipamento público quando ele sofresse melhorias de segurança, como acontece com outros produtos, como automóveis, eletrodomésticos e eletrônicos por exemplo.

Para atender as diversas demandas de um público variado como nos espaços de playground é sempre importante oferecer diversidade de equipamentos para atender as preferências e necessidades dos diversos tipos de usuários, para os que gostam ou não de altura, de escalar, de rodar, de se equilibrar, espaço para brincadeiras mais tranquilas, criando oportunidades variadas para sua diversão e desenvolvimento. Outra forma de projetar o espaço do playground seria pensá-lo por faixa etária, desta forma sempre haveriam propostas para crianças pequenas em idade pré-escolar, propostas para crianças maiores em idade escolar e propostas mais inclusivas para portadores de necessidades especiais, atendendo a nova legislação que dá direito a fruição e uso de todas as crianças dos espaços públicos.

Verificou-se que os usuários na sua maioria manifestam aceitação para a utilização dos equipamentos estudados, porém algumas vezes por meio de apropriação informal os utilizou de forma diferente do proposto em projeto. A maior quantidade de relatos os descreve como legais e divertidos, apesar de alguns depoimentos de medo e receio ao uso, que servem de subsídios para novos projetos. Conseguiu-se verificar o comportamento dos usuários e seus acompanhantes e obter dados sobre suas necessidades, expectativas, suas percepções em formato de qualidades e restrições. Ainda conforme proposto nos objetivos específicos foram apresentadas as diretrizes e categorias de produtos que deram origem e culminaram na proposta

da API, considerada neste trabalho como um mobiliário urbano para o público infantil.

Por meio de levantamento junto aos órgãos públicos foi possível identificar a sua difusão na cidade de São Paulo, realizando posterior visita a estes locais levantados para verificar suas condições de uso e inter-relação com os usuários. Teve-se que trabalhar com uma taxa de retorno de dois terços das trinta e duas subprefeituras existentes na cidade, pois foram realizadas quatro tentativas de abordagens diferentes para verificar se haviam implantações da tipologia da API nas praças de cada região e algumas não se manifestaram para a pesquisa. Foram contatadas também as Secretarias do Verde e Meio Ambiente do estado e do município para o levantamento dos dados referentes aos parques da cidade, onde foram atendidas as condições e pré-requisitos para aprovação e realização da pesquisa.

Por meio das visitas nos sete locais levantados, foi possível realizar a observação sobre o comportamento dos usuários com o objeto de estudo e também dos seus acompanhantes nos espaços do playground. A observação apresentou algumas categorias de aspectos observados conforme elencadas: utilização diferenciada do pensado em projeto; insegurança frente a um determinado equipamento; utilização por crianças dos equipamentos para adultos e adultos nos equipamentos para crianças, falta de informação sobre os equipamentos; pode-se obter uma visão da conservação e manutenção dos equipamentos da API em cada localidade.

Nas entrevistas com os acompanhantes adultos foi possível obter dados como: objetivos e intenções para estarem no espaço público; suas necessidades e expectativas na área do playground; possibilidade de interação social, sobre a implantação dos equipamentos com relação aos demais mobiliários; adequação para uso; sobre os aspectos formais e sobre suas percepções sobre o equipamento da API.

Por meio do questionário e storytelling com as crianças foi possível captar a sua experiência com os equipamentos; suas preferências sobre alguns equipamentos elencados normalmente encontrados nos espaços; sobre os pontos positivos e negativos na sua percepção. De forma bastante esclarecedora teceram suas considerações sobre qualidades de um playground e reforçaram o que queriam dizer pela escolha dos assuntos em suas redações e desenhos.

Com os órgãos públicos foi possível entender como um mobiliário urbano é especificado e como ocorre seu processo de aquisição, implantação e manutenção, além do levantamento histórico para inserção dos equipamentos da API.

Por questão de vigência da lei de licitação, a especificação e orçamento de mobiliários urbanos devem se basear em tabelas padronizadas, e com orçamento de três equipamentos semelhantes. Desta forma, projetos diferenciados, com caráter inovador, específicos para um local, dificilmente poderão ser implantados pelos órgãos públicos, explicando a falta de novas propostas diferenciadas para o mobiliário urbano de lazer, não sendo, portanto, simplesmente um conceito de sistema ou de padronização pensado para a cidade.

Este trabalho procurou olhar para um equipamento do mobiliário urbano infantil como recorte, porém sempre pensando em apresentar direcionamentos para novos projetos, levantados em bibliografia, junto aos órgãos públicos e por meio dos relatos e depoimentos dos usuários e seus acompanhantes, que se mostraram de forma mais clara na apresentação e análise dos resultados, podendo ser utilizadas como premissas de projeto para os profissionais que pretendam trabalhar com esta temática.

Como resultado da triangulação dos dados de todas as ferramentas utilizadas foram apresentados: as principais concepções e considerações sobre os equipamentos da API relacionados também a interação social, segurança, manutenção, aspectos lúdicos, implantação e proximidades; sobre pisos considerados próprios e impróprios, sobre o uso dos equipamentos e considerações gerais sobre a inter-relação dos brinquedos com o espaço em uma área de playground.

Entende-se a relevância social deste trabalho em buscar as opiniões e percepções dos usuários crianças e seus acompanhantes nos locais de uso como o ponto central desta pesquisa; que elas possam ser ouvidas e estar cada vez mais presentes ou próximas em projetos participativos, uma vez que a área do playground é o local oficial pensado para elas na cidade. Espera-se que esses espaços possam ser ampliados; que os equipamentos possam ser cada vez mais qualificados e apropriados, permitindo às crianças se sentirem pertencentes e valorizadas, para lembrarem com carinho destes locais no futuro e consequentemente conservá-los e cuidá-los, contribuindo para construir e alimentar assim seu senso de cidadania.

Espera-se que possamos ampliar a discussão deste tema valorizando as crianças, proporcionando alegria e diversão, por meio dos espaços públicos de brincar e do mobiliário urbano voltado ao lazer, pois ambos contribuem para o desenvolvimento da criança nas suas múltiplas dimensões, física, intelectual, emocional, social e simbólica.

Anna Clara – 10 anos

Sarah – 10 anos

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. Q. Atividade Física na Infância. **EFDeportes.com**. Revista digital. Buenos Aires, ano 15, n. 154, mar 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd154/atividade-fisica-na-infancia.htm>>. Acesso em: jan. 2017.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Pro Editores, 2000.

ALMEIDA, E. **A criança e a invenção de seu espaço**: a expressão lúdica como elo entre o designer e o usuário. 1985. 162 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ALVES, C.; LIMA, R. V. B. Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento e puberdade de crianças e adolescentes. **Redalyc Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 4, p.383-391, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406038927013>>. Acesso em jan. 2017.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Coleção Pesquisa Qualitativa coordenada por Uwe Flick . Porto Alegre: Artmed, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9283 - Mobiliário Urbano - Classificação**. Rio de Janeiro, 1986

_____. **NBR 9284 – Equipamento urbano – Classificação**. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **NBR 16071 - Playgrounds partes 1 a 7 [substitui a NBR 14.350/99 Segurança de brinquedos de playground]**. Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, A. C. de M. A.; CASTILLO, L. A. G.; DANTAS, N. B. O produto do espaço urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 9., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Blucher, 2010. p. 92-100. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5426473-O-produto-do-espaco-urbano.html>>. Acesso em: jan. 2017.

BASSO, L. Entrevista. São Paulo, 19 ago. 2017. [prof. Dr. EEFE Escola de Educação Física e Esporte USP]

BASSO, L.; VAN DER LINDEN, J. Mobiliário urbano: origem, forma e função. In: CONGRESSO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 9. 2010. **Anais eletrônicos...**Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12728968-Mobiliario-urbano-origem-forma-e-funcao.html>>. Acesso em: jan. 2017.

BENEDET, M. S.; BENEDET, J. S.; SILVA, R. Z. A produção do espaço público: uma avaliação sob o ponto de vista do usuário. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS,1., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** R.S. 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/22571820-Producao-do-espaco-publico-uma-avaliacao-sob-o-ponto-de-vista-do-usuario.html>>. Acesso em: jan. 2017.

BICHARA, I. D. et al. Brincar ou brincar: eis a questão – perspectiva da psicologia evolucionista sobre a brincadeira. In: YAMAMOTO, M. E. e OTTA E. (orgs). **Psicologia Evolucionista**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. cap. 11. Disponível em: <<https://psicobiobiologia.files.wordpress.com/2013/08/brincar-ou-brincar.pdf>>. Acesso em jan. 2017.

BONSIEPE, G. **Design, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BRANCO, A. C. Entrevista. São Paulo, 18 de out. 2016 [Eng. Agrônoma da Coord. Projetos e Obras subprefeitura do Jabaquara]

BRASIL. **Código Civil**. Art. 99 Lei 10406/02. Bens Públicos - 10 de janeiro 2002. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10723576/artigo-99-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União**, 2002. Disponível em: <<http://www.sintratel.org.br/site/index.php/publicacoes/legislacao/15-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/file>>. Acesso em: dez. 2016.

_____. Lei federal nº8666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre as normas para licitações e contratos da administração pública, Brasília: **Diário Oficial da União**, jun.

1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em dez. 2017.

_____. Lei federal nº13257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, Brasília: **Diário Oficial da União**, DF, mar. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em dez. 2017.

_____. Lei federal nº 13443 de 11 de maio de 2017. Estabelece a obrigatoriedade em espaços de uso público de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados, Brasília: **Diário Oficial da União**, DF, mai. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13443.htm>. Acesso em dez. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** 3. ed. – Brasília: 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, dez. 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510 de abril de 2016. Especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais. Brasília, abr. 2016. Disponível em :<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> > Acesso em: jan. 2018.

BURKHALTER, G. et al. ***The playground project***. Zurich: JRP-Ringier, 2016.

CEPAM. Fundação prefeito Faria Lima. **Brinquedos para parques infantis**. São Paulo, 1986.

CITADOR. Citações de Albert Einstein. Disponível em: <www.citador.pt> Acesso em: dez. 2017.

CANÃS, A. J.; NOVAK J. D. ***What is a concept map***. set. 2009. Disponível em: <<http://cmap.ihmc.us/docs/conceptmap.php>> Acesso em dez. 2017

CREUS, M. Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: Serra J. M. **Elementos urbanos**: mobiliario e microarquitectura. Barcelona: Gustavo Gili S.A, 2002.

CMAP TOOLS. Software para elaboração de mapas conceituais. IHMC (Institute for Human & Machine Cognition). Disponível em: <<https://cmap.ihmc.us/>>. Acesso em: dez. 2017.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 2001.

DREYFUSS H.; TILLEY, A. R. **As medidas do homem e da mulher**: fatores humanos em design. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FARIA, A.L.P. Entrevista. São Paulo, 10 nov. 2017. [Arquiteta da Coordenadoria de Parques Urbanos, SMA]

FERRAZ, O. L. Entrevista. São Paulo, 12 set. 2017. [Prof. Dr. EEFE Escola de Educação Física e Esportes da USP]

FERRARI, C. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, P. Segundo Ministério da Saúde, obesidade infantil cresce no país e pode complicar vida adulta da criança. **Jornal Ponto de Partida**, 2016. Disponível em: <<https://jpontodepartida.wordpress.com/2016/09/21/segundo-ministerio-da-saude-obesidade-infantil-cresce-no-pais-e-pode-complicar-vida-adulta-da-crianca/>>. Acesso em: fev. 2017.

FREYBERGER, A. **O espaço do brincar**. 2000. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

FREYBERGER, A. Entrevista. São Paulo, 03 out. 2017.

FRIEDMAN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. São Paulo: Scritta, 1992.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

_____. **Introdução a metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre. Penso - Artmed, 2013.

GESELL, A. **A Criança dos 0 aos 5 anos**. Tradução: Cardigos dos Reis. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Criança dos 5 aos 10 anos**. Tradução: Cardigos dos Reis. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRAZIANO, A. Entrevista. São Paulo, 22 dez. 2017. [Arquiteto responsável pela implantação do parque do Povo]

GUEDES, J. B. **Design no urbano**: morfologia de análise visual de equipamentos no meio urbano. 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3115>>. Acesso em: jan. 2017.

GUNTER, H.; PINHEIRO, J. Q. (Org.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: All Books Casa do psicólogo, 2008.

HOUAISS, A. VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INMETRO. Portaria nº 338 de 18 de julho de 2014. Análise de impacto regulatório para equipamentos de playground. **Consulta Pública**. Disponível em:

<<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002137.pdf>> Acesso em: jan. 2018

IPA. Associação Internacional pelo Brincar. **Artigo 31 da Convenção dos direitos da criança** (1989). O desenvolvimento infantil e o direito de brincar. MARTINS, M. F. (coord). Catálogo 2015.

JOHN, N. M. Avaliação Estética do Mobiliário Urbano Inserido na Paisagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS ,1.,2015 Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://infohab.org.br/acervos/advanced-search?advancedSearch=naiana+john&Buscar=Buscar&opcoes=NOME_AUTOR&tipoDocumento=0&tipoOrdenacao=>. Acesso em: jan. 2017.

JOHN, N. M.; REIS, A. T. Percepção, Estética e Uso do Mobiliário Urbano. **Revista USP - Gestão & Tecnologia de Projetos**, vol. 5, n. 2, p 180-206, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/viewFile/50991/55064>>. Acesso em: dez. 2015.

KAWAI, C. **Espaços públicos: equipamentos de recreação**. ABAP Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. Apostila do curso projeto do espaço urbano. São Paulo, 1983.

KISHIMOTO, T. M. (org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

KOSKINEN, I. et al. **Empathic Design**. User experience in product design. Finland: It Press, 2003.

LAU, L. ATI e API oferecem lazer e exercícios físicos para idosos e crianças. **Imprensa prefeitura de Maringá**. Assessoria de comunicação 2008. Disponível em: <www2.maringa.pr.gov.br/site/imprensa/impresao.php?id=6338>. Acesso em jul. 2016.

LIMA, M. S. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989 – Coleção Cidade Aberta.

LUEDER, R.; RICE, V. J. B. **Ergonomics for children**: designing products and places for toddlers to teens. NW: Taylor & Francis group, CRC Press, 2008.

LUZ, G. M.; KUHNEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Revista online. Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 552-560, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2016.

MAGNOLI, M.M. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 21, p. 199-213, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250>>. Acesso em: jul. 2016.

MAZZILLI, C. T. **Arquitetura lúdica, criança, projeto e linguagem**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 7, n. 2, ago. 2007, p. 296-306 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844614013>>. Acesso em: dez. 2015

MERIJN, O. **Aldo Van Eyck and the city as a playground**, 2013, disponível em: <https://merijnoudenampsen.org/2013/03/27/aldo-van-eyck-and-the-city-as-playground/>. Acesso em: jul. 2016.

MINAS GERAIS (Governo do Estado). **Boas práticas de implantação e gestão de Academias ao Ar Livre**. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11266507-Boas-praticas-de-implantacao-e-gestao-de-academias-ao-ar-livre.html>>. Acesso em: jan. 2017.

MONTENEGRO, G. N.; ELALI, G.; GOMES, L. A.V.N. Design urbano: o mobiliário cidadão oferecendo meios para o ambiente ser compartilhado. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** (Mackenzie online), v. 11, n.1, p.138-156, 2011. Disponível em:

<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6051/4360>>.

Acesso em: jan. 2017.

MONTENEGRO, G. N. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário nos projetos de reordenamento das orlas do Rio Grande do Norte**. Dissertação (mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOURTHÉ, C. **Mobiliário urbano**. Rio de Janeiro: 2 AB editora, 2008

MUNARI, B. **Das coisas nascem coisas**. São Paulo: Edições 70, 2008.

NAMIKI, F. **Manutenção de praças na cidade de São Paulo**. Estudo de caso: brinquedos do programa centro de bairro. Dissertação (Mestrado em Habitação planejamento e tecnologia). Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:
<http://www.ipt.br/pos_graduacao_ipt/solucoes/dissertacoes/327-manutencao_de_praças_na_cidade_de_sao_paulo_estudo_de_caso:_brinquedos_do_programa_centros_do_bairro>. Acesso em: dez. 2017.

_____. Manutenção de brinquedo em praças públicas. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**. São Paulo, n.24. p. 9-18, 2007. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/85501>>. Acesso em: dez. 2017

NIEMEYER, C. A. **Parques infantis de São Paulo**. Lazer como expressão de cidadania. São Paulo: AnnaBlume: Fapesp, 2002.

_____. Os parques infantis e as ressonâncias do Reform Park em São Paulo In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO SÃO PAULO, 9.,2006. **Anais eletrônicos...** v. 9 , n. 2, 2006. Disponível em:
<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1124>>.
Acesso em jan. 2017.

NOMURA, A. Estudo do mobiliário urbano no centro histórico de São Paulo. In: Santos, M. C. L.; Silva J. C. P., **Estudos em Design nas Universidades Estaduais Unesp e USP** , p. 187 - 207. São Paulo: UNESP, 2006.

NORMAN, D. **O design do dia a dia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. **Design emocional**: por que adoramos ou detestamos os objetos do dia a dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008

OLIVEIRA, C. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, D. M. **Academia ao Ar Livre como política pública de esporte**: um estudo sobre participantes desse formato específico de academia na cidade de Santa Maria - RS. 2015. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1021171_19_06_2015_07-20-28_6723.PDF Acesso em jul. 2016.

ORNSTEIN, S. W.; COLLET, B. G.; LIMA, C. P. C. dos S. **Espaços Públicos e Semipúblicos**: uma experiência interdisciplinar na avaliação pós-ocupação como metodologia de projeto (espaço livre e percepção: aplicação da APO na Praça Elis Regina). In Boletim Técnico nº1. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

PASCHOARELLI, L. C.; SILVA, J. C. P.; SPINOSA, R. M. O. **Interface Antropométrica Digital**: Público infantil da pré-escola ao ensino fundamental. 2006 – CD-ROM, contém tabelas antropométricas.

PALÁCIOS, A.R.O.P; NARDI, A. C. F. **Academia da terceira idade**: promoção da saúde e atividade física em Maringá. BVS Biblioteca virtual em saúde. Saúde Debate; n. 40, p 71-76, jun. 2007. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/aps/resource/pt/lil-490895> >. Acesso em: dez. 2017.

PENIDO, A. Brasil alerta sobre consequências da má nutrição e obesidade infantil. **Portal da Saúde**.2016. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/24993-brasil-alerta-sobre-consequencias-da-ma-nutricao-e-obesidade-infantil>>. Acesso em fev. 2017.

PILATO, M. C. **A importância do brinquedo e do brincar no desenvolvimento integral de crianças entre 3 a 6 anos**. 2003. Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curso de

Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná, 2003. Disponível em:
<<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2014/02/A-IMPORTANCIA-DO-BRINQUEDO-E-DO-BRINCAR.pdf>>. Acesso em jan. 2017.

PREFEITURA (cidade do R. J). **Manual para implantação de mobiliário urbano na cidade do Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo - Superintendência de Projetos. 1996.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.. Tese (livre docência em arquitetura e urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAFAELLA, D. ATI é exportada para cidades brasileiras. **Jornal do Povo**. 2009. Disponível em:
<http://www.maringamais.com.br/?pag=noticias_maislidas&id=3097>. Acesso jul. 2016.

RECIFE (Prefeitura). Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenções em praças. Lúcia Leitão (org.) Recife: A Secretaria, 2002.

REIS, J. C. Entrevista. São Paulo, 25 set. 2017. [Eng. Civil da Coord. Projetos e Obras subprefeitura Vila Maria]

ROSA, M. Revisitando os playgrounds de Aldo van Eyck, 1947 | 2011.
Arquiteturismo paisagem construída. Ano 07, abr. 2013. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/07.074/4707>>. Acesso jul. 2016.

RUTH, L. C. **Playground design and equipment**. *WBDG Whole Building Design Guide. Department of Building Science, Auburn University*, 2017. Disponível em:
<<https://www.wbdg.org/resources/playground-design-and-equipment>> Acesso em: 2016.

SALGADO, M. **Espaços Públicos**. 2000. Disponível em:
<https://www.academia.edu/14491954/MANUEL_SALGADO_Espa%C3%A7o._Publicas>. Acesso em: jan. 2017.

SANOFF, H. ***Planning outdoor play: A manual organized to provide design assintant to community groups***. USA: Humanics Limitec, 1982.

SANTANA, T. C. S. **Percepção dos usuários nos espaços públicos**: avaliação pós-ocupação em três praças de Natal-RN. 2003. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12338>>. Acesso em: jan. 2017.

SANTOS, N. A.; PINTO, P. S. P. Crianças nos parquinhos públicos: o que elas pensam e o que esperam destes espaços para brincar. SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA. 2. **Anais eletrônicos....** Faculdade de Educação da UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10775269-Criancas-nos-parquinhos-publicos-o-que-elas-pensam-e-o-que-esperam-destes-espacos-para-brincar.html>>. Acesso em: jul. 2016

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO PAULO (município). Lei 14223 de 26 de setembro de 2006. Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de S.P. – art 6º - VIII- mobiliário urbano.

SERRA J. M. **Elementos urbanos**: mobiliario e microarquitectura. Barcelona: Gustavo Gili S.A, 2002.

SESI. **Atividade Física x Exercício Físico**. 2010. Disponível em: <http://vidasaudavel.sesi.org.br/portal/main.jsp?lumPageld=FF8080812A602D81012A637EA5581ECC&luml=gestaodoconhecimento.service.noticia.details&lumItemId=FF8080812B3242D3012B3613589E3D85>. Acesso em fev. 2017.

SOUZA JUNIOR, S. L. P.; BIER, A. A importância da atividade física na promoção de saúde da população infanto-juvenil. **EFDeportes**. Revista Digital. Buenos Aires, ano 13, n.119, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/atividade-fisica-na-promocao-de-saude.htm>>. Acesso em jan. 2017.

TREVISAN, C. O. **Uso e apropriação das praças públicas na metrópole de S.P.:** do centro expandido a periferia. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia humana), Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07122010-112217/pt-br.php>>. Acesso em: jan. 2017.

UNICEF. *Child Friendly Cities. What is a child friendly city?* Disponível em: <<http://childfriendlycities.org/overview/what-is-a-child-friendly-city/>> Acesso em jul.2017.

URBAN 95. Disponível em: <<https://bernardvanleer.org/solutions/urban95/>>. Acesso em jul. 2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP : parte I (ABNT).** Sistema Integrado de Bibliotecas da USP ; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. 3. ed. rev. ampl. - São Paulo : SIBiUSP, 2016. 100p.: il. -(Cadernos de estudos 9) Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/111>> Acesso em: dez. 2016.

VERÍSSIMO, L. C. G. **O processo de construção em rede de políticas públicas na perspectiva da promoção da saúde:** a experiência do município de Maringá-PR. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2011, Faculdade de Ciências Médicas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000793391>>. Acesso em jul. 2016.

VIEIRA, A. B. S.; TARALLI, C. H. Design no espaço público: o mobiliário da Academia da Primeira Idade na visão dos seus usuários, p. 2937- 2948.

CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN 12., **Anais eletrônicos...**Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: < <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/design-no-espao-pblico-o-mobilirio-da-academia-da-primeira-idade-na-viso-dos-seus-usurios-24488>>. Acesso em: dez. 2017.

WINNICOTT, D.W. O brincar & a realidade. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago editora Ltda, 1975.

ZIOBER BRASIL. Disponível em: <<http://www.zioberbrasil.com.br>> Acesso em jul. 2016.

_____. Catálogo eletrônico Ziober Brasil. Academias ao Ar Livre e Parquinhos. Arquivo para download Disponível em:
<<http://www.zioberbrasil.com.br/kits.php?id=1>> Acesso em jul. 2016.

_____. Entrevista com Hugo Carlone [mensagem pessoal, diretor de marketing] recebida por <marketing@zioberbrasil.com.br> em 15 jul. 2016

ZORZO, I. C. Entrevista. São Paulo, 11 out. 2017 [Administradora Parque do Povo]

APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido – adultos

FAUUSP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Mobiliário urbano no espaço público de lazer, seu uso e apropriação pelos usuários.

A presente entrevista tem como objetivo o levantamento de dados que contempla a opinião dos usuários (adultos responsáveis por crianças) sobre o espaço do playground e seus equipamentos.

Essas informações serão mantidas confidenciais e servirão apenas de apoio para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado em Design e Arquitetura junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Assim solicito o preenchimento do presente termo de consentimento.

Eu, _____ RG _____, após ter lido e esclarecido todas as minhas dúvidas quanto às condições do estudo, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, a participar desta pesquisa, sabendo que não receberei nem pagarei nenhum valor econômico por minha participação.

Declaro ceder à pesquisadora Andrea de Brito Stefanelli Vieira, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento que prestei a pesquisadora.

O pesquisador fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, com a única ressalva de sua integridade e mantendo o anonimato dos participantes, inclusive em fotos retiradas no local.

Assinatura do sujeito da pesquisa – Local e data

Eu, Andrea de Brito Stefanelli Vieira, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo

_____. Assinatura do Pesquisador

Contato e-mail: andrea.vieira@usp.br - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- Linha de pesquisa em Design e Arquitetura. End. Rua Maranhão, 88 cep: 01240.000. São Paulo- SP

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. End. Av. Arlindo Béttio, n.1000. Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03828-000

Fone: (11) 3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

APÊNDICE B – Termo de assentimento livre e esclarecido – crianças

FAUUSP

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (crianças 7 a 11 anos)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre mobiliário urbano no espaço público de lazer.

Queremos saber como você usa e o que você acha dos novos equipamentos da área do playground.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você poderá ser observado e fotografado no local e dizer sobre o que mais gostou e menos gostou enquanto brincava nos equipamentos. Também poderá ser convidado a dar sua opinião por meio de um questionário, com tema para redação e desenho a ser realizado em casa e devolvido depois. Caso você queira, poderá desistir e a pesquisadora irá respeitar sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização desta pesquisa, e a sua opinião poderá ajudar a criar novos projetos para as crianças, além de melhorar a situação do espaço para as brincadeiras na praça ou no parque.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, pois guardarei seu sobrenome só para mim e os seus desenhos e fotos poderão vir a ilustrar meu trabalho deixando-o mais bonito e colorido.

Você concorda que os resultados da pesquisa poderão ser publicados em revistas ou jornais de meios acadêmicos ou científicos, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa.

Seus pais também devem concordar de você participar e ainda poderão nos procurar para retirar dúvidas por meio do e-mail informado abaixo.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em *riscos mínimos*. Nenhum valor será pago ou devido pelas informações prestadas.

Eu _____ (criança, menor) aceito participar da pesquisa. Entendi os objetivos, as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador _____ São Paulo, ____ de _____ de 2017.

Contato e-mail da pesquisadora: andrea.vieira@usp.br - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - Linha de pesquisa em Design e Arquitetura. End. Rua Maranhão, 88 cep: 01240.000. São Paulo- SP.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. End. Av. Arlindo Bettio, n.1000. Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03828-000

Fone: (11) 3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

APÊNDICE C - Levantamento nos parques municipais

Levantamento de localidades na SVMA

Estou realizando um trabalho de levantamento para a FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo) no tema mobiliário urbano no espaço público de lazer na cidade de São Paulo.

Meu recorte de estudo está nos equipamentos denominados “Academia da Primeira Idade” (API.), voltados para criança, implantado em alguns parques e praças da cidade na área de playground.

A pesquisa já tem autorização pelo setor responsável junto a SVMA com o número de processo 2017-0.128.449-5

Agradeço pelo retorno destas informações com o prazo de 02 de outubro para apresentação do relatório de levantamento.

Responsável pelas informações:

Cargo/ Função:

Contato e-mail/ tel.:

Coordenadoria:

1 -Existem implantações para o público infantil nos moldes conforme indicado abaixo nos parques sob sua coordenadoria? Em caso positivo poderia listar o nome dos parques?

() sim existem

() não existem

() não há levantamento

Levantamento de dados sobre os equipamentos do mobiliário urbano “Academia da Primeira Idade” junto a SVMA (Secretaria do Verde e Meio Ambiente) – Parques Municipais - DEPAVE

Data:

Responsável pelas informações:

Setor/Cargo/função:

- 1- Em quais parques de administração Municipal podemos encontrar os equipamentos da API. (Academia da Primeira Idade)?
- 2- Como é o processo de inserção de um novo mobiliário urbano nos parques para crianças? (Especificação, aquisição)
- 3- Os equipamentos apresentados na tabela EDIF acabam sendo norteadores da tipologia a ser utilizada?
- 4- Existe uma padronização de equipamentos de lazer entre os parques administrados?
- 5- Existe autonomia pela administração junto ao conselho do parque sobre especificação de equipamentos?
- 6- Como é o processo de inserção de um mobiliário patrocinado/doado aos parques? Caso equipamento de ginástica em aço inox MUDE (Santander)
- 7- Quais são os requisitos e critérios de aprovação para equipamentos para o público infantil?

APÊNDICE D - Levantamento nas subprefeituras

Levantamento para a FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) no tema mobiliário urbano no espaço público de lazer na cidade de São Paulo.

Responsável pelas informações:

Cargo/ Função:

Contato e-mail/ tel.:

1- Qual é o setor responsável pela definição e implantação do mobiliário urbano para o lazer presente nas praças de sua região?

2- Existem novas implantações para o público infantil nos moldes conforme indicado abaixo ou similar nas praças de sua subprefeitura? Em caso positivo pode me informar um e-mail de contato da pessoa responsável por esta definição?

() **sim existem**

() **não existem**

3- Em caso positivo listar o nome das praças ou seu endereço. (com nº maior de tipologias diferentes)

4- Qual a tipologia dos equipamentos de playground de sua região?

() ferro tradicional () madeira eucalipto () madeira plástica () _____

5- Qual a situação de manutenção dos equipamentos para playground em sua regional?

() bom estado no geral () necessitam de manutenção () necessitam de novas tipologias

6- Existem equipamentos acessíveis para crianças (com alguma deficiência) na área do playground?

() sim existem em algumas () não existem

7- Existem equipamentos para exercícios voltados à terceira idade implantados nas praças em sua regional?

() sim existem () não existem

8- Cite alguns requisitos importantes para a escolha de um novo mobiliário voltado para o público infantil.

Grata pelas informações e pela prontidão na devolução do levantamento.

APÊNDICE E - Ladder of abstraction – Observação

APÊNDICE F - Ladder of abstraction – Entrevista e *storytelling*

APÊNDICE G - Entrevista com acompanhantes adultos

Apresentação da pesquisa: Opinião dos usuários sobre o espaço de brincar e os seus equipamentos, para um trabalho na área do design e arquitetura da FAUUSP.

(TCLE/ Nome/ Data e Local/ Idade crianças / Parentesco com criança / Frequência/ Procedência)

Objetivos

Qual a sua intenção/objetivo ao trazer a criança a este espaço público?

Aspectos funcionais

Que características/qualidades você procura/espera de uma área de playground?

Interação social

Estes equipamentos favorecem as crianças a brincarem sozinhas ou em grupo?

Aspectos formais

O que você acha da aparência/formato/acabamento/dimensões, destes equipamentos?

Adequação

Você acha que estes equipamentos são adequados ou inadequados a faixa etária, estrutura física e emocional da criança que acompanha? Por quê?

Espaço de implantação

O que você acha que tem que existir próximo da área do playground? A presença de bancos ou outros equipamentos de exercícios físicos favorecem a sua permanência?

Sobre a API

Você sabe o nome destes equipamentos? O que acha de serem nomeados de Academia da Primeira Idade? Para você são brinquedos ou lembram equipamentos de academia? Estes novos equipamentos trouxeram mais qualidade ao espaço do playground?

Crianças (quando se aproximam no local da entrevista)

O que você gosta e o que você não gosta nestes brinquedos?

APÊNDICE H - Exemplos de planilhas com depoimentos dos adultos

Acompanhante nº01		Acompanha: 2 meninas (5 e 9 anos)		Frequência: boa em diferentes parques			
Local: Parque do Povo		Grau parentesco: avó		Procedência: proximidades Itaim – 1 km			
Objetivo/ Intenções	Necessidade Expectativas	Interação Social	Aspectos Formais	Adequação	Implantação/ Proximidade	Sobre A.P.I.	Opinião Crianças
Passar o dia em local c/ várias atividades.	Deveria ter mais quantidade de brinquedos	Fizeram amizade com outras crianças no parquinho	Diferentes Originais	Equipamentos adequados Poça de lama junto ao brinquedo horrível.	Banheiro próximo para as crianças Poderia ter mais bancos, porém é possível sentar na grama	Não conhecia o nome São Brinquedos e não equipamentos de academia	Menina 9 anos Escolregador é <i>maneiro</i> poderia ter um paninho para ajudar a escolregar pois estava de shorts e precisou utilizar sua canga para deslizar melhor
Objetivo: diversão sem necessidade de grandes locomoções.	Área poderia ser um pouco maior		Não conhecia (vive no RJ)				
Proximidade e fácil locomoção			Formato interessante		Proximidade com a A.T.I. positivo	Positivo pelo fato de ser diferente de outros parquinhos	
Brincar distrair e preencher o dia das crianças							
Notas: Crianças foram ajudadas onde não alcançavam. Uma das meninas estava de saia e improvisou um paninho para conseguir escolregar. A maior de 9 anos teve mais medo (avó acha que é pelo desconhecimento). Depois da primeira vez foi tranquilo. Avó estava sentada no banco.							

Acompanhante nº15		Acompanha: 2 meninas (9 e 6 anos)		Frequência: 1 vez por mês			
Local: Vila Lobos (Pq. Figueira)		Grau parentesco: tia		Procedência: Lapa – 5km			
Objetivo/ Intenções	Necessidade Expectativas	Interação Social	Aspectos Formais	Adequação	Implantação/ Proximidade	Sobre A.P.I.	Opinião Crianças
Ter contato com outras crianças	Variedade de brinquedos	Serve para brincar sozinho e em conjunto	Acha mais atrativo, pela cor e forma	É uma forma nova. Quando olha não sabe como funciona	Banheiros	Não conhecia o nome	Menina de 9: Gosta do escorregador
Brincar ao ar livre	Brinquedos mais diferentes	Tem que olhar e interagir com outras crianças para ver como brincar	Dão uma outra vida para o parque	o brinquedo, ou veem outras crianças brincar ou vão na intuição para aprender a brincar	Bebedouros	Seria brinquedos mesmo.	Caiu da escada torcida, portanto não gosta muito
Tirar dos eletrônicos	Diversas atividades				Uma lanchonete próxima	Vamos naquele parque diferente, no escorregador	
				Para idade delas está ok.	Difícil conciliar fazer exercícios e olhar as crianças		
				Para crianças menores acha um pouco perigoso o vão do escorregador			

Notas: As crianças ficam muito dentro de casa no tablet, portanto é bom este convívio para ver que existe outro tipo de brincadeira. Acha perigoso utilizar os equipamentos para adultos. Quanto mais coisas diferentes para esta geração é desafiador, pois o tradicional perde o interesse rápido. Tia estava sentada na grama. Quando você sobe é fácil, mas quando desce dá um medo de cair (menina de 9 sobre a escada torcida)

Acompanhante nº26		Acompanha: 2 meninos (7 e 11 anos)		Frequência: finais de semana			
Local: Pça Nova América		Grau parentesco: avó/ avô		Procedência: proximidades			
Objetivo/ Intenções	Necessidade Expectativas	Interação Social	Aspectos Formais	Adequação	Implantação/ Proximidade	Sobre A.P.I.	Opinião Crianças
Se divertir Brincar Gastar energia Retirar dos jogos eletrônicos	Espaço Arvores Boa quantidade de brinquedos Boa manutenção	Proporciona várias crianças no brinquedo	Achou legal, pois já subiu neles também. O formato não é reto, portanto estimula o raciocínio	Acho adequado, não tem perigo Falta um gira- moinho menor pois o que está aí é muito alto para crianças menores.	Bebedouro Bancos com mesinha próximo do playground Acharia bom a academia para adultos próximo para poder vigia-los ao mesmo tempo.	Não conhecia o nome Com estes brinquedos acabam fazendo exercício Acham a união do brinquedo com o exercício bom principalmente pelas crianças sedentárias Acham muito positivo	Menino 11: Gosta mais do carrossel mas dá calo na mão Menino 7: Gosta mais do balanço Gosto de ficar lá em cima sentado no (carrossel) Só não gosto de ficar de ponta cabeça
Notas: Deveria ter mais balanços, pois é a preferência das crianças. A avó diz que já subiu bastante nos brinquedos com eles. Relatam falta de manutenção nos brinquedos quebrados. Só tem parte do escorregador, mesmo assim o espaço ainda é bom. Poderia ter uma associação dos moradores para tomar conta e dar manutenção das praças, como já acompanharam um trabalho feito pela igreja, amigos da praça, de limpeza e pintura. Estavam sentados no banco com mesinha.							

APÊNDICE I - Exemplos do protocolo de pesquisa para crianças

3

Redação com crianças

Figura 1

Figura 2

Figura 3

Figura 4

1º Nome: Anna Clara

Idade: 10

Data: 05/09/17

Escreva sobre quando você vai ao parquinho e tem este tipo de brinquedo para brincar.

Marque onde você costuma ver estes brinquedos? no parque () na praça (X)

Quando foi a última vez que brincou neles? () faz mais de 1 mês (X) menos de 1 mês

Você prefere nestes brinquedos: brincar sozinho () ou com outras crianças (X)

Você prefere estes novos tipos (X) ou os tradicionais como balanço, escorregador, gangorra ()

- 1) Como é brincar nestes brinquedos?
- 2) Você prefere algum deles? Por quê?
- 3) Do que você gosta e não gosta nestes brinquedos?
- 4) Para você como deveria ser um bom playground?

Brincar neles é bem legal eu gosto muito, eu prefiro a fladra 1 porque acho que ele é bem legal e a criança trabalha também a coordenação motora. É o que eu não gosto é que muitas vezes eles estão quebrados, é um bom playground é aquele que tem um mega escorregador, muitas cores, e um monte de coisas nele eu adoro brincar nesses brinquedos e semana passada eu brinquei em todos eles...

Escreva uma redação com o tema: **Brincando com os brinquedos do parquinho público.**

Acho que é bem legal apesar de
muitas vezes estarem danificados etc...
Eu adoro os brinquedos de areia, não
por questão de verem novos e assim que
lá o dia que trabalha o recreio e
coerência. É muito bom porque os
crianças ficam lá em casa sem fazer
nada aí vão lá na praça e lá
com aqueles brinquedos super legais.
E as cores deles são incríveis na primeira
vez que eu brinquei nelas eu adorei.

Obrigada

Use este espaço para desenhar sobre o tema:

Redação com crianças

Figura 1

Figura 2

Figura 3

Figura 4

1º Nome: Manuella Della Idade: 10 anos Data: 23/10/2017

Escreva sobre quando você vai ao parquinho e tem este tipo de brinquedo para brincar.

Aonde você brinca com estes brinquedos? Parque do Pólvora.

Quando foi a última vez que brincou neles? ☒ faz mais de 1 mês () menos de 1 mês

Você prefere nestes brinquedos: brincar sozinho () ou com outras crianças ☒

Você prefere estes novos tipos () ou os tradicionais como balanço, escorregador, gangorra ☒

- 1) Como é brincar nestes brinquedos?
- 2) Você prefere algum deles? Por quê?
- 3) Do que você gosta e não gosta nestes brinquedos?
- 4) Para você como deveria ser um bom playground?

1- Brincar nos brinquedos e nos jogos da um pouco de modo, mais depois você quer ir mais vezes.

2- Eu gosto de brincar nos brinquedos da imagem 1, porque gosto de me girar nos ganchos, portas das rodas que as pessoas se penduram.

3- Eu gosto dos brinquedos porque eles me divertem são coloridos, tem formas engraçadas, e o mais importante deixam as pessoas felizes, mas tem um que eu não gosto, você tem que escalar alto tem que se pendurar e a questão da perna.

4- Um bom playground seria um pouco dos dois tipos de brinquedos comuns e os mais novos.

Escreva uma redação com o tema: **Brincando com os brinquedos do parquinho público.**

Eu adoro frequentar parquinhos, e os que eu ia eram públicos. Sempre fazia amigos, e sempre iam fazer amigos para brincar com você. Voltando! Quando mãe fazia, que era raro, meu pai e minha mãe me ajudavam a subir, segurar, rodar, mas quando isso acontecia eu era bem pequena.

Nos dias de hoje mãe não quer mais tanto no parquinho, mas sempre quando dá eu vou com muita prazer.

O parquinho público é onde todas as pessoas podem brincar!

Use este espaço para desenhar sobre o tema:

Redação com crianças

Figura 1

Figura 2

Figura 3

Figura 4

1º Nome: GoralIdade: 10Data: 17-11-17

Escreva sobre quando você vai ao parquinho e tem este tipo de brinquedo para brincar.

Marque onde você costuma ver estes brinquedos? no parque ☒ na praça ()

Quando foi a última vez que brincou neles? () faz mais de 1 mês ☒ menos de 1 mês

Você prefere nestes brinquedos: brincar sozinho () ou com outras crianças ☒

Você prefere estes novos tipos ☒ ou os tradicionais como balanço, escorregador, gangorra ()

- 1) Como é brincar nestes brinquedos?
- 2) Você prefere algum deles? Por quê?
- 3) Do que você gosta e não gosta nestes brinquedos?
- 4) Para você como deveria ser um bom playground?

1-Eu acho bem legal, porque me diverte muito e sempre caiu mas é normal.

2-Eu gosto de todos, mas aquele me dá mais medo é a figura 1 porque tem mais brinquedos e é super divertido.

3-Eu gosto da figura 1 mas não gosto da figura 4.

4-Um bom playground poderia ser bem com muitos brinquedos seguros e legais.

Escreva uma redação com o tema: **Brincando com os brinquedos do parquinho público.**

Eu acho bem divertida brincar nos brinquedos do parque público. Lá, eu adoro brincar em todos os brinquedos mas só vou em raros até ir lá e o velho deu muito mas era normal mesmo. Já tinha encontrado muitos amigos no parque. Por mim eu virava brincando no parque.

Use este espaço para desenhar sobre o tema:

APÊNDICE J- Carta explicativa aos pais ou responsáveis

Prezados pais e responsáveis,

Sou mestranda no departamento de design e arquitetura na FAUUSP. Estou realizando uma pesquisa sobre o mobiliário urbano no espaço público de lazer. Como objeto de estudo tem-se os novos equipamentos presentes na área do playground.

O objetivo do estudo é pesquisar como se dá o uso e apropriação pelos usuários. E para obter a opinião das crianças foi criado este protocolo de pesquisa, através de questionário, tema para redação e desenho. Tem-se como tema para redação: Brincando com os brinquedos do parquinho público. O questionário pergunta como é brincar em equipamentos elencados, suas preferências e opiniões.

Esta pesquisa não apresenta riscos pela participação ou constrangimento por consequência imediata ou tardia do estudo, ao qual garantimos seu anonimato.

Em anexo, encaminho o formulário para permissão de participação da pesquisa, (TCLE) Termo de Consentimento para adultos e (TALE) Termo de assentimento para crianças. Só é necessário assinar a via do pesquisador, e cada um ficará com uma via do documento.

Para a participação na pesquisa, não haverá nenhum tipo de remuneração e tampouco ônus financeiro para os participantes.

Caso o senhor(a) não queira dar sua permissão para que possamos incluir seu(sua) filho(a) para dar sua participação no estudo, não é preciso assinar este documento.

Peço a gentileza de devolver assinadas a via do pesquisador do termo de consentimento (TCLE) e de assentimento (TALE), juntamente com a folha de redação do seu filho, podendo este ser realizado no final de semana e entregue na próxima semana.

O senhor poderá acompanhar a execução da redação, mas atentar para que as ideias e respostas sejam totalmente provenientes da criança. Serão desconsiderados quaisquer erros ortográficos.

Agradeço desde já sua colaboração e coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Andrea Brito Vieira – e-mail: andrea.vieira@usp.br

APÊNDICE K- Levantamento junto à empresa fabricante

Levantamento de dados sobre o histórico e projeto da Academia da Primeira Idade

Pesquisa de mestrado junto a FAUUSP (Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo) - pesquisadora Andrea Brito Stefanelli Vieira – área Design e Arquitetura

- 1- Qual o ano de fundação e breve histórico da empresa?
- 2- A empresa é a pioneira no desenvolvimento produto academia ao ar livre com projeto próprio? Qual a data de criação dos conjuntos de produtos ATI, API, APC, AJA?
- 3- De onde surgiu a demanda de um produto voltado para o público infantil?
- 4- Como é o histórico do surgimento da API? Qual a relação com o projeto da A.T.I?
- 5- Existem levantamentos de dados da quantidade de API implantadas, na cidade de São Paulo, no estado, no país e locais onde foram exportadas?
- 6- Como o projeto foi sendo apresentado e ficou conhecido nos demais estados e outros países?
- 7- Existe um setor de projeto específico para desenvolvimento de projetos dentro da empresa, ou foram contratados projetistas externos?
- 8- No depto de desenvolvimento do produto, quantos são e qual a formação profissional da equipe envolvida?
- 9- Qual o conceito que orienta o projeto da API? Qual a finalidade do projeto: brinquedo de playground ou equipamento de ginástica para crianças?
- 10- Como foi o processo de concepção projetual dos equipamentos infantis?
- 11- Quais foram os requisitos e escopo de projeto?
- 12- Como foi o processo de pesquisa e inspirações para o projeto? Existem desenhos ou croquis que podem ilustrar o histórico do projeto?
- 13- Poderia contar sobre a concepção, ideia do projeto de alguns equipamentos em especial (por exemplo, multifuncional, gangorra de pé-equilibrista, carrossel, escalada meia lua) mais facilmente encontrado nos espaços públicos das praças na cidade de São Paulo? E outros que achar interessante.
- 14- Dentro do conjunto da API. quais produtos foram primeiro desenvolvidos? Os que se assemelham a ATI (de forma miniaturizada) ou com forma/função mais inovadoras?
- 15- Quanto tempo levou o projeto do conjunto da API até a sua produção?
- 16- Houve a necessidade de nova tecnologia ou maquinário específico para a produção da API?
- 17- O processo de fabricação impôs alguma mudança/adaptação ao conceito original do projeto?
- 18- Existe terceirização de partes da produção?

- 19- Houve pesquisa ou participação do usuário para o projeto? Ocorreu teste de uso na empresa ou só depois de implantados os equipamentos?
- 20- Os equipamentos foram pensados separados por faixa etária?
- 21- Com relação ao dimensionamento dos equipamentos foi utilizada alguma tabela de medidas antropométricas?
- 22- Quais os limites de idade ou peso para sua utilização? Qual a faixa de idade do público considerado como primeira idade?
- 23- Os órgãos contratantes exigem certificação?
- 24- O projeto segue as normas da ABNT para brinquedos de playground ou não têm esta necessidade?
- 25- A certificação voluntária do IQB atende a quais requisitos?
- 26- A empresa oferece serviços de manutenção dos equipamentos? Como é sugerida a manutenção da pintura eletrostática, por exemplo, por degradação com o tempo?
- 27- Existe um trabalho de análise com redesenho pós-implantação? Verificou-se que o Multifuncional sofreu alterações, por quê?
- 28- Gostaria de acrescentar informação relevante sobre o histórico e desenvolvimento do conjunto da API?

APÊNDICE L- Levantamento junto aos órgãos públicos

Levantamento de dados sobre os equipamentos do mobiliário urbano “Academia da Primeira Idade”

Data entrevista:

Entrevistado:

Setor/Cargo/função:

- 1- Como é o processo de inserção de um novo mobiliário urbano em praças/parques?
- 2- A subprefeitura tem autonomia para definir a tipologia do mobiliário urbano de sua região?
Existe um plano de ordenação da cidade para equipamentos de lazer?
- 3- Como foi apresentado e ficou conhecido os equipamentos da API?
- 4- Existiu alguma política pública que incentivou a aquisição destes equipamentos?
- 5- Quais foram as diretrizes para aprovação e aquisição dos equipamentos?
- 6- Qual a proposta/conceito de implantação? Proposta de academia de ginástica para crianças ou uma nova tipologia para brinquedos do playground?
- 7- Em que ano foram implantados os equipamentos da API?
- 8- Qual a quantidade de praças que contemplam esta regional? Todas elas receberam os novos equipamentos de API?
- 9- Quem foi o responsável pelo projeto de implantação? Existe alguma cartilha de diretrizes de implantação pelo fabricante ou prefeitura?
- 10- Existem considerações sobre o entorno que direcionam a localização dos equipamentos?
- 11- Existem relações para locação com os demais equipamentos destinados para outros públicos como exemplo da terceira idade?
- 12- Qual foi a premissa para substituição (balanças) ou convivência com alguns brinquedos tradicionais (escorregador, gangorra) pelos novos equipamentos da API?
- 13- Como é a verificação e manutenção dos equipamentos atualmente?
- 14- Existe algum registro de feedback dos usuários?
- 15- Existe registro de acidentes de antes e depois das novas implantações?
- 16- O que poderia acrescentar com sua experiência sobre a implantação destes equipamentos para novas áreas da cidade?

APÊNDICE M- Levantamento junto à especialistas

Levantamento de dados com professores da área de educação física infantil sobre os equipamentos da “Academia da Primeira Idade”

Data entrevista:

Entrevistado:

Setor/Cargo/função:

1. Existe um consenso na área da Educação física sobre a Academia ao Ar Livre para idosos e adultos?
2. Como é discutida a questão do acompanhamento profissional?
3. Mesmo sem peso extra, o movimento repetitivo pode gerar mais problemas de desgaste nas articulações e ossos do que ganho muscular?
4. Em locais com equipamentos para a terceira idade sempre há crianças brincando com os equipamentos. São prejudiciais?
5. Já conhecia os equipamentos da API e os viu em uso anteriormente? Qual sua opinião inicial?
6. Quais os pontos positivos e negativos que pode ressaltar sobre cada equipamento elencado, considerando que estes novos brinquedos estão implantados no espaço público, de acesso irrestrito para o público infantil, sob o ponto de vista da área da fisiologia infantil?
7. Existe algum tipo de movimento repetitivo que um equipamento pode requerer que pode prejudicar o desenvolvimento motor infantil?
8. Quais os cuidados e quais premissas mais relevantes você levantaria para projetos de equipamentos desta natureza – projeto para crianças no espaço público?
9. Alguma consideração/ recomendação sobre a distribuição no espaço, ou quanto ao piso indicado para este tipo de atividade?

APÊNDICE N- Diagrama de relações com relatos das crianças

PÊNDICE P- Diagrama de relações com relatos das crianças sobre o espaço do playground

ANEXOS

Catálogo de produtos da API - Ziober Brasil 2016/2017

ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE Brinquedos que estimulam as crianças a ter uma vida ativa

PESO NÚMERO DE USUÁRIOS MÚLTIPLOS USUÁRIOS

MULTI INFANTIL
Cod: 7404 215 kg

O Multi Infantil é um aparelho completo, que oferece à criança diversas opções de brincadeira. Suas cores vibrantes estimulam a socialização e o aprimoramento das habilidades motoras. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

MINI MULTI INFANTIL
Cod: 7436 190 kg

O Mini Multi Infantil proporciona estímulos motores e visuais para crianças de várias habilidades e idades, desenvolvendo a noção de velocidade, altura e controle dos movimentos do corpo. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

ESCALADA TORCIDA
Cod: 921 57kg

A Escalada Torcida é uma aventura para as crianças. O brinquedo as desafia a usarem o equilíbrio e a coordenação motora para superarem os obstáculos. Design com curvas elimina ângulos e cantos, assegurando momentos de diversão sem preocupação. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

BALANÇO MEU BEBÊ
Cod: 8684 161 kg

O balanço Meu Bebê foi desenvolvido para permitir uma interação maior entre adulto e bebê. O brinquedo é seguro e cria um contato visual entre ambos durante a brincadeira. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

PÁ CARREGADEIRA
Cod: 1094 17kg

A Pá Carregadeira é um brinquedo que fará com que as crianças "coloquem a mão na massa" desde cedo e desenvolvam habilidades importantes para seu crescimento. Os pequenos podem controlá-la pelas alavancas externas, simulando o trabalho de escavação. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

ESCORREGADOR DE ROLETE
Cod: 912 107kg

O Escorregador de Roleta conta com itens importantes de segurança como a base no final da rampa, evitando que a criança caia no chão ao terminar de escorregar, e o corrimão de segurança, que oferece apoio para subir no brinquedo. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

CARROSSEL
Cod: 907 48,2kg

O Carrossel é um brinquedo desafiador que exige da criança concentração e esforço físico. Seu design é baseado no gira-gira comum, mas com uma diferença principal: não há assentos. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

**GANGORRA DE PÉ
EQUILIBRISTA**
Cod: 913 46,5kg

A Gangorra de Pé Equilibrista estimula a atividade motora da criança, despertando o prazer pela atividade física ainda na infância. O objetivo é se equilibrar na gangorra projetando o corpo para frente e para trás. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

GANGORRA CRUZADA

👤 Cod: 1100 ⚖️ 92kg

A Gangorra Cruzada tem o foco no desenvolvimento da lateralidade da criança, pois ela irá interagir com outra criança que estará diagonalmente oposta a ela. A possibilidade de quatro crianças brincarem simultaneamente fará com que elas interajam entre si, estimulando a sociabilidade. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

MINI ESCORREGADOR DE ARGOLAS

👤 Cod: 7527 ⚖️ 52kg

O Mini Escorregador de Argolas oferece uma maneira diferente de brincar. Seu design exclusivo valoriza a área onde está instalado, oferece segurança para as crianças e as incentiva a terem uma vida ativa. Este brinquedo possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

S DE EQUILÍBRIO

👤 Cod: 1096 ⚖️ 37kg

O desafio do S de Equilíbrio é concluir o percurso sem sair de cima da trave. Ele auxilia o desenvolvimento do equilíbrio e da coordenação motora além de estimulá-la a manter o foco para concluir o percurso. Este brinquedo possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

PONTO DE EQUILÍBRIO

👤 Cod: 1101 ⚖️ 30kg

Para concluir o percurso a criança precisa pular de um ponto ao outro, ganhando confiança à medida que progride. O brinquedo auxilia o desenvolvimento do equilíbrio e da coordenação motora além de estimulá-la a escolher o melhor caminho. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

GIRA-GIRA PLANETA TERRA

👤 Cod: 4959 ⚖️ 52kg

O Gira-Gira Planeta Terra é um brinquedo que oferece diversão e emoção de sobra para as crianças. Seu design conta com acabamentos e acessórios que proporcionam segurança extra às crianças. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

BUMERANGUE EQUILIBRISTA

👤 Cod: 3532 ⚖️ 37kg

O Bumerangue Equilibrista trabalha o equilíbrio dinâmico, a autoconfiança e a destreza das crianças. A diferença de altura na trave de equilíbrio irá produzir o desafio na medida certa para a movimentação das crianças. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

GANGORRA EM NÍVEL

👤 Cod: 908 ⚖️ 42,5kg

O design exclusivo da Gangorra em Nível proporciona maior segurança na hora de brincar, pois faz com que o corpo da criança fique na mesma posição e não seja projetado para frente como nas gangorras comuns. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

TORNADO TRIPLO

👤 Cod: 911 ⚖️ 52,5kg

O Tornado Triplo desenvolve a flexibilidade e a coordenação motora, fazendo com que a criança aprenda a controlar os movimentos corporais, girando sobre seu próprio eixo através do movimento de braços e quadril. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE

Brinquedos que estimulam as crianças a ter uma vida ativa

CESTO GIRATÓRIO

🏠 Cod: 4975 📦 10,5kg

O Cesto Giratório proporciona à criança momentos de emoção e diversão. O ângulo do aparelho juntamente com o movimento da criança faz com que o cesto gire. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

PONTE DE CORRENTE

🏠 Cod: 1099 - com argolas 📦 6kg

🏠 Cod: 7536 - com barras 📦 6kg

A Ponte de Corrente é um brinquedo que trabalha o equilíbrio dinâmico, a autoconfiança e a destreza das crianças. Elas atravessam o percurso segurando nas argolas superiores enquanto se equilibram na base suspensa por correntes. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

ESCALADA MEIA LUA

🏠 Cod: 910 📦 72kg

O brinquedo Escalada Meia Lua desenvolve características como a sociabilidade, o respeito ao espaço do outro, a comunicação eficiente, a solução de problemas e a noção de espaço e altura. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

ESCALADA HORIZONTAL

🏠 Cod: 4803 📦 78,5kg

A Escada Horizontal incentiva as crianças a vencerem desafios. Ao tentarem atravessar o percurso usando a força dos braços, elas desenvolvem também sua coordenação motora e foco. Possui certificação voluntária IQB e se enquadra nas normas ABNT.

SIMULADOR DE CAVALGADA INFANTIL

🏠 Cod: 1093 📦 12,5kg

O Simulador de Cavalgada Infantil faz com que a criança exercite todo o corpo em apenas um aparelho, fortalecendo pernas e braços. Não possui quinas ou pontas e leva proteção em todos os parafusos e dobradiças.

ESQUI INFANTIL

🏠 Cod: 1095 📦 5kg

O Esqui Infantil faz com que a criança simule os movimentos do esqui, fortalecendo pernas e braços. Não possui quinas ou pontas e leva proteção em todos os parafusos e dobradiças oferecendo maior segurança à criança.

SIMULADOR DE CAMINHADA INFANTIL

🏠 Cod: 4822 📦 5kg

O Simulador de Caminhada Infantil é um aparelho que simula uma caminhada. O aparelho faz com que ela movimente os membros inferiores, fortalecendo as pernas. Não possui quinas ou pontas e leva proteção em todos os parafusos e dobradiças oferecendo maior segurança à criança.

Todos os brinquedos da linha playground possuem Certificação Voluntária IQB e são fabricados de acordo com a norma NBR 16071:2012 da ABNT.

**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS**

Todos os aparelhos são produzidos em aço carbono. Pintura eletroestática com opção de galvanização a fogo. Oferecemos garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação.

Catálogo de produtos da API - Ziober Brasil 2015

API ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE

A API É UMA GRANDE ALIADA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Promove e estimula o exercício físico por meio da brincadeira e amplia as habilidades visuais, as capacidades motoras e incentiva as crianças a fazerem novas amizades e a conviverem em grupo. As crianças fisicamente ativas têm grande possibilidade de se tornarem adultos ativos e saudáveis.

SUA SAÚDE É FORMADA NA DIVERSÃO

AJUDANA INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMBATE A OBESIDADE INFANTIL

MINI CORREDOR A PARTIR DE 5 ANOS	MINI MULTI INFANTIL A PARTIR DE 3 ANOS	MULTI INFANTIL A PARTIR DE 7 ANOS	PONTO DE EQUILÍBRIO A PARTIR DE 3 ANOS	PÁ CARREGADEIRA A PARTIR DE 3 ANOS	S DE EQUILÍBRIO A PARTIR DE 3 ANOS	ESCORREGADOR DE ROLÊ A PARTIR DE 3 ANOS	CARROSSEL A PARTIR DE 5 ANOS
GANGORRA EM PÉ EQUILIBRISTA A PARTIR DE 5 ANOS	GANGORRA CRUZADA A PARTIR DE 5 ANOS	BULMERANGUE A PARTIR DE 5 ANOS	GANGORRA EM NÍVEL A PARTIR DE 5 ANOS	TWISTER TRIPLO A PARTIR DE 7 ANOS	GIRA GIRA PLANETA TERRA A PARTIR DE 7 ANOS	ESCALADA MEIA-LUA A PARTIR DE 7 ANOS	ESCALADA HORIZONTAL A PARTIR DE 7 ANOS
CESTO GIRATÓRIO A PARTIR DE 7 ANOS	PONTE DE CORRENTE A PARTIR DE 7 ANOS	ESCALADA TORCIDA A PARTIR DE 7 ANOS	SIMULADOR DE CAMINHADA A PARTIR DE 5 ANOS	SIMULADOR DE CAVAÇADA A PARTIR DE 5 ANOS	ESQUI A PARTIR DE 5 ANOS	SIMULADOR DE CAMINHADA A PARTIR DE 5 ANOS	SIMULADOR DE CAVAÇADA A PARTIR DE 5 ANOS

Devido às constantes evoluções tecnológicas, os produtos podem ser atualizados, apresentando alterações, que não interferem no funcionamento.